

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

PLANO

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS E DESPESAS

DE DESENVOLVIMENTO

DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

- 1998 -

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PLANO

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS E DESPESAS
DE DESENVOLVIMENTO DA
REGIAO AUTÓNOMA DA MADEIRA
- 1998 -

ÍNDICE

1 - O CONTEXTO INTERNACIONAL, EUROPEU E NACIONAL	1
• Enquadramento internacional	1
• Enquadramento europeu	2
• Enquadramento nacional	3
2 - OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACTUAÇÃO PARA 1998	
• Agricultura e Pecuária	7
• Florestas	11
• Pescas	19
• Indústria e Artesanato	23
• Turismo	27
• Comércio e Serviços	30
• Defesa do Consumidor	33
• Transportes	34
• Energia	37
• Educação	38
• Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	40
• Formação Profissional	42
• Emprego	43
• Trabalho	45
• Juventude	46
• Cultura	47
• Comunidades Madeirenses	49
• Desporto	50
• Saúde	51
• Segurança Social	56
• Habitação e Urbanismo	57
• Ambiente.....	58
• Ordenamento do Território	62
• Modernização da Administração Pública	63
• Sociedade da Informação	64
3 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	67
4 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	72

ERRATA

AO

“PROGRAMA DE INVESTIMENTO E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA” PARA 1998

CAPÍTULO 4 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

NO QUADRO III- 4 SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E AMBIENTE (CONT. 7), NO PROGRAMA “REFORÇO E MELHORIA DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA”, foi, por lapso, trocada a designação dos dois primeiros projectos.

Deste modo,

em vez de “Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água”

deverá ler-se “Interligação das Principais Origens de Água Potável da Ilha da Madeira”

e, consequentemente,

em vez de “Interligação das Principais Origens de Água Potável da Ilha da Madeira”

deverá ler-se “Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água”

1 - O CONTEXTO INTERNACIONAL, EUROPEU E NACIONAL

Enquadramento internacional

Em 1998 a economia mundial deverá apresentar, de acordo com as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), um crescimento anual próximo dos 4 por cento, confirmando assim a tendência dos últimos três anos (3.7, 4.1 e 4.3 por cento em 1995, 1996 e 1997, respectivamente).

Num contexto de crescimento sustentado a nível mundial, as principais economias industrializadas têm vindo a apresentar ritmos de actividade económica diferenciados. Enquanto que os EUA e o Reino Unido vêm conhecendo uma retoma saudável, o Japão apresenta sinais hesitantes de saída da recessão e as principais economias europeias continentais - Alemanha, França e Itália - começam a dar sinais de reanimação. No entanto, as perspectivas para 1998 apontam para uma redução do desfasamento cíclico entre aquelas economias.

Segundo as "Perspectivas Económicas da OCDE ", prevê-se que a economia americana manterá em 1998 um bom ritmo de crescimento, embora com uma ligeira desaceleração relativamente ao ano anterior.

Neste contexto de evolução favorável da economia americana e mundial, a apreciação do dólar, ao estimular as exportações alemãs e europeias, tem proporcionado um crescimento das bolsas europeias, as quais têm sido estimuladas pela conjuntura favorável da bolsa de Nova Iorque.

Na economia japonesa, os sinais de estagnação assumiram contornos de recessão. O clima de confiança apresenta-se desfavorável e, no 3º trimestre de 1997, somente as exportações revelaram um comportamento dinâmico. Esta economia foi a mais afectada pelos efeitos negativos da crise cambial e financeira do Sudeste Asiático iniciada em 1997. No entanto, a OCDE perspectiva para a economia japonesa uma taxa de crescimento de 2.9 por cento para 1998 (2.3 por cento para 1997).

Para 1998 perspectiva-se a continuação do crescimento económico no conjunto dos países em desenvolvimento e em transição, uma nova quebra no ritmo de crescimento na Ásia ligada às recentes perturbações cambiais, a manutenção do dinamismo da América Latina e a dinamização económica da Europa Central e Oriental e da Rússia.

O bom panorama económico global tem sido acompanhado por uma redução da inflação à escala mundial, mesmo em regiões com tradição inflacionista como a América Latina.

No caso particular da Venezuela, depois da contracção brutal da produção ligada ao plano de estabilização da dívida, prevêem-se taxas de crescimento de 4 e 5 por cento para 1997 e 1998 respectivamente e uma diminuição da inflação para 40 por cento em 1998 (face a taxas de crescimento negativas e inflação de 100 por cento em 1996).

No entanto, algumas interrogações parecem legítimas quanto às consequências das crises cambiais e financeiras nalguns mercados emergentes bem como quanto à intensidade e o modo como se está a gerar liquidez na economia mundial.

Enquadramento europeu

Na Europa, os sinais de reanimação parecem consolidar-se, nomeadamente na Alemanha e França. O maior dinamismo da economia europeia deve-se em grande parte à evolução favorável das exportações, bem como ao maior ritmo de expansão da economia internacional, particularmente da norte-americana.

Segundo as perspectivas da OCDE, a economia europeia deverá registar taxas médias de crescimento de 2.3 por cento e 2.7 por cento para 1997 e 1998 respectivamente, representando uma aceleração face à taxa de 1.6 por cento de 1996. Apesar desta evolução favorável, não se perspectiva uma melhoria apreciável no domínio do desemprego – principalmente para as economias alemã e francesa – cuja taxa média comunitária deverá situar-se em 11.2 por cento em 1997 (face a 11.3 por cento em 1996).

Na União Europeia o ano de 1998 será decisivamente marcado pelo estabelecimento das condições necessárias ao início da 3ª Fase da UEM em 1 de Janeiro de 1999. A decisão a tomar no 1º Semestre de 1998 sobre o conjunto de Estados Membros que integrarão, desde o início, o núcleo da Moeda Única dependerá dos resultados macroeconómicos alcançados em 1997 no que respeita aos quatro critérios de convergência definidos pelo Tratado de Maastricht (referentes aos níveis de inflação, à disciplina orçamental, às taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu e à aproximação das taxas de juro a nível da Comunidade).

As duas principais economias europeias continentais (Alemanha e França) deverão apresentar, já em 1997, pelos menos contabilisticamente, situações das finanças públicas

que se enquadram (ou quase) nos critérios relativos à disciplina orçamental, ultrapassando assim as dificuldades técnicas e jurídicas previstas quanto ao seu cumprimento.

Nas demais economias comunitárias, os sinais de evolução indicam uma sintonia no crescimento económico, embora a ritmos não uniformes, e os esforços de consolidação orçamental com vista ao cumprimento rigoroso do critério do défice público continuam a constituir uma preocupação central das políticas governamentais.

O comportamento dos mercados financeiros e cambiais parece reflectir uma perspectiva optimista e não conflituosa do processo, perspectivando-se a adopção atempada do euro e o alargamento do número de países que poderão integrar a 3ª fase da UEM.

Ganham, também, grande relevância para 1998 as questões relacionadas com o processo de Alargamento da UE aos PECO (Países da Europa Central e Oriental), a avaliação e negociação quer da Política Agrícola Comum (PAC), quer da Política Regional comunitária, no sentido da definição das futuras prioridades e da geografia da distribuição das ajudas estruturais e ainda as negociações sobre as perspectivas financeiras da UE para 2000/2006.

Enquadramento nacional

A economia portuguesa continua a evoluir a um ritmo bastante favorável. De acordo com o cenário macroeconómico das "Grandes Opções do Plano para 1998", o PIB deverá crescer 3.5 por cento em 1997 e acelerar ligeiramente para 3.8 por cento em 1998.

O prolongamento previsto da fase ascendente do ciclo económico estará associado à aceleração da procura externa potencial, ao impacte da EXPO'98 nas exportações de serviços e a um novo ciclo de grandes investimentos – paralelamente à aceleração do QCA II – que atenuará o efeito da conclusão de grandes empreendimentos em curso em 1997 e deverá permitir sustentar o elevado ritmo de investimentos em obras públicas.

O período de 1996/97 corresponde a uma fase de consolidação do processo de convergência nominal.

Dado que a conjuntura económica portuguesa está ligada à evolução das economias europeias, e prevendo-se uma recuperação das mesmas, havendo, nomeadamente, sinais encorajadores na Alemanha e França, as exportações de bens e serviços deverão continuar a beneficiar dessa evolução.

O padrão de crescimento da economia tem sido caracterizado por um comportamento muito dinâmico da procura interna, em particular do investimento em construção, quer em termos de obras públicas, quer em termos de habitação residencial.

A evolução da actividade económica reflectiu-se de forma positiva na criação de emprego. Com efeito, o nível de desemprego fixou-se em 6.7 por cento no 3º trimestre de 1997, reduzindo-se 0.4 pontos percentuais face ao período homólogo anterior. Esta evolução confirma a tendência de redução da taxa de desemprego iniciada no 2º trimestre de 1996.

Após os ganhos em termos de emprego, que se deverão concretizar até ao final do ano, a evolução do mercado de trabalho voltará a ser positiva, embora de forma mais moderada em 1998. Estimando-se uma melhoria do rendimento das famílias, o consumo privado deverá acelerar, mantendo-se todavia num padrão de crescimento sustentado. Se bem que os resultados em termos de emprego deverão contribuir para a evolução esperada do consumo, a necessidade de conquistar posições competitivas aconselha que a partilha dos ganhos de competitividade esteja subjacente à revisão das tabelas salariais.

No que respeita à inflação, mantém-se a tendência descendente, sendo o nível previsto para 1997 de 2.25 por cento. As perspectivas do Banco de Portugal apontam mesmo o ano de 1998 como o termo da conclusão do processo de desinflação, em que o valor previsto corresponderá à média da UE (2.0 por cento).

É neste quadro que as autoridades mantêm a previsão de um défice público de 2.9 por cento para 1997, cumprindo assim o critério de convergência relativo à disciplina orçamental. Também o rácio da dívida pública em relação ao PIB deve manter uma trajectória descendente (prevê-se um valor de 63.1 por cento para o final de 1997).

As perspectivas de consolidação orçamental e a redução da inflação, no pressuposto de uma situação de estabilidade cambial e ausência de choques externos, são favoráveis à continuação da descida das taxas de juro e a um processo de convergência das mesmas.

Contudo, o panorama económico não está isento de riscos, já que a situação internacional passa por um período de forte volatilidade cambial (entre as grandes zonas comerciais), o que pode originar comportamentos dos mercados financeiros susceptíveis de desencadear processos conducentes à elevação das taxas de juro. O próprio desenvolvimento do processo do euro poderá contribuir para uma maior volatilidade cambial no período que antecede a criação da Moeda Única.

A promoção da estabilidade macroeconómica mantém-se como a primeira prioridade da política económica para 1998, continuando o padrão de políticas a desenvolver direccionado para os objectivos da consolidação orçamental, de prosseguimento da convergência da inflação e da estabilidade cambial.

Neste quadro, antevêm-se condições para a participação de Portugal, deste o início, na 3ª fase da UEM, o que implica preparar a economia para a introdução do EURO, bem como a continuação de uma política de rigor orçamental. Esta política apresenta-se, também, indispensável ao nível das Regiões Autónomas. Para o efeito será de extraordinária importância o quadro criado pela Lei das Finanças Regionais.

Uma vez consolidadas as principais condições necessárias para a adesão à Moeda Única, prevê-se que seja dado lugar à implementação de políticas de natureza estrutural.

Será iniciado, em 1998, o processo de preparação do novo Plano de Desenvolvimento Regional que irá servir de base à negociação do Quadro Comunitário de Apoio para o período 2000/2006.

A Região deverá integrar-se desde o início, neste processo, o qual deverá seguir um novo figurino de participação institucional.

Prevê-se ainda a reavaliação e reformulação do actual sistema institucional de planeamento do desenvolvimento económico.

2 - OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACTUAÇÃO PARA 1998

A política a prosseguir em 1998 insere-se na estratégia de desenvolvimento sócio-económico da região definida no Plano Médio Prazo 1994/99 e nas linhas prioritárias de acção consignadas no Programa de Governo, para o período 1997/2000, aprovado pela Assembleia Legislativa Regional, mantendo-se assim os grandes **objectivos** de médio/longo prazo por que se tem orientado a acção governativa e que são os seguintes:

- Reforçar o potencial económico, criando condições propícias à geração de emprego, ao aumento da competitividade, à diversificação da base produtiva e à internacionalização do tecido produtivo de bens e serviços;
- Valorizar o potencial humano e promover a melhoria da situação do emprego;
- Proteger e melhorar a qualidade do ambiente, reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento e promover a melhoria da qualidade de vida da população.

Não obstante, as linhas prioritárias de acção e as medidas de política a concretizar em 1998 foram, em alguns domínios ou áreas de actuação, alvo de ajustamentos, face às condicionantes e desafios decorrentes de um contexto externo em mutação rápida, em particular os relativos ao enquadramento europeu, à evolução da situação sócio-económica, às políticas de âmbito nacional, aos recursos financeiros efectivamente disponíveis e às necessidades de articulação entre políticas sectoriais.

As **linhas de acção** mais significativas, em 1998, para promover os objectivos visados e concretizar os vectores estratégicos, já definidos, serão especificadas no âmbito dos sectores ou domínios de intervenção que, seguidamente, se desenvolvem.

Agricultura

O sector agrícola da Região Autónoma da Madeira continua objecto de uma profunda reestruturação, não só para fazer face a constrangimentos e problemas estruturais específicos, como também para possibilitar uma adaptação às profundas alterações que se têm vivido nos últimos anos a nível mundial e europeu.

O Mercado Único e a globalização e internacionalização das trocas comerciais têm contribuído para colocar o sector agrícola regional perante dificuldades acrescidas que se torna necessário ultrapassar.

A redução da protecção comunitária à importação de produtos oriundos de países terceiros, nomeadamente no quadro dos acordos GATT/OMC tem vindo a contribuir para alterar as condições concorrenciais dos mercados agrícolas.

Além disso, a profunda transformação que tem vindo a ocorrer nas formas e circuitos de comercialização, nomeadamente a existência de grandes superfícies inseridas em redes de distribuição de grande dimensão, tem contribuído para acentuar a fraca competitividade das produções regionais.

Sendo a globalização da economia uma realidade inexorável e atendendo a que, em 1999, se iniciarão novas negociações comerciais multilaterais, no seguimento do Uruguay Round, assistir-se-á, a curto prazo, a uma profunda reforma da Política Agrícola Comum, a qual terá como uma das grandes linhas orientadoras a defesa da competitividade e da sua capacidade exportadora, através duma aproximação dos preços aos dos mercados mundiais e da melhoria da segurança e da qualidade dos géneros alimentícios.

Um dos outros grandes objectivos da reforma prevista visa um desenvolvimento do espaço rural, numa perspectiva integrada e multifuncional, sendo valorizada a dimensão ambiental da agricultura.

Nesta reforma, afigura-se fundamental que seja tida em devida consideração a realidade do sector agrícola regional já que, atendendo ao Pacote Santer e ao reconhecimento do Estatuto das Regiões Ultraperiféricas no Tratado da União Europeia, estão em princípio reunidas as condições para que a Política Agrícola Comum venha a contemplar as especificidades regionais.

A Região deverá tirar partido das oportunidades que decorrem da tendência crescente, nas novas políticas comunitárias, para integrar medidas agro-ambientais e para corresponder à procura crescente de produtos agrícolas de qualidade e no segmento de turismo verde. Abrem-se, assim, perspectivas para uma reorientação/diversificação do sector agrícola.

A estratégia de actuação para 1998 assenta em dois grandes objectivos:

- Criar condições para o desenvolvimento das produções regionais mais concorrenciais, adaptando-as às necessidades dos mercados (quer ao nível do mercado local, quer ao nível do mercado externo) e para melhorar o processo de escoamento e comercialização da produção, de modo a que os agricultores auferam uma maior parcela do valor final da produção;
- Assegurar a manutenção e melhoria das condições de vida rural e de trabalho, apoiando a diversificação das suas actividades e valorizando o papel da agricultura na manutenção do espaço natural e da paisagem.

Com vista à prossecução dos objectivos atrás referidos, as acções a desenvolver inserem-se nas seguintes **linhas de actuação:**

- **No domínio das Infraestruturas envolventes das explorações agrícolas e pecuárias**
- Prosseguir as acções de estruturação do sector, designadamente através da melhoria da acessibilidade às explorações agrícolas, da electrificação das explorações e da melhoria das condições de aprovisionamento, distribuição e utilização de água de rega.

A nível das infraestruturas de regadio, destacam-se os investimentos na construção de reservatórios de água de rega em Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Calheta, Ribeira Brava, S. Vicente, Machico e Santana.

- **No domínio da produção, transformação e comercialização**
- Continuar a apoiar o desenvolvimento das actividades mais rendíveis, como são a bananicultura, a floricultura, a fruticultura de espécies subtropicais, a viticultura de castas europeias e a horticultura de primores.

- Incentivar o desenvolvimento de técnicas de produção alternativas, como a agricultura biológica.
- Apoiar o desenvolvimento de produções com denominação de origem.
- Apoiar projectos que visem a modernização dos circuitos de comercialização dos produtos agrícolas e a sua industrialização.
- Incentivar a promoção de produtos regionais, quer a nível interno que a nível internacional.
- Prosseguimento do Plano Promocional para o Vinho da Madeira, a cargo do Instituto do Vinho da Madeira.
- Continuar a apoiar a actividade pecuária, através de acções de melhoramento animal.
- **No domínio das infraestruturas de base para a transformação e comercialização dos produtos agrícolas e pecuários**
 - Implementação de projectos que visem a conveniente interligação participativa da produção às novas estruturas de comercialização, como são o Centro de Abastecimento de Produtos Agrícolas do Funchal, os Centros Hortofrutícolas de Santana e dos Prazeres e Centro Hortícola da Santa (Porto Moniz).
 - Implementação de um projecto para a comercialização de vinho de mesa engarrafado.
 - Desenvolvimento de acções visando a melhoria da rede pública de abate de gado, de que se relevam diversos investimentos no Matadouro do Porto Santo e o lançamento do projecto de reestruturação do Matadouro da Calheta.
- **No domínio da formação, investigação, experimentação, organização, divulgação, certificação e inspecção em matéria de fitossanidade, controle alimentar e ambiental**
 - Formar e informar os empresários agrícolas, proporcionando-lhes as necessárias condições técnico-económicas para um conveniente desenvolvimento da actividade agrícola e pecuária.

- Dar continuidade aos estudos de diversificação da produção agrícola, na procura de novas alternativas que satisfaçam as exigências do mercado.
- Prosseguir os ensaios e demonstração de novas técnicas culturais indispensáveis à modernização e racionalização da actividade produtiva e os trabalhos de controle de qualidade e certificação dos produtos agrícolas e agro-industriais.
- Promover o desenvolvimento de acções de formação agrária.
- Reforçar a capacidade de intervenção na sanidade animal e a nível do controle de qualidade dos produtos alimentares de origem animal, nomeadamente através da Construção do Laboratório Regional de Veterinária.
- Dar continuidade aos estudos e acções visando o melhoramento e adaptação às características locais de raças de bovinos, equinos, ovinos e caprinos que correspondam às necessidades da Região.
- Apoio à introdução de novos métodos de controle de pragas e doenças, nomeadamente através de técnicas de luta integrada e/ou luta biológica, de onde se destacam o de controle da mosca da fruta.
- Apoio técnico, através da campanha de calagens, da inspecção fitossanitária e das campanhas de desratização e fertilização dos solos.
- Apoio a projectos que visem a constituição de novas cooperativas no sector agrícola ou o reforço das já existentes.
- Implementação do projecto de informação geográfica que contempla a cartografia de base da ocupação do solo e respectiva capacidade de uso.
- **No domínio do desenvolvimento rural**
 - Participação activa no desenvolvimento económico e social das populações dos meios rurais, apoiando as suas iniciativas culturais, formativas e recreativas, nomeadamente as promovidas ao nível das Casas do Povo.
 - Melhorar as condições da vida rural e dignificar a profissão de empresário agrícola e de trabalhador rural.
 - Promover a diversificação das fontes de rendimento do agricultor e a criação de oportunidades de emprego através, nomeadamente, do desenvolvimento do tu-

rismo rural e do agro-turismo) e apoiar o rendimento do agricultor, através de indemnizações compensatórias no âmbito das medidas de acompanhamento da reforma da PAC.

Florestas

As superfícies florestadas, com espécies exóticas e indígenas, nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, correspondem a cerca de 40% da totalidade da área das duas ilhas.

A área florestal exótica representa cerca de 18% da superfície da ilha da Madeira e 15% da ilha do Porto Santo, sendo as espécies mais representativas, no primeiro caso, o pinheiro bravo, o eucalipto, a acácia, o castanheiro e no segundo caso o pinheiro do alepo e o cupressus macrocarpa.

A área florestal indígena ocupa cerca de 22% da superfície da ilha da Madeira e é constituída pela floresta típica da Macaronésia, a qual reveste-se de interesse científico, cultural e paisagístico e contribui para o equilíbrio hidrológico da ilha.

Na prossecução dos objectivos estratégicos definidos para o sector florestal têm vindo a desenvolver-se diversas acções, nomeadamente:

- Acções de arborização e/ou beneficiação, com recurso à diversificação de espécies;
- Acções de detecção, prevenção e combate a incêndios florestais, de modo a proteger as áreas florestais existentes;
- Acções de sensibilização e divulgação;
- Elaboração de legislação com reflexos positivos nas áreas de protecção dos arvoredos, do regime silvo-pastoril e dos recursos cinegéticos;
- Acções de preservação do Património Florestal que assumem cada vez maior importância económica, social e cultural;
- Acções de valorização de áreas florestais situadas em locais de elevado interesse paisagístico, através da criação de miradouros, caminhos de acesso, da criação de áreas recreativas e de protecção de manchas de vegetação;

- Acções de repovoamento piscícola das águas interiores visando o desenvolvimento da pesca desportiva;
- Acções direccionadas para o desenvolvimento cinegético.

A concretização dos objectivos traçados para o sector florestal tem sido condicionada por diversos factores limitados, dos quais se destacam:

- O actual aproveitamento e exploração da superfície florestal por particulares (aproveitamento reduzido face à superfície de aptidão florestal respectiva), com muitos terrenos relegados ao abandono;
- A existência de propriedades de reduzidas dimensões e muitas vezes pertença de vários proprietários, fruto de herança;
- A falta de espírito associativo e, nalguns casos, a fraca capacidade económica dos titulares desses prédios.

Relativamente a perspectivas futuras para o sector prevê-se um incremento da actividade florestal, devido:

- À crescente importância que os ecossistemas florestais estão a assumir, por parte da opinião pública e do poder político, como valor patrimonial e fonte de benefícios múltiplos;
- A apoios financeiros (regionais e comunitários) que podem minorar, na perspectiva do investidor privado, os encargos iniciais nos projectos de arborização e/ou beneficiação;
- As potencialidades económicas para a produção de material lenhoso e/ou lenho/fruto;
- À crescente procura dos espaços verdes para fins turísticos (turismo de qualidade) e lúdicos (caça, pesca, etc.);
- A uma maior sensibilidade ecológica e ambiental, levando tanto o sector público como o privado a dispensar cada vez maior atenção ao ordenamento dos espaços florestais de modo a conservar e preservar o ambiente.

A política de desenvolvimento do sector florestal a prosseguir em 1998, insere-se na estratégica definida no Plano Médio Prazo 1994/1999, pelo que as acções a desenvolver, orientam-se no sentido de concretizar os seguintes **vectores estratégicos**:

- Criação de um sistema de informação florestal
- Promoção da expansão do património florestal
- Protecção e conservação dos diversos ecossistemas florestais
- Racionalização do regime silvo-pastoril
- Ordenamento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores
- Promoção e desenvolvimento da investigação científica nos domínios da botânica e flora

Criação de um Sistema de Informação Florestal

A criação de um sistema de informação florestal, iniciado em 1997, tem como objectivo a elaboração do Plano de Ordenamento e Planeamento Florestal (POPF), onde serão salvaguardados os principais objectivos da Política Florestal da Região Autónoma da Madeira.

A elaboração deste Plano apoiar-se-á, fundamentalmente, em duas acções a desenvolver: recolha de dados da fileira florestal e inventário florestal. Para tal serão desenvolvidas acções no âmbito das seguintes componentes:

- Recolha e processamento de dados sobre quantidades extraídas de madeira, custos de exploração florestal, cotações de matérias primas florestais de origem regional e de produtos transformados;
- Obtenção da informação cartográfica em ambiente GIS;
- Organização de uma base de dados e correspondente tratamento e processamento da informação recolhida;
- Inventariação da área florestal pública e privada da RAM;

- Elaboração da Carta Florestal da RAM, com destaque para a identificação e delimitação de manchas ocupadas por espécies florestais.

Promoção da Expansão do Património Florestal

Devido à importância que o sector florestal tem para a Região e numa perspectiva da política florestal de arborização de terrenos, tanto públicos como particulares, o vector estratégico da promoção da expansão do património florestal terá por base as seguintes acções:

- Continuação da reestruturação dos viveiros florestais com o objectivo de promover a melhoria técnica de produção, contribuindo para uma melhor qualidade das plantas a produzir, necessárias à concretização de projectos de arborização e/ou beneficiação, tanto públicos como privados;
- Promoção da arborização de superfícies agrícolas e da beneficiação de superfícies florestais em explorações agrícolas;
- Continuação das acções de arborização e/ou beneficiação, fomentando acções de regeneração natural, com particular incidência nas zonas de cota mais elevada da Ilha da Madeira, como são exemplos as serras sobranceiras ao Funchal, o Perímetro Florestal do Paúl da Serra e as superfícies mais erodidas da Ilha do Porto Santo, numa área de, aproximadamente, 600 hectares.

Protecção e Conservação dos Diversos Ecossistemas Florestais

Este vector estratégico traduzir-se-á na concretização de diversas intervenções, nomeadamente:

- Criação dos meios necessários à execução das inspecções fitossanitárias dos produtos florestais, propágulos e sementes decorrentes da aplicação da correspondente legislação comunitária;
- Acções de fiscalização tendo em vista o cumprimento da legislação relativa à protecção e conservação dos diversos ecossistemas e espécies florestais;
- Beneficiações em povoamentos florestais tendo em vista a sua conservação, numa área de, aproximadamente, 50 ha nas zonas do Rabaçal, Queimadas e das Funduras;

- Reforço da capacidade de prevenção, detecção e combate dos incêndios florestais, através de:
 - Conclusão da cobertura radioelétrica florestal;
 - Construção de 1 posto de vigilância;
 - Construção de 4 pontos de água (tanques);
- Elaboração da carta de risco de incêndios florestais.

Racionalização do Regime Silvo-pastoril

Esta área de intervenção afigura-se, no presente, com especial relevo, porquanto, através de medidas de racionalização, será possível retirar animais das superfícies inadequadas ao pastoreio e recuperá-las sob o ponto de vista biofísico, conservando somente os rebanhos cujo contributo seja benéfico na interacção animais-floresta.

Neste contexto, serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Definição das cargas animais e definição das áreas com aptidão silvo-pastoril;
- Redução, através de retiradas de ovinos e caprinos das zonas de aptidão florestal, num número aproximado de 2000 cabeças (aplicação do Reg. (CEE) nº 2078/92 – medidas Agro-Ambientais);
- Instalação e reinstalação de pastos nas zonas com aptidão silvo-pastoril (100 ha), através do Orçamento Regional e de apoios no âmbito do regulamento (CEE) 2080/92 – “Melhoramento e instalação de pastagens em regime silvo-pastoril”;
- Aquisição de equipamentos específicos para instalação de pastagens;
- Melhoramento das infraestruturas inerentes à silvopastorícia, nomeadamente, abrigos, estábulos e cercas, para delimitação das áreas onde o pastoreio seja possível;
- Construção de parques de maneo e de tratamento higio-sanitário para os rebanhos ordenados;
- Apoio logístico e técnico às várias cooperativas de criadores de gado da serra, visando a racionalização das actividades, de modo a aumentar a eficácia de um regime silvo-pastoril adequado às realidades regionais;

- Fiscalização do regime silvo-pastoril para cumprimento da legislação vigente, de modo a que a actividade seja disciplinada e harmonizada;
- Candidatura a apoios no quadro de Regulamentos Comunitários para implementação de programas dirigidos ao bem-estar animal e à conservação do seu meio natural;
- Melhoramento dos rebanhos que se apresentem em regime silvo-pastoril ordenado, direccionando a aptidão dos animais para os fins que se pretendam;
- Apoio e incremento ao correcto uso múltiplo da floresta;
- Estudo para a “caracterização sócio-económico-cultural da população da Região associada à actividade silvo-pastoril”, para que, cada vez mais, seja permitida uma melhor intervenção dos serviços oficiais.

Ordenamento, Exploração e Conservação dos Recursos Cinegéticos e Aquícolas em Águas Interiores

Recursos cinegéticos

Neste sector destaca-se a promoção das acções de repovoamento cinegético, bem como a investigação, através de estudos e pesquisas das espécies para caça, a par de outros exemplares da fauna regional.

O seu conhecimento e divulgação tem como objectivo orientar os princípios da ética e comportamento venatórios.

As principais acções serão:

- Produção de perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), à razão de 2.000 aves/ano, para repovoamento e cedência às associações ligadas à actividade venatória;
- Instalação no Centro Cinegético de um sector de produção de codorniz (*Coturnix coturnix*) tendo em vista a produção de 3.000 aves por ano, com fins idênticos aos anteriores;
- Instalação no Centro Cinegético de um sector de emissão de faisão (*Phasianus colchicus*) para produção de 600 aves por ano, com fins de estímulo à actividade;

- Melhoramento das zonas de caça, através da instalação de pontos para alimentação e abrigo, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Florestal (PDF);
- Melhoramento da fiscalização da actividade, através de mecanismos de melhor intervenção e eficácia;
- Desenvolvimento de acções que permitam fazer censos de população sobre as várias espécies cinegéticas existentes na RAM;
- Avaliação e caracterização do impacte ecológico da introdução de novas espécies cinegéticas na RAM;
- Desenvolvimento de programas para uma melhor gestão das populações cinegéticas, que permitam definir, com maior rigor, os respectivos períodos venatórios, de modo a que as espécies sejam conservadas;
- Incentivar a instalação de campos de treino de caça, bem como a formação de regimes cinegéticos especiais, de forma a promover as funções recreativas e turísticas da floresta;
- Construção de instalações que permitam a adaptação de animais de caça, produzidos em cativeiro, ao meio natural.

Recursos Aquícolas

Na área dos recursos aquícolas, visa-se o enriquecimento da fauna ictiológica regional das águas interiores, bem como o apoio directo ao sector privado de produção industrial da truta arco-íris, sendo a respectiva actuação dirigida:

- Ao melhoramento das infraestruturas do Posto Aquícola do Ribeiro Frio;
- À aquisição de equipamentos que permitam quantificar as populações de peixes existentes nas ribeiras da Região;
- À aquisição de equipamentos que permitam melhorar as acções de povoamento piscícola e a sua avaliação;
- À adopção de medidas de fiscalização à actividade da pesca desportiva;
- À aplicação do programa de apoio ao uso múltiplo florestal, relativo ao fomento aquícola.

Promoção e Desenvolvimento da Investigação Científica nos Domínios da Botânica e Flora

Através da Divisão do Jardim Botânico, continuar-se-á a desenvolver vários projectos de investigação e propagação da flora madeirense, com prioridade para os endemismos macaronésicos e madeirenses ameaçados de extinção, em colaboração com instituições afins, regionais, nacionais e estrangeiras. Nesse sentido, implementar-se-á o desenvolvimento de programas de investigação com vista ao melhor conhecimento e conservação *ex situ* e *in situ* da biodiversidade vegetal do arquipélago da Madeira, com destaque para a Laurisilva.

Neste âmbito, continuaremos a desenvolver vários projectos de investigação em curso ou em fase de avaliação, nomeadamente:

- Inventariação da biodiversidade vegetal do biótopo Laurisilva, conservação *in situ* e *ex situ* de taxa ameaçados de extinção (projecto cofinanciado pelo programa LIFE);
- “Briófitos e Macrolíquenes Epífitos da Laurisilva”, “Estudo da Variabilidade Genética Intra e Interpopulacional da *Goodyera Macrophylla*”, “Contributo para a Inventariação de Vegetação Vascular do Porto Santo” (projectos participados pelo Centro de Ciências Biológicas e Geológicas da Universidade da Madeira);
- “Polimorfismo Nuclear de Populações de *Porella canariensis* (Web.) Undrew. (Porellaceae: Hepaticae) na Macaronésia” (projecto financiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica);
- “Uma Abordagem Ecológica ao Estudo das Entomocenoses da Laurisilva Madeirense”;
- Estudo Piloto da Região Macaronésia”, coordenado pelo Centro Temático para a Conservação da Natureza, com sede em França;
- “Sítios prioritários da Região Macaronésia - Natura 2000”, coordenado pelo Centro Temático para a Conservação da Natureza, com sede em França;
- “Estudo e Preservação da Diversidade dos Cultivares e Plantas Silvestres”;
- Caracterização dos recursos vegetais na Madeira;

- “Constituintes Orgânicos Secundários, Terpenos e Terpenoides, Fenóis e Alcalóides das partes Aéreas de Plantas”;
- “Estudo Biossistemático, Corológico e Ecológico do Género Porella L. na Madeira” e “Estudo Fitogeográfico do Género Isoplexis (Lindl.) Benth”.

Medidas Legislativas

Das medidas previstas para 1998 de carácter legislativo, abrangendo as diferentes áreas de actividade do sector florestal, salientam-se:

- Alteração ao Decreto Legislativo Regional relativo à protecção dos Arvoredos (DLR nº 21/89/M) por forma a melhor corresponder às exigências actuais de protecção do património florestal regional;
- Alterações nos instrumentos de acção existentes que regulamentam os diferentes programas de apoio ao sector florestal, nomeadamente:
 - Portaria relativa às Medidas Florestais na Agricultura;
 - Portaria relativa à aplicação do Programa de Desenvolvimento Florestal.
- Elaboração de Portaria tendo em vista a execução das Medidas Agro-ambientais relativas ao sector florestal;
- Adaptação à RAM da legislação relativa à gestão dos recursos cinegéticos e aquícolas;
- Actualização da legislação relativa ao regime silvopastoril.

Pescas

A evolução da actividade das pescas tem registado nos últimos anos uma evolução significativa, mantendo-se em 1997 a tendência que vem dos anos anteriores. Com efeito, no primeiro semestre deste ano, o total da pesca descarregada registou um aumento de 26% em quantidade e de 36,7% em valor.

A actuação a nível da actividade das Pescas, visando um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do sector, tem incidido a nível das infraestruturas, das capacidades de produção dos operadores e dos recursos haliêuticos disponíveis.

No que à frota diz respeito, e após a quase total renovação da frota atuneira, nos últimos anos, os apoios têm sido maioritariamente destinados à modernização da frota que se dedica à captura do peixe-espada-preto. Os primeiros resultados destas acções estão já a fazer-se sentir no aumento das descargas desta espécie, tão importante para um vasto segmento da nossa frota. Esta orientação deverá ser prosseguida por mais alguns anos, para que todos os armadores interessados possam beneficiar dos apoios existentes e deles tirem o benefício adequado.

Paralelamente, continuar-se-á a prestar o apoio necessário aos restantes segmentos da frota regional.

Poderá considerar-se que a capacidade de frio disponível é adequada para a actividade previsível a médio prazo, pelo que os esforços deverão dirigir-se para a conservação, a manutenção e a adequação das instalações.

Foram introduzidas algumas melhorias nos portos, tanto ao nível dos equipamentos de descarga e estiva, como das próprias estruturas, o que tem possibilitado uma maior rapidez e um menor esforço nas operações de descarga.

A indústria transformadora dos produtos da pesca tem merecido uma atenção particular, tanto nos apoios à instalação de unidades industriais, como na criação de condições para a consolidação de posições nos mercados, já que deles dependem, em grande parte, o destino de uma parcela importante das capturas.

A nível da investigação aplicada às pescas e à aquicultura vem sendo desenvolvido um trabalho meritório no conhecimento das potencialidades futuras, quer dos recursos existentes, quer em resultado das experiências em cativeiro.

A formação profissional dos activos da pesca tem sido alvo de especial atenção, devendo prosseguir a política de proporcionar a todos aqueles que necessitem os conhecimentos adequados às suas funções.

A política a prosseguir visa uma optimização dos recursos existentes, mantendo-se em 1998 os seguintes **objectivos** inscritos no Plano de Médio Prazo:

- Melhoria na exploração do potencial haliêutico;
- Reforço da competitividade das estruturas de exploração;
- Melhoria da segurança e das condições de trabalho a bordo;

- Melhoria do aprovisionamento;
- Valorização do produto;
- Valorização dos recursos humanos;
- Melhoria do abastecimento do mercado.

Para atingir os objectivos mencionados e contribuir para a transformação qualitativa e quantitativa do sector, será desenvolvido um conjunto articulado de **medidas e acções** nas seguintes áreas:

- **Frota Pesqueira**

- Apoios visando a imobilização definitiva de embarcações e a criação de sociedades mistas e associações temporárias (Portaria n.º 307/94);
- Apoio à construção e modernização de embarcações, com destaque para a renovação das que se dedicam ao peixe-espada-preto, tendo em vista dotá-las de melhores condições de operacionalidade, segurança e higiene a bordo, por forma a obter melhorias de qualidade das capturas e de rentabilidade das embarcações (Portaria n.º 306/94);
- Apoio, sob a forma de bonificação de juros relativos a recurso ao crédito bancário pelos armadores, destinado à construção, modernização e reequipamento de embarcações de pesca (DRR n.º 12/83/M, alterado pelo DRR n.º 9/97/M).

- **Aquicultura**

- Apoios para o desenvolvimento da aquicultura (Portaria n.º 308/94).

- **Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca**

- Concessão de apoio, sob a forma de bonificação de juros de empréstimos contraídos para a aquisição de matéria prima no mercado internacional, com vista a fazer face à escassez temporária da mesma no mercado regional (Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 1042/97);
- Apoio à criação ou modernização de unidades de transformação de pescado, nomeadamente para aquisição de equipamentos, utilização de novas tecnologias de transformação e para melhorar e controlar a qualidade, bem como para o tratamento de efluentes industriais (Portaria n.º 305/94).

- **Promoção dos Produtos da Pesca**

- Apoio à promoção e procura de novos mercados (Portaria nº. 305/94).

- **Infraestruturas de apoio à Pesca**

- Na área dos equipamentos dos portos de pesca, prevêem-se investimentos com vista a melhorar as condições de desembarque e a qualidade dos produtos, salientando-se os seguintes:

- . Remodelação e modernização do Entrepasto Frigorífico do Funchal;
- . Conclusão das obras de beneficiação e aquisição de equipamento para a Lota do Funchal;
- . Execução do projecto técnico para a Lota da Ribeira Brava;
- . Melhoramento de instalações e equipamentos de diversas lotas existentes;
- . Aquisição e montagem de maquinaria e equipamento para a nova lota do Caniçal.

- **Investigação aplicada às pescas e à aquicultura**

- Dar continuidade às seguintes actividades:
 - . Realizar estudos de avaliação de stocks dos recursos haliêuticos economicamente mais significativos, bem como dos que apresentam potencialidades de exploração;
 - . Levantamento oceanográfico da ZEE e respectiva caracterização ambiental;
 - . Prosseguir a exploração experimental de aquicultura em "off-shore", visando a obtenção de resultados práticos que possibilitem futuramente uma actividade comercial deste tipo de produção;
 - . Explorar cientificamente a possibilidade de produção de diversas espécies em cativeiro;
 - . Realizar cruzeiros de prospecção e levantamento dos recursos disponíveis na

ZEE da RAM, procurando novas áreas de pesca ou recursos subexplorados ou inexplorados, bem como experimentando novas artes, técnicas, métodos e equipamentos de pesca.

- Organizar zonas marinhas protegidas e criar condições favoráveis ao repovoamento e concentração de recursos, através da colocação de estruturas em meio marinho;
 - Proceder a estudos biológicos sobre espécies demersais, em cooperação com a Universidade do Algarve e o Departamento de Oceanografia e Pesca da Universidade dos Açores;
 - Desenvolver diversas acções de cooperação no âmbito das pescas e da aquicultura, nomeadamente visando a transferência de tecnologia e a troca de experiências.
- **Formação Profissional**
- Promover e apoiar a formação dos profissionais da pesca, através de acções que deverão abranger cerca de 50 activos, a realizar quer na Região quer na Escola Portuguesa de Pescas (FORPescas), tendo em vista a valorização dos recursos humanos do sector e a optimização da utilização dos meios técnicos disponíveis.

Indústria e Artesanato

Tradicionalmente a base económica da Região caracteriza-se por um baixo nível de industrialização, o qual é evidenciado pela fraca participação das indústrias transformadoras na formação do VAB (cerca de 10% em 1992). Na estrutura da produção, pouco diversificada, destacam-se as indústrias alimentares, bebidas e tabacos, as indústrias ligadas à construção e as indústrias marcadamente artesanais (bordados e vimes). Em termos de emprego, o peso da indústria era significativamente mais elevado em 1992 (21%) devido à importância das indústrias artesanais que são tipicamente actividades muito intensivas em mão-de-obra. Com efeito, as “Indústrias Têxteis, do Vestuário e Calçado” (onde se incluem as actividades de bordados e tapeçarias) eram responsáveis por cerca de 69% do emprego no sector.

O artesanato é um sector que, pelas suas raízes históricas e culturais, assume uma relevante importância para a Madeira e os madeirenses. O seu peso nas exportações regionais, o elevado volume de recursos humanos que envolve e, principalmente, aquilo

que representa como complemento remuneratório de muitas famílias, leva ao desencadear de um esforço sustentado e inovador na preservação do artesanato madeirense.

O sector tem atravessado dificuldades, principalmente devido à concorrência de produtos similares, originários de países exteriores à União Europeia, em especial do Extremo Oriente.

Nos anos mais recentes tem-se registado uma diminuição da importância relativa do emprego na indústria transformadora, o qual correspondia, no primeiro semestre de 1997, a 15,7% do emprego total. Paralelamente, regista-se uma evolução no mesmo sentido, mas a um ritmo mais acentuado, nas "Indústrias Têxteis, do Vestuário e Calçado", as quais representavam, no período em referência, 60,8% do emprego na indústria.

O sector da construção apresenta na Região um peso relativamente elevado tanto em termos de VAB (12% em 1992) como de emprego (12,9% em 1992 e cerca de 12% no primeiro semestre de 1997) devido à dinâmica criada pelo significativo esforço de investimento que se tem verificado, sobretudo em obras públicas, equipamentos turísticos e habitação. O acentuado ritmo de crescimento da actividade de construção é também indicado pela evolução do consumo de cimento, tendo sido registado, em 1996, um acréscimo de 30% relativamente ao ano anterior.

O desenvolvimento da base industrial é fortemente condicionado por factores limitativos que afectam a economia regional, em geral, nomeadamente os que se relacionam com a insularidade e ultraperifericidade (sobrecustos de transporte, quer dos factores de produção importados, quer das exportações, bem como os que resultam da pequena dimensão do mercado regional e com o elevado custo dos terrenos para implantação das indústrias).

Para além destes factores limitativos, a indústria regional enfrenta diversos problemas específicos que determinam uma baixa produtividade e competitividade, de que se relevam as insuficiências a nível da base tecnológica, da capacidade de inovação, da qualificação dos recursos humanos, da utilização de técnicas avançadas de gestão, das formas de distribuição e comercialização, das exigências em matéria de qualidade, das estruturas financeiras e dos serviços de apoio em geral.

Assim, a estratégia de desenvolvimento da indústria continuará a orientar-se no sentido de promover os ajustamentos estruturais que se impõem numa economia mundializada, cada vez mais competitiva, e de dinamizar e alargar a base industrial e a cadeia de valor das actividades, aproveitando de uma forma integrada as potencialidades endógenas.

No domínio do artesanato os objectivos a prosseguir são a salvaguarda da qualidade, a valorização dos recursos humanos, a promoção externa e o próprio incremento da venda local.

O esforço desenvolvido através dos instrumentos de política industrial que têm vindo a ser adoptados, quer a nível de incentivos, quer no âmbito das infraestruturas de apoio, deverá ser prosseguido e aprofundado, por forma a dinamizar, modernizar e internacionalizar a indústria regional. Procurar-se-á estimular investimentos com impacte estruturante que fortaleçam a economia regional e contribuam para a criação de emprego, designadamente no quadro do Programa Estratégico de Dinamização e Internacionalização da Indústria Portuguesa (PEDIP II) e do Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Tecido Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SIDERAM) e ainda no âmbito da Zona Franca Industrial do Caniçal que, devido às condições de excepção de que beneficia, designadamente de ordem fiscal, constitui um pólo privilegiado de promoção do crescimento industrial.

Encontram-se actualmente a operar, na Zona Franca Industrial, 25 empresas, as quais foram responsáveis por um investimento total de 9 800 milhares de contos e contribuíram para a criação de 886 postos de trabalho. Duas empresas, já instaladas, estão em fase de preparação da laboração plena devido, nomeadamente, a decorrerem acções de formação profissional de 172 trabalhadores. Processa-se ainda a fase de instalação física de 8 empresas, cujo investimento total será de 3 654 milhares de contos, sendo de 385 o número de postos de trabalho a criar.

Refira-se que, no âmbito do SIDERAM, foram já aprovados investimentos no sector da indústria e artesanato no valor de cerca de 2 826 milhares de contos, os quais contribuirão para a criação de 541 postos de trabalho.

A nível das infraestruturas de apoio, importa salientar o êxito quer do Parque Industrial da Cancela (PIC), quer do Parque Industrial da Zona Oeste (PIZO), os quais contribuem para um melhor ordenamento da actividade industrial, proporcionando às empresas melhores condições infraestruturais, maior economicidade e melhor prestação de serviços. Os futuros parques industriais, nomeadamente o Parque Industrial da Camacha (PICAM) e o Parque Industrial das Ginjas, em S. Vicente, inserem-se nos mesmos objectivos.

Encontram-se em fase de lançamento o Laboratório de Metrologia, o qual constitui uma estrutura fundamental para a promoção da qualidade industrial. O Laboratório do Instituto de Vinho de Madeira tem vindo, também, a beneficiar de melhoria do respectivo

equipamento, com reflexos positivos no controle de qualidade do vinho Madeira e bebidas espirituosas.

As principais **prioridades e linhas de actuação** para 1998 serão as seguintes:

- Promover a expansão e a criação de novas infraestruturas, nomeadamente parques industriais, no respeito pela política de ordenamento do território e de protecção ambiental;
- Apoiar o esforço de melhoria dos factores de produtividade e competitividade das organizações industriais, através dos sistemas de apoio disponíveis para a indústria;
- Promover a criação ou a melhoria de estruturas de apoio à qualidade industrial;
- Apoiar a reestruturação do artesanato regional nas diversas vertentes da actividade e incentivar o aproveitamento integral das suas potencialidades de crescimento e desenvolver esforços tendentes à diversificação de mercados estrangeiros e à consolidação do mercado nacional;
- Promover a criação de condições de acesso a formas diversificadas de capital de risco;
- Desenvolver acções e estruturas de assistência técnica, formação, cooperação e informação, visando uma resposta eficaz às necessidades das empresas.

Dos **investimentos e acções** a realizar em 1998 no âmbito da indústria e do artesanato, destacam-se:

- Continuação da construção de infraestruturas no Parque Industrial da Zona Oeste (PIZO), de modo a adequá-lo aos seus fins;
- Melhoramento do Parque Industrial da Cancela a nível dos arruamentos existentes;
- Continuação da construção das infraestruturas do Parque Industrial da Camacha;
- Início dos trabalhos de concepção e de construção do Parque Industrial das Ginjas – S. Vicente;

- Continuação dos trabalhos de construção do Laboratório de Metrologia (projecto co-financiado pelo PEDIP II) e aquisição de aparelhos técnico-científicos para o laboratório do Instituto do Vinho da Madeira;
- Concessão de apoios, nomeadamente no âmbito do SIDERAM e do Sistema de Incentivos às Micro-Empresas (RIME);
- Apoio a estruturas associativas empresariais, nomeadamente no âmbito do projecto de implementação do cadastro industrial e do desenvolvimento de iniciativas visando a modernização das empresas dos sectores tradicionais;
- Desenvolvimento de acções de promoção e *marketing* do vinho da Madeira e de outros produtos regionais;
- Promoção institucional no exterior através do IBTAM e concessão de apoio a acções promocionais à exportação de artesanato, tendo em vista incentivar a presença dos agentes económicos em feiras e exposições/missões comerciais, a prospecção de mercados e a elaboração de material publicitário;
- Modernização de equipamentos do IBTAM visando a melhoria do apoio técnico às empresas do sector do artesanato;
- Organização de acções de formação profissional dirigidas a activos da área do artesanato.

Turismo

A actividade turística desempenha um papel fundamental na economia da Região. A sua importância estende-se para além das receitas que directamente origina e dos efeitos directos ao nível do emprego, induzindo também efeitos indirectos, através de sinergias e efeitos multiplicadores em quase todos os sectores de actividade da Região.

As diversas acções de desenvolvimento do sector, com destaque para as ligadas à diversificação de mercados, designadamente através da participação em feiras e congressos internacionais da especialidade, os projectos específicos de promoção e a campanha de imagem, entre outros, têm produzido efeitos já visíveis ao nível do aumento da procura e da diminuição da sazonalidade.

A nível de outras áreas de intervenção não directamente relacionadas com a actividade turística, mas que se afiguram importantes para o crescimento sustentado do sector, merece especial referência o reforço das acessibilidades, as melhorias verificadas a nível do saneamento básico e da recolha e tratamento de lixos e o melhor tratamento das zonas verdes da cidade.

A forte dependência de um contexto económico e cultural externo, especialmente de âmbito internacional, em que ocorre uma intensa competição e uma alteração do perfil da procura dirigida a este destino turístico, têm provocado alguns ajustamentos na estrutura da oferta turística regional.

Assim, a estrutura dos alojamentos turísticos tem vindo a alterar-se. O alojamento de qualidade (hotéis de 4 e 5 estrelas) regista uma diminuição do seu peso relativo, enquanto que o alojamento mais económico (pensões, apartamentos turísticos) vem adquirindo uma maior importância relativa. Também o número de estabelecimentos de pequena dimensão e em ambiente não urbano tem vindo a aumentar, o que confirma a diversificação que está a ocorrer na oferta hoteleira.

Registe-se que a capacidade de alojamento em Hotéis que representava, em 1991, cerca de 61% da capacidade total, passou para 49%, em 1997, o que significa que o crescimento da oferta de alojamento (cerca de 28% entre 1991 e 1997) deve-se, sobretudo, ao crescimento das categorias de alojamento não tradicional.

Refira-se que a utilização dos diversos instrumentos de apoio ao investimento privado, nomeadamente o SIFIT nas suas diferentes configurações, tem contribuído significativamente para o crescimento e para a introdução de melhorias na qualidade da oferta turística regional.

No entanto, no sentido de consolidar a imagem da Região como destino turístico de qualidade, diferenciado e competitivo, torna-se necessário promover uma maior integração e articulação entre políticas sectoriais e o desenvolvimento de actividades e infraestruturas que se afiguram importantes para a formação do produto turístico e para a sua promoção.

Também do lado da procura tem-se registado uma evolução positiva. O número total de hóspedes entrados e o número de dormidas registaram acréscimos no primeiro semestre de 1997, relativamente ao período homólogo do ano anterior, de 3,4% e de 0,7%, respectivamente.

Os mercados tradicionais mantêm uma posição preponderante, representando o alemão, o britânico e o português, aproximadamente 69% do número total de hóspedes entrados (dados referentes ao 1º semestre de 1997). Refira-se ainda que alguns dos principais mercados geradores, nomeadamente a Holanda, Áustria e Suécia, vêm apresentando uma evolução positiva muito significativa.

A evolução ao nível das taxas de ocupação dos alojamentos turísticos tem sido, também, positiva nos últimos anos. Em Junho de 1997 este indicador situava-se em 62,4%, posicionando-se, assim, a um nível superior à média nacional que era de 36%.

Os **objectivos** definidos para o sector são, nomeadamente:

- Diversificação de mercados geradores de procura turística e defesa das quotas mantidas nos mercados tradicionais, tendo em vista o aumento do número de turistas e de receitas turísticas;
- Consolidação do crescimento de nichos de mercado emergentes;
- Desenvolvimento do produto turístico no sentido da sua diversificação, diferenciação e valorização com melhorias em vertentes ainda insuficientemente dinamizadas, nomeadamente, no domínio da animação;
- Melhoria da produtividade e da qualidade da prestação de serviços dos activos do sector.

As principais **medidas** a implementar, tendo em vista a prossecução dos objectivos definidos, são as seguintes:

- Promoção e consolidação de novos nichos de mercado específicos já identificados, como o golfe e os congressos, de modo a conservar a não sazonalidade deste destino;
- Desenvolvimento de acções para a diversificação de mercados, dirigidas fundamentalmente para os mercados tradicionais e para alguns mercados emergentes, as quais traduzem-se, principalmente, na participação em feiras e na organização de *Workshops* e seminários;
- Promoção do destino turístico, nomeadamente com recurso à colaboração do ICEP, através de acções promocionais diversas e da continuação da Campanha de Imagem;

- Acções de formação e aperfeiçoamento profissional, particularmente as ministradas na Escola de Hotelaria da Madeira;
- Preparação das medidas legislativas relativas à aplicação do novo regime legal dos empreendimentos turísticos e agências de viagens, da regulamentação das actividades das empresas de animação turística, bem como da reformulação do regime do SIFIT;
- Elaboração do Plano de Ordenamento Turístico da RAM, tendo em vista assegurar um desenvolvimento harmonioso e sustentável do sector.

Comércio e Serviços

A actividade comercial assume especial importância na Região, devido às particularidades da economia regional. A situação de insularidade é responsável pela enorme dependência em bens e serviços do exterior, o que implica só por si uma necessidade de maior acumulação de *stocks*, com vista a reduzir a probabilidade de ruptura dos mesmos.

O comércio a retalho é uma actividade muito fragmentada, predominando unidades empresariais de pequena dimensão, com baixo valor bruto de produção por estabelecimento. Este apresenta, comparativamente ao comércio grossista, um maior número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço, gerando, no entanto, um valor acrescentado apenas ligeiramente superior.

Apesar de recentemente ter surgido um considerável número de superfícies comerciais de grande dimensão, quer no comércio a retalho, quer no comércio por grosso, a situação do sector ainda se caracteriza por uma elevada fragmentação.

A abertura da economia da Região ao exterior, no contexto da integração europeia, realçou o papel de crescente importância desempenhado pelo comércio no funcionamento da actividade económica e contribuiu para acentuar mudanças nos padrões de consumo e modo de vida dos cidadãos. A tendência para a globalização dos mercados e a internacionalização da economia obriga à adopção de estratégias empresariais, visando a modernização e a internacionalização das empresas e o aumento da sua competitividade.

Neste contexto, e tendo em vista a modernização do sector, têm vindo a ser criados, no âmbito do QCA II, instrumentos de apoio ao investimento privado, quer a nível regional, quer a nível nacional.

A nível nacional foi criado o Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM) de que a Região tem sido beneficiária, o qual tem por objectivo promover o desenvolvimento sustentado da competitividade das empresas do sector comercial no quadro de uma estratégia coerente de modernização da sua actividade. Contempla apoios directos à dinamização das empresas, à cooperação empresarial e às estruturas associativas.

O Regime de Incentivos às Microempresas (RIME) e o Sistema de Apoios aos Jovens Empresários (SAJE) têm, também, criado condições para a dinamização do sector do comércio e serviços, assim como para a criação directa de postos de trabalho.

A nível da Região foi criado, no actual Programa Operacional Plurifundos (POPRAM II), o Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Empresarial da Região (SIDERAM), o qual, para além da indústria e do artesanato, apoia o sector do comércio e serviços. O objectivo deste sistema de incentivos, adaptado às especificidades e prioridades regionais, é o de contribuir para o reforço da base económica da Região e para o desenvolvimento local, incentivando o potencial de desenvolvimento endógeno, através de apoios à criação e modernização de pequenas e médias empresas.

No âmbito do SIDERAM foram já aprovados, na área do Comércio e Serviços, projectos de investimento no valor de 295,6 milhares de contos, os quais contribuíram para a criação de 115 postos de trabalho.

Os objectivos prioritários e linhas de actuação para 1998 são:

- Promover a modernização, eficiência e a melhoria da competitividade das empresas na área do comércio e dos serviços, e criar condições que facilitem o respectivo acesso ao mercado;
- Incentivar o desenvolvimento de actividades inovadoras, especialmente no âmbito dos serviços, que potenciem o desenvolvimento regional;
- Continuar a implementação de medidas que contribuam para a manutenção da competitividade da Região no âmbito da Zona Franca;
- Desenvolver e apoiar acções de promoção e divulgação de produtos, serviços e de internacionalização das empresas da Região;
- Prosseguir o esforço de criação de infraestruturas de comercialização, sobretudo de produtos agrícolas, pecuários e da pesca.

No âmbito das **Actividades Económicas, em geral**, estão previstas ainda as seguintes acções:

- Implementação do Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria, por forma a permitir a visualização imediata e quantificada da globalidade dos estabelecimentos comerciais, industriais e de extracção de inertes, bem como a sua localização e características produtivas;
- Continuação da implementação do PIDAE - Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica, em colaboração com as estruturas empresariais, no sentido de divulgar informações pertinentes ao adequado exercício da actividade económica;
- Dinamização de acções de cooperação, nomeadamente com as regiões ultraperiféricas, em domínios considerados prioritários, designadamente no domínio das trocas económicas e penetração no mercado interno, desenvolvimento industrial (incluindo Zonas Francas), transportes, agricultura e pescas, de modo a possibilitar a troca de Know-how e a realização de acções comuns;
- Apoio às Estruturas Associativas Empresariais, tendo em vista sobretudo, a divulgação de informação, quer relativa a sistemas de incentivos, quer da legislação aplicada em cada sector, bem como a participação em estudos e assistência técnica;
- Apoio ao associativismo inter-empresarial nas suas diferentes formas;
- Implementação do "Observatório do Comércio", em colaboração com as associações empresariais, com o objectivo de conhecer, em tempo oportuno, a situação conjuntural do sector e promover acções adequadas;
- A nível do comércio externo e em colaboração com o ICEP, proporcionar a necessária formação e informação, tendo em vista a promoção e divulgação no exterior de produtos, serviços e empresas da Região Autónoma da Madeira;
- Apoio, através do Centro de Empresas e Inovação da Madeira (CEIM), à criação de empresas inovadoras, à reestruturação das empresas já existentes, bem como prestação de serviços de consultoria para o desenvolvimento de projectos que envolvam a criação de factores dinâmicos de competitividade (*marketing, design, qualidade, engenharia financeira, formação e informação*);

- Realização de programas de sensibilização sobre a importância da inovação na promoção da competitividade;
- Criação e implementação de uma Agência de Desenvolvimento, estrutura de âmbito regional, de carácter interinstitucional, cuja esfera de acção se consubstanciará na concepção, elaboração e gestão de projectos de resultante económica e social;
- Implementação de outras acções conducentes à mobilização do potencial de iniciativa endógena, como sejam as que visem a dinamização empresarial e o estabelecimento de redes de cooperação, de modo a criar condições propícias ao investimento, à detecção de oportunidades de negócio e ao desenvolvimento de formas de colaboração entre empresas e instituições, quer internamente, quer com outras regiões.

Defesa do Consumidor

A defesa dos direitos dos consumidores e a salvaguarda intransigente da saúde pública são os vectores principais que norteiam a acção governamental nesta área.

A instalação de um Serviço de Defesa do Consumidor que exerça um papel informativo e pedagógico no que respeita aos direitos dos cidadãos que adquirem bens ou serviços, é o grande objectivo a curto prazo.

Por sua vez, a Inspeção Regional das Actividades Económicas prosseguirá a sua acção junto dos agentes económicos e dos consumidores em geral, visando a repressão do comércio ilegal e das infracções contra a saúde pública, através de acções de natureza preventiva.

Em colaboração com as associações comerciais, industriais, sindicais e de consumidores, realizar-se-ão acções de informação que interessem aos respectivos associados e ao público em geral.

O reforço da protecção devida aos consumidores terá concretização com a instalação de um Serviço de Defesa do Consumidor que, sem prejuízo da acção da Inspeção Económica, promoverá ampla divulgação e informação técnica.

Transportes

A **rede viária regional** actualmente em serviço, com uma extensão aproximada de 530 Km, além de estruturalmente condicionada pela orografia da Região, apresenta problemas que resultam fundamentalmente:

- de algumas vias não estarem projectadas para os actuais níveis de tráfego em termos de fluxos e tonelagem dos mesmos;
- de a rede viária se desenvolver por terrenos de natureza geológica adversa, o que provoca uma deterioração mais rápida e acentuada da mesma;
- de uma intensificação dos fluxos de tráfego no Funchal e concelhos envolventes onde se concentram três quartos da população e as principais actividades, equipamentos e infraestruturas, numa área inferior a um terço da Região, ocorrendo frequentemente situações de estrangulamento.

Para além do reforço generalizado dos níveis de acessibilidade intra-regional e da compatibilização da rede viária com a procura de transporte a médio e longo prazo, as obras/acções previstas no PIDDAR/1998 visam também:

- a diminuição dos custos de operação;
- a redução dos custos associados ao tráfego em trânsito, através de uma melhor gestão do tráfego e de transferências do modo de transporte;
- a melhoria do nível de comodidade e segurança em todos os modos de transporte;
- a melhoria dos circuitos turísticos.

A concretização destes objectivos passa pela implementação de várias **medidas**, nomeadamente:

- construção de novas vias com características de vias rápidas e sua articulação com a rede viária envolvente, com destaque para o eixo viário Machico-Ribeira Brava, já parcialmente construído e em serviço;
- construção de novas ligações ao Norte da Ilha;

- requalificação da rede viária em termos de sinalização e segurança;
- conservação/remodelação da rede viária em serviço.

No decurso de 1998 salientam-se:

- trabalhos de construção da 2ª. fase da Circular à Cidade do Funchal à Cota 200 – troço entre o Nó João Gomes e o Nó da Saída Oeste e os da 2ª. fase da Via-Rápida Funchal-Aeroporto, correspondente ao troço entre a Cancela e o Aeroporto;
- trabalhos de construção das ligações ao Norte da Ilha, através do Túnel Rodoviário da Encumeada e do Túnel do Norte, este último incluído na Via Expresso Machico-Faial, que permitirão um mais rápido e seguro acesso à Costa Norte da Madeira, com grandes benefícios para as suas populações;
- as novas ligações entre o Paúl do Mar e o Jardim do Mar, a 1ª. fase da nova ligação entre a Calheta e os Prazeres e a 2ª. fase da variante à ER 102, na freguesia da Camacha, que permitirão benefícios significativos em termos de rapidez e segurança da circulação rodoviária;
- continuação dos programas de beneficiação e de requalificação da rede viária regional visando a melhoria da segurança e das condições de circulação, de que se salienta a correcção do traçado da ER 101 entre a Tabua e a Ponta do Sol e beneficiação do troço da ER 101 entre São Vicente e o Porto Moniz.

Tendo em conta as carências existentes no âmbito das **infraestruturas portuárias**, os investimentos prioritários a realizar em 1998 visam os seguintes **objectivos**:

- Revitalização urbanística do Porto do Funchal, de modo a torná-lo competitivo a nível do mercado internacional de cruzeiros;
- Modernização e recuperação das infraestruturas e equipamentos portuários existentes;
- Racionalização de recursos existentes, de modo a incrementar o nível de produtividade e reduzir os encargos portuários para que se aproximem das médias nacionais e internacionais;
- Elaboração de planos de ordenamento da zona litoral da RAM;

- Desenvolvimento das infraestruturas marítimo-turísticas em diversos concelhos da Região, a fim de dinamizar as actividades náuticas de recreio e criar pólos turísticos mais atractivos;
- Desenvolvimento das infraestruturas portuárias do Caniçal.

A definição destes objectivos tem subjacente a preocupação em actuar em duas grandes áreas – a das infraestruturas portuárias e as de apoio à actividade produtiva. Como zonas de intervenção prioritária foram definidos o Porto do Funchal, a Calheta, Machico e o Porto Santo.

Tendo em vista a revitalização urbanística do Porto do Funchal, de modo a torná-lo competitivo a nível do mercado internacional de cruzeiros, será dada continuidade aos projectos de Remodelação do Forte de Nossa Senhora da Conceição e de construção das infraestruturas Marítimo-Turísticas do Porto do Funchal, das redes de águas e esgotos e da Gare Marítima do mesmo porto.

No âmbito da modernização e recuperação das infraestruturas e equipamentos portuários existentes, destacam-se os projectos da Grande Reparação do Molhe Sul do Porto do Funchal, da 2ª. fase do Cais da Calheta, de ampliação do Cais de Machico (1ª. e 2ª. fases), a construção/conservação de obras marítimas e as infraestruturas de apoio náutico no Porto Santo, entre outros.

Com o objectivo de racionalizar os recursos existentes, de modo a incrementar o nível de produtividade e reduzir os encargos portuários, prevê-se implementar, nomeadamente, a construção dos Terminais Roll on-Roll off no Porto do Funchal e no Porto do Porto Santo e a aquisição de equipamento informático.

Estão já em fase de elaboração os Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

Tendo em vista dinamizar as actividades náuticas de recreio e criar pólos turísticos mais atractivos, serão realizados diversos investimentos, de que se destaca a construção de zonas balneares.

Prosseguirão as obras relativas às infraestruturas portuárias do Caniçal, nomeadamente, o Estaleiro Naval e Porto de Pesca e a Construção do Molhe Exterior do Terminal Marítimo (1ª. fase).

Relativamente às **infraestruturas aeroportuárias**, será dada continuidade aos trabalhos de ampliação do Aeroporto do Funchal, os quais visam dotar a Região de um aeroporto intercontinental. Este projecto, da responsabilidade conjunta dos Governos da República e Regional e da ANAM, EP, tem beneficiado de co-financiamento da União Europeia, através do FEDER e do Fundo de Coesão.

Energia

A Região Autónoma da Madeira, devido à sua localização geográfica e porque não dispõe de recursos energéticos fósseis, apresenta uma dependência significativa do exterior polarizada nos derivados do petróleo. A pequena dimensão do seu sistema energético cria fortes constrangimentos ao recurso às tradicionais alternativas para a substituição dos produtos petrolíferos.

Em termos de energia primária, os recursos endógenos representam cerca de 15% da procura global, sendo o restante importado.

Os recursos energéticos locais com maior expressão no balanço energético regional são a hidroelectricidade e a biomassa florestal. Também a energia eólica e solar, cuja expressão não é tão elevada, têm considerável importância entre as fontes energéticas renováveis disponíveis na Madeira. A energia eólica e solar apresentam um elevado potencial e podem ter um grande desenvolvimento no futuro, caso determinadas barreiras e constrangimentos venham a ser superados.

Apesar dos esforços desenvolvidos no domínio do aproveitamento de fontes de energia renováveis, o sistema electroprodutor continua muito dependente dos derivados do petróleo, dado que o acréscimo da produção proveniente destas fontes de energia não tem sido suficiente para fazer face ao acentuado crescimento do consumo. De referir que, no período 1991-1996, a produção de energia cresceu, em média, à taxa de cerca de 8%.

No entanto, devido à entrada em funcionamento das capacidades instaladas nos domínios hídrico e eólico, a contribuição dos recursos energéticos regionais para a produção de energia eléctrica situou-se, no ano de 1996, em cerca de 33% (contra 18% em 1990).

O consumo de combustíveis tem, também, crescido a um ritmo muito intenso.

A **política energética** a prosseguir em 1998 visa:

- Assegurar um aprovisionamento e abastecimento energético de qualidade;
- Desenvolver estudos e apoiar projectos com vista à redução de dependência energética do exterior, através da valorização dos recursos energéticos locais e da utilização racional de energia, bem como promover acções visando a utilização de soluções inovadoras de produção e utilização energéticas mais equilibradas ambientalmente.

Dada a importância do factor energético no desenvolvimento económico e social, serão equacionadas medidas visando uma política de preços que não penalize a competitividade regional e o nível de vida das populações.

Das **medidas e acções** a concretizar em 1998 relevam-se:

- Desenvolver estudos e projectos no âmbito de programas comunitários, em co-opeação com outras regiões da União Europeia, no domínio energético e suas interfaces com o ambiente e qualidade de vida;
- Promover uma aplicação eficaz, na Região, do Programa Energia, através de apoios visando a poupança de energia e a valorização de recursos locais;
- Promover a actualização do Plano Energético Regional, tendo em conta a evolução recente e as perspectivas internacionais, comunitárias, nacionais e regionais, no que concerne ao aprovisionamento energético, à evolução tecnológica e ao comportamento dos operadores e consumidores;
- Apoiar a produção de energias renováveis, através da concessão de indemnizações aos produtores independentes de energia.

Educação

Nos últimos anos tem-se registado um incremento da frequência do ensino decorrente do aumento da oferta de serviços de educação e da procura potencial que existe.

Assim, em resposta aos desafios que se colocam à educação pelo seu papel determinante na valorização do potencial humano e, conseqüentemente, na promoção do desenvolvimento da Região, a este sector foi conferido uma elevada prioridade na

estratégia de desenvolvimento regional, tendo sido traçados os seguintes **objectivos**:

- Generalização do acesso à educação, garantindo a igualdade de oportunidades ao longo da vida e alargando a base dos que frequentam a escola, com sucesso, em todos os níveis de ensino;
- Promoção da qualidade, eficiência e eficácia do sistema educativo;
- Melhoria do sistema educativo, nomeadamente através da promoção de vias tecnológicas e profissionalizantes, de modo a proporcionar uma resposta adequada aos sectores de actividade mais exigentes em qualificações e de uma adaptação permanente às necessidades decorrentes das opções estratégicas de desenvolvimento.

Para a concretização destes objectivos, o programa de Governo para o presente quadriénio atribui ao sector uma importância fulcral nos programas de investimento regional, nas áreas de infraestruturas, apetrechamento e equipamentos e ainda no que concerne à formação de todos os técnicos que nele labutam.

Assim, reportando-nos aos objectivos traçados para o presente quadriénio, constituem **medidas** operacionais a concretizar, também em 1998, as seguintes:

- Continuação do processo encetado de redimensionamento da rede regional escolar e construção de novas instalações escolares, de que se realçam: pelas implicações a outros níveis, a 2ª. fase das Escolas Básicas e Secundárias da Madalena, de Santa Cruz, de Santana e do Porto Santo; a Escola Básica e Secundária do Carmo, em Câmara de Lobos; e as Escolas Básicas de 2º e 3º Ciclos do Caniço, de São Gonçalo (Funchal), da Ponta do Sol e do Porto Moniz, entre outras;
- Prossecução do projecto de apetrechamento e modernização dos equipamentos escolares, nomeadamente os de índole laboratorial;
- Expansão da rede de Centros de Apoio Psicopedagógico a outros concelhos, e formação de pessoal especializado, por forma a alargar o apoio a um maior número de jovens com necessidades educativas especiais (quer deficientes, quer sobredotados) bem como encetar uma nova visão de apoio aos sub-sistemas educativos concelhios;

- Prossecução do apoio ao desenvolvimento do ensino superior, nomeadamente através de contratos-programa celebrados com as instituições sediadas na Região, em especial para a concretização de acções e actividades que visem o desenvolvimento técnico-científico e sócio-cultural da Madeira e dos seus cidadãos;
- Continuação da aposta na formação dos recursos humanos Docentes e Não Docentes, quer através da organização directa de acções e actividades pelos Departamentos do Governo, como através do apoio (financeiro, material, logístico) às Comissões de Formação das Escolas e dos Sindicatos;
- Estabelecimento de novas normas conceptuais e organizacionais de gestão pedagógica, administrativo-financeira e dos recursos humanos, numa perspectiva de valorização da inovação, em especial através dos programas regionais como o MADⁱⁿ;
- Prossecução de acções tendentes a alargar a Rede Escolar Integrada de Telecomunicações, quer através da implantação de novos meios técnicos, como do estabelecimento de novos sistemas de informação e de novas bases de dados, bem ainda através do recurso à experimentação via TV Cabo Madeirense;
- Criação da Escola Tecnológica, em regime de parceria com as Associações Empresariais e Sindicais interessadas;
- Manutenção do apoio à publicação de edições entendidas como de reconhecido mérito em áreas científicas e pedagógicas.

Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico

O desenvolvimento da investigação científica e o desenvolvimento tecnológico deverá articular-se com um conjunto de políticas sectoriais, contribuindo para a melhoria do sistema educativo, do tecido produtivo, da qualidade de vida e do bem estar social e para a criação de emprego, tendo em conta os problemas e desafios decorrentes da evolução do sistema sócio-económico.

As principais **linhas de actuação** para 1998 são as seguintes:

- Criar condições de atracção de meios humanos e sua afectação a projectos considerados de interesse em áreas científico-tecnológicas prioritárias para a Região;

- Prosseguir o esforço de investimento em infraestrutura de I&D;
- Continuar a desenvolver acções de formação avançada de recursos humanos e promover a mobilidade dos investigadores;
- Apoiar o desenvolvimento da base do sistema de C&T da Região e promover a mobilização da capacidade científica e tecnológica para a inovação e o desenvolvimento regional, tendo em vista:
 - . Assegurar o desempenho de actividades de I&D, com interesse para a Região e para as instituições do Sistema de C&T da Região;
 - . Reforçar a presença da Região nos espaços científico-tecnológicos nacional e europeu;
 - . Contribuir para a aquisição de capacidade tecnológica por parte dos sectores económicos;
 - . Contribuir para a mobilização do interesse da Sociedade e, em especial, das camadas jovens pela C&T.

Para além das acções a desenvolver em 1998, da responsabilidade de organismos da Administração Regional, que foram, na sua maior parte, já referidas no âmbito das políticas sectoriais, há a salientar as que se desenvolvem na área de actuação do Laboratório Regional de Engenharia Civil, nomeadamente:

- Desenvolvimento de sistemas de informação estatística e de acções de investigação nos domínios dos recursos naturais, energias renováveis e ambiente, em cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais;
- Apetrechamento do Laboratório tendo em vista o apoio à indústria de construção e dos materiais e componentes para a construção, traduzido na certificação de qualidade das empresas regionais;
- Realização de estudos de avaliação ecológica das zonas críticas e do comportamento térmico de edifícios;
- Implementação do centro de apoio metrológico;
- Desenvolvimento de acções de controle biológico das águas interiores.

Formação Profissional

Promover a qualificação dos recursos humanos da nossa Região constitui um vector fundamental da estratégia de desenvolvimento da Madeira. A preparação dos cidadãos para enfrentar os desafios decorrentes das transformações tecnológicas e sociais em curso e da competitividade e mobilidade resultantes da abertura e internacionalização, lançando bases sólidas para o futuro no domínio do desenvolvimento económico, social e cultural é uma aposta que deverá ser, persistentemente, encarada e prosseguida.

Neste sentido, um dos grandes objectivos para as políticas comunitárias propostas pela Comissão Europeia no âmbito da AGENDA 2000 consiste em basear o crescimento no conhecimento, considerando como áreas prioritárias de intervenção da política comunitária a investigação e desenvolvimento e a formação.

A Região prosseguirá o esforço de melhoria da qualificação do emprego, promovendo a qualificação da população activa numa perspectiva de adaptação às necessidades de modernização da economia, coordenando os sistemas educativos e de formação profissional e elevando os respectivos níveis de qualidade.

De referir que, em 1994, de acordo com os dados dos Quadros de Pessoal, apenas 15,1% dos trabalhadores possuíam, como nível de instrução, o ensino secundário ou superior. No que concerne ao nível ocupado na hierarquia do emprego, os quadros superiores e os quadros médios representavam 1,3% e 3,7%, respectivamente.

As **medidas** a concretizar em 1998, de acordo com a orientação definida, são as seguintes:

- promoção e apoio à realização de acções de formação profissional de jovens e de activos;
- melhoria de infraestruturas de apoio à formação profissional em áreas específicas;
- desenvolvimento de programas de formação para grupos sociais específicos e que denotem maiores dificuldades de inserção no mercado laboral;
- continuação do intercâmbio com instituições estrangeiras, visando muito especialmente o desenvolvimento de projectos transnacionais, na área da formação/-emprego, em particular com regiões europeias, periféricas ou não;

- implementação dum sistema de acreditação empresarial para a área da formação profissional;
- promoção duma visão concorrencial e de cooperação entre as pequenas e as micro empresas regionais, nomeadamente na organização da formação interna das mesmas;
- apoio à qualificação de técnicos especialistas de Qualidade, com o objectivo de assegurar a viabilização dos processos de certificação de todas as empresas regionais que o desejem ou necessitem;
- manutenção do apoio a acções de formação avançada, através do CITMA e com apoio do FSE, nomeadamente a mestrados e doutoramentos, bem ainda à realização, na Região, de Congressos, Seminários e *Simposiuns* de interesse para a Ciência e Tecnologia regional;
- continuação do apoio à integração sócio-profissional de deficientes, quer por via directa, através da instalação por conta própria, quer por via indirecta, através da subsidiação de empresas;
- Elaboração de estudos tendentes a identificar as necessidades de formação, bem como as medidas e acções a desenvolver, entendidas como fulcrais para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente tendo em conta os cenários e orientações delineados no âmbito da AGENDA 2000.

Emprego

A evolução da situação do Emprego na RAM tem sido caracterizada por níveis baixos de desemprego, situando-se a taxa de desemprego nos 5,1%, em 1996, em contraste com as verificadas tanto a nível nacional como a nível europeu (7,3% e 10,8%, respectivamente). No entanto, e após a descida gradual dos últimos anos, tem-se vindo a assistir, desde 1994, a uma ligeira aceleração do desemprego (em 1993, a taxa de desemprego foi de 3,9%).

Deste modo, mantém-se a necessidade de se continuar a desenvolver acções que visem a valorização dos recursos humanos, os quais constituem o principal recurso estratégico para o desenvolvimento da Região.

O grande objectivo estratégico do Governo, em matéria de Emprego, passa pela criação de condições que permitam aos madeirenses dispôr de empregos estáveis, qualificados e melhor remunerados, numa perspectiva de valorização de recursos humanos.

As diversas medidas activas, já em execução, vão continuar a ter grande expressão no investimento a realizar na área do Emprego.

Com especial atenção aos grupos populacionais menos favorecidos no acesso ao emprego, como os jovens e os desempregados de longa duração, vão implementar-se diversas medidas específicas, com destaque para as que se referem à criação do próprio emprego, ao apoio à contratação e aos estágios profissionais.

Também serão desenvolvidos sistemas de apoio às pessoas desempregadas, tendo em vista auxiliá-las na procura e obtenção de um emprego, nomeadamente fomentando o aparecimento de Clubes de Emprego e Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVA's).

Numa perspectiva de alargamento do âmbito de actuação dos serviços de Emprego e da sua aproximação às populações que necessitem de apoio nesta área, irão ser criadas acções descentralizadas pelos vários concelhos da Região, permitindo-se um atendimento local.

Deste modo, para 1998, as **medidas específicas** a desencadear ou em curso são as seguintes:

- Apoio à Contratação, que inclui acções de apoio à criação de postos de trabalho;
- Apoio à Criação do Próprio Emprego, que prevê o apoio à criação do próprio emprego por parte dos beneficiários (jovens e desempregados de longa duração) de prestações de desemprego;
- Programa Ocupacional de Subsidiados e Desempregados em Situação de Carência Económica, que visa a atribuição de incentivos às entidades promotoras que enquadram trabalhadores subsidiados e trabalhadores desempregados, em situação de carência económica, em projectos ocupacionais;
- Estágios Profissionais, que visam a atribuição de incentivos às entidades empregadoras que promovam estágios a jovens com idades entre os 18 e 25 anos, com qualificações de nível superior ou de nível intermédio;

- Formação e Inserção de Desempregados, que visam o apoio à criação de postos de trabalho efectivo;
- Iniciativas Locais de Emprego, que revestem dois tipos de apoios: subsídios a fundo perdido e empréstimos sem juros;
- Unidades de Inserção na Vida Activa, que são organizações ou serviços que prestam apoio a jovens candidatos ao 1º emprego e a outras pessoas com vista à sua inserção na vida activa;
- Clubes de Emprego, como uma forma de organização de actividades de apoio a desempregados, em especial aos de longa duração, nos quais os mesmos participam directamente com vista à solução dos seus problemas;
- Apoio à Actividade de Agentes de Desenvolvimento;
- Programa Ocupacional de Desempregados, que visa a colocação de desempregados em actividades que satisfaçam necessidades colectivas e possibilita a experiência de trabalho e formação suplementar, de modo a facilitar a obtenção de um emprego estável ou a criação do próprio emprego;
- Apoio Complementar de Formação, que se traduz num apoio à formação complementar dos ex-estagiários de cursos de formação profissional, mediante a ocupação num posto de trabalho real;
- Formação de Agentes de Desenvolvimento, de modo a apoiar e incentivar o desenvolvimento local;
- Criação do Próprio Emprego de Subsidiados, incentivando a criação do seu próprio emprego.

Trabalho

O clima de paz e estabilidade social que se vive na Madeira, constitui uma condição indispensável ao desenvolvimento sócio-económico da Região e à melhoria sustentada das condições de vida e do bem-estar dos madeirenses.

A estabilidade social só tem sido possível através do desenvolvimento de uma política laboral baseada em princípios e objectivos de solidariedade e de justiça social.

O diálogo e a concertação social, fundados no tripartismo, têm constituído os pilares do sucesso da política laboral do Governo Regional. A intervenção moderadora dos poderes públicos, com o respeito pela liberdade e autonomia negocial dos parceiros sociais, propicia condições para um desenvolvimento mais harmonioso das relações laborais.

As grandes linhas de actuação para 1998 seguirão as políticas que, nesta área, têm vindo a ser implementadas nos últimos anos.

Assim, manter-se-á uma política de rendimentos que assegure o reforço do poder de compra dos madeirenses, nomeadamente através da fixação de salários mínimos regionais superiores aos do Continente e da promoção de revisões salariais em níveis superiores aos da inflação.

Para além do prosseguimento de todas as acções que, com carácter permanente, se desenvolvem na perspectiva das políticas consagradas no Programa do Governo, para 1998 prevêem-se as seguintes **medidas específicas**:

- promoção de acções de informação e divulgação no domínio da Prevenção e da Higiene e Segurança no Trabalho;
- activação de programas e acções no domínio da Igualdade no Trabalho e no Emprego;
- promoção de estudos e publicações no domínio das Estatísticas Sócio-Laborais;
- realização de acções de formação e divulgação no âmbito da legislação laboral.

Juventude

No quadro de uma sociedade moderna e competitiva, os jovens são um elemento preponderante como protagonistas de mudança.

Importa pois criar condições para o desenvolvimento da sua personalidade e meios que lhes permitam uma intervenção activa na sociedade.

Uma política de Juventude, global e integrada, que assegure a participação dos jovens no debate e resolução dos seus problemas é, por isso, vector de extrema importância na acção governativa.

As opções de política estratégica, no domínio da Juventude, para o ano de 1998, são:

- o estímulo à participação dos jovens em acções e/ou projectos de carácter social, de defesa do património ambiental e cultural e de preparação para a inserção na vida activa, através da reedição do programa “Juventude e Trabalho” e lançamento de outras iniciativas regionais, como contributos para a prevenção primária de flagelos, tais como a droga, o alcoolismo, criminalidade e prostituição;
- o fomento do turismo juvenil, mediante a expansão da rede de pousadas regionais, estando em curso a reestruturação do Centro de Juventude do Porto Santo e de uma infraestrutura, em construção, no Porto Moniz;
- a continuação do apoio ao Associativismo Juvenil, em particular o de ideal escutista e guidista, e à sua expansão, mediante instrumentos financeiros adequados e logísticos, como factor de combate à exclusão e discriminação social;
- o alargamento do circuito de informação, pondo ao dispôr dos jovens o acesso à rede Internet no Centro de Informação e Documentação da Juventude e instalação de uma linha telefónica com vista à prestação de um serviço de atendimento personalizado, com técnicos especializados, de apoio e encaminhamento juvenil;
- reforçar a familiarização dos jovens com as novas tecnologias de informação, prosseguindo com a funcionalidade de um centro de formação de cursos de informática.

Cultura

As acções recentes desenvolvidas neste sector têm-se traduzido na preservação do património móvel e imóvel, no apoio a diversas realizações artísticas e culturais, incentivando-se a sua descentralização, e na promoção de diversas acções tendentes à dinamização do sector museológico e das bibliotecas, de acordo com os objectivos delineados para o sector.

Assim, e no que respeita ao património edificado, foram concretizadas iniciativas destinadas a classificar diversos imóveis como sendo de “valor local” e de “valor regional”. Foi dada continuidade à elaboração de projectos e outras iniciativas visando a recuperação e restauro de alguns imóveis classificados, de que se destacam as Igrejas da Sé e do Colégio, neste caso em colaboração com o IPPAR - Instituto Português do Património

Arquitectónico e Arqueológico e com a DGEMN - Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

Foram também apoiados os trabalhos de recuperação e preservação de diverso património móvel e imóvel, salientando-se o restauro do órgão e das telas do Convento de Santa Clara, bem como do Museu de Arte Sacra, entre outros.

Na área museológica, as acções implementadas tiveram como objectivo o apetrechamento técnico e cultural e o enriquecimento do acervo museológico (nomeadamente do Museu das Cruzes, do Museu Etnográfico e do Museu de Arte Contemporânea), bem como a dinamização de exposições temporárias nos respectivos espaços, de forma a potenciar o aumento do número de visitantes.

Por outro lado, foi dada continuidade à publicação da revista ISLENHA e de outras obras e foram apoiadas publicações de reconhecido interesse cultural. Na área das bibliotecas e arquivos foram realizados alguns investimentos e melhorados os serviços, nomeadamente na Biblioteca de Culturas Estrangeiras, na Biblioteca de Documentação Contemporânea e no Arquivo Regional, que procedeu ao lançamento da Revista do Arquivo, e à realização de uma exposição alusiva à primeira metade do século.

Continuaram a ser organizadas ou apoiadas diversas acções de animação e divulgação cultural, nomeadamente exposições, conferências e concertos e foi impulsionado o programa de descentralização cultural no domínio da música.

De realçar ainda os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), na área da investigação e conhecimento historiográfico.

No âmbito da Cultura, constituem **prioridades de intervenção** para o ano de 1998:

- Recuperação e preservação do património regional;
- Dinamização e enriquecimento do sector museológico;
- Manutenção do apoio às actividades artísticas e culturais numa perspectiva de descentralização cultural e de animação e divulgação cultural;
- Apoio à investigação historiográfica, através do CEHA.

Neste sentido, as principais **acções** a implementar em 1998 são:

- Recuperação e beneficiação de importantes referências do património imóvel, como sejam as Igrejas da Sé e do Colégio e o Núcleo de Santo Amaro, bem como a continuação do apoio financeiro, nomeadamente para o restauro de património móvel do Convento de Santa Clara e do Museu de Arte Sacra e para a recuperação de património religioso;
- Continuação de acções visando o enriquecimento dos acervos dos museus e a sua informatização, a dinamização dos espaços museológicos, nomeadamente, a nível do Museu de Arte Sacra, Museu de Arte Contemporânea, Museu das Cruzes e Museu Etnográfico;
- Continuação do projecto de actualização e dinamização das Bibliotecas, designadamente da Biblioteca de Documentação Contemporânea e da Biblioteca das Culturas Estrangeiras;
- Apoio a diversas iniciativas artísticas e culturais, como sejam festivais, exposições, congressos, e sua divulgação através de publicação própria;
- Continuação do apoio à edição de obras de temática madeirense, em especial as do Centro de Estudos de História do Atlântico;
- Acções de formação e aperfeiçoamento profissional dos activos do sector.

Comunidades Madeirenses

Sendo que as nossas comunidades constituem um instrumento de afirmação da cultura e dos valores madeirenses nos países de acolhimento, o Governo Regional desenvolve uma política tendente a aproximar e a estreitar, cada vez mais, os laços afectivos e de solidariedade entre todos os madeirenses e seus descendentes. Ao promover a salvaguarda dos interesses dos nossos emigrantes nas sociedades onde se encontram integrados, estamos a defender a nossa cultura e a engrandecer o nome da Madeira no mundo.

Nessa perspectiva, manter uma presença activa junto das nossas Comunidades, através da difusão e troca de informação sobre a vida da Madeira, bem como prestando apoio às iniciativas de Clubes e Associações onde se integram madeirenses emigrados, constitui um dos vectores fundamentais da acção governamental no que respeita a este sector.

A existência, embora com tendência decrescente, de uma emigração temporária e sazonal, em especial para as ilhas inglesas do Canal, leva a que sejam mantidos contactos permanentes com as respectivas autoridades, de forma a salvaguardar uma melhoria permanente das condições em que vivem e trabalham os madeirenses que ali se deslocam.

Desporto

O fenómeno desportivo assume na Região Autónoma da Madeira uma importância significativa, não só pelos meios financeiros envolvidos, mas fundamentalmente pelas funções sociais, culturais e de promoção, individual e colectiva, que através dele se concretizam.

No âmbito do desporto pretende-se:

- assegurar o acesso da juventude e da população em geral à prática desportiva;
- incentivar a competição regional, através de apoios, sob diversas formas, a atletas, a clubes e à actividade desportiva competitiva no âmbito do desporto escolar;
- promover a excelência a nível do desporto, no quadro da regulamentação específica existente, relativa à alta competição;
- explorar as potencialidades de promoção da imagem da Região, através do desporto.

A concretização destes **objectivos** passa por actuações nas seguintes áreas principais:

- Infraestruturas desportivas;
- Apoio ao associativismo;
- Formação de Agentes desportivos;
- Alta competição;
- Desporto Profissional.

Das **acções** a desenvolver em 1998 destacam-se:

- Obras de construção e de melhoramento de infraestruturas desportivas e respectivo apetrechamento;

- Cedência de infraestruturas e apoio à construção e à aquisição de equipamento;
- Apoio técnico e de consultadoria aos clubes e associações, traduzido não só nos aspectos meramente desportivos, como também nas vertentes jurídica, financeira, de *marketing*, de engenharia e arquitectura, entre outros;
- Apoio à promoção de actividades de recreação e lazer;
- Apoio financeiro a equipas, de acordo com a política de apoio condicionada pelos padrões de qualidade atingidos e definida por regulamentos próprios discutidos no Conselho Desportivo Regional, bem como criação de condições que facilitem as deslocações necessárias à participação em actividades desportivas no âmbito da competição nacional e internacional;
- Apoios específicos à realização, na Região, de eventos desportivos de carácter nacional ou internacional;
- Incentivo à realização de eventos, nomeadamente seminários e *simposiuns* que, para além das suas funções específicas, possam servir de veículo de promoção da Região;
- Apoio ao desporto de alta competição, abrangendo um conjunto alargado de praticantes e outros agentes desportivos, o qual traduz-se em apoios financeiros, em assistência por médicos, fisioterapeutas e psicólogos, e em diversas facilidades a nível do ensino, do emprego, etc ...;
- Promoção da Formação, através de uma intervenção supra-modalidade, tentando abarcar áreas mais vastas, nomeadamente ao nível das categorias de dirigentes desportivos. Traduz-se, também, no apoio de uma biblioteca técnica, disponível em horário alargado e acessível a todos os interessados e de um posto público de acesso à Internet.

Saúde

A nível da Saúde continuam a verificar-se melhorias nos principais indicadores de saúde, nomeadamente os expressos nas relações habitantes/médico, habitantes/enfermeiro e taxa de mortalidade. A taxa de mortalidade infantil apresenta algumas oscilações de ano para ano, verificando-se mesmo, em 1996, um ligeiro crescimento. Contudo, as medidas adoptadas em 1997 no âmbito dos cuidados primários e hospitalares deverão inverter este crescimento acidental.

A taxa de cobertura da população pelos Centros de Saúde, que já era de 93% em 1996, deverá elevar-se para 94% em 1998. No entanto, a percentagem de utentes activos relativamente à população total ainda se encontra a um nível não satisfatório. Este valor deverá aumentar progressivamente com a implementação da medicina familiar em todos os Centros de Saúde da RAM. A grande mudança que brevemente se operará no Centro de Saúde do Bom Jesus, que a partir de Dezembro se estruturará em termos de medicina familiar, terá seguramente um reflexo muito forte no aumento da taxa de frequência dos Centros de Saúde.

A evolução registada na RAM nos principais indicadores de saúde indicia uma melhoria dos recursos físicos colocados à disposição da população na área dos cuidados primários, quer na abertura de novas unidades (Centros de Saúde) quer na remodelação, renovação e ampliação das já existentes.

Amédia de atendimentos nos serviços de urgência dos Centros de Saúde aumentou significativamente. A elevada procura dos serviços de urgência atesta bem o papel que desempenham como primeira trincheira dos utentes que necessitam de cuidados de saúde de carácter urgente e como alternativa à limitada oferta da consulta dos Centros de Saúde, consequência do reduzido número de médicos de clínica geral a trabalhar na RAM.

No âmbito da política de saúde definida no Plano de Médio Prazo 1994-99, adaptada ao contexto actual, a melhoria da acessibilidade aos cuidados primários de saúde, a redução das desigualdades perante a saúde e a melhoria da eficiência e da eficácia nos serviços continuam a ter importância fulcral.

Deste modo, as principais **linhas prioritárias de actuação**, para o ano de 1998, da responsabilidade do **Centro Regional de Saúde**, são as seguintes:

- Intensificar todas as acções orientadas para a protecção da saúde e prevenção da doença, actuando nomeadamente através dos diversos programas regionais a implementar: Programa "Anti-Tabágica"; Programa Regional "Saúde Oral"; Programas Regionais de "Rastreio do Cancro da Mama" e "Rastreio do Cancro do Colo do Útero";
- Intensificar as acções preventivas e curativas no âmbito da saúde mental, que decorrem sob a liderança do Centro de Saúde Mental, nomeadamente através da abertura de uma Unidade de Tratamento (com internamento de 5 camas) para toxicodependentes e do lançamento do programa de prevenção e tratamentos da depressão;

- Prosseguir o programa de descentralização da prestação de cuidados no âmbito da medicina física e reabilitação, através da abertura de novas Unidades de Reabilitação no Centro de Saúde de Santa Cruz e no Centro de Saúde do Seixal e da melhoria das instalações da Unidade do Centro de Saúde da Calheta;
- Implementar acções no domínio da humanização dos serviços, de maneira a melhorar as condições de atendimento dos utentes;
- Continuar a implementação da medicina familiar em todos os Centros de Saúde da RAM, baseando-a na constituição de equipas de saúde (médico, enfermeiro e administrativo) e estabelecendo uma relação de responsabilidade e de fidelização entre os utentes e a equipa de saúde liderada pelo médico de família;
- Acentuar a componente da descentralização do Centro Regional de Saúde para que, sem quebra da necessária homogeneidade do Centro, seja possível transferir mais competências para as direcções dos Centros de Saúde, num quadro de maior autonomia de gestão de recursos;
- Desenvolvimento de acções de modernização, remodelação e ampliação de edifícios do CRS com vista à melhoria do parque de instalações e equipamentos médico e laboratorial;
- Prosseguir o esforço de investimento na construção de novos Centros de Saúde, tendo em vista a melhoria de acessibilidade aos cuidados de saúde em todo o território;
- Manter o ritmo de desenvolvimento informático, através do aumento das capacidades do hardware já instalado e da introdução de novo software que permita a automatização de diversas funções nas áreas logísticas e clínica.

A nível do **Centro Hospitalar do Funchal**, foram desencadeadas durante o ano de 1997 as medidas consideradas como necessárias à implementação do Plano Director, designadamente a realização do concurso, com vista à contratação de serviços de consultadoria na área da concepção e programação hospitalar, a criação dos Departamentos de Acção Médica e o lançamento do concurso público internacional com vista à contratação do Projecto de Remodelação do ex-Hospital Dr. João de Almada.

Face à dimensão e à complexidade do conjunto das acções a desenvolver, e tendo ainda em conta a necessidade de ser assegurado o normal funcionamento dos serviços, de modo a que as condições necessárias à prestação de cuidados de saúde à população não

sejam afectadas pelos trabalhos inerentes à execução das obras e à transferência de serviços, não foi possível iniciar as obras no terreno, o que se prevê para 1998.

As áreas de intervenção prioritárias, de acordo com o previsto no Plano Director, são as seguintes:

- Reprogramação do Serviço de Urgência e a sua transferência para instalações mais adequadas, a adaptar para esse efeito;
- Construção de um pavilhão anexo ao edifício do Hospital Cruz de Carvalho, com vista à instalação de vários serviços, designadamente:
 - . Transferência dos Serviços de Obstetrícia, Ginecologia e Pediatria (Internamento e Urgência), com capacidade para 150 camas;
 - . Programação e instalação do sector de internamento de Psiquiatria de Agudos, com capacidade de, pelo menos, 30 camas.
- Programação e instalação do Hospital de Dia de Psiquiatria;
- Transferência da unidade de Hemodiálise para novas instalações, a serem criadas no HCC;
- Transferência do Hospital de Dia de Hemato-Oncologia, para novas instalações, a serem adaptadas para esse efeito;
- Transferência do Serviço de Medicina Física e Reabilitação para novas instalações, a serem criadas ou adaptadas para esse efeito;
- Reestruturação e remodelação das instalações do Hospital Dr. João de Almada, com vista à criação de condições para o internamento de doentes crónicos e de evolução prolongada, com capacidade para 200 camas;
- Remodelação e adaptação de instalações, no âmbito da criação dos novos Departamentos.

As **intervencções** a concretizar, em 1998, a nível das estruturas hospitalares, são as seguintes:

- Desenvolvimento de acções, a desencadear ou em curso, no âmbito da instalação do Laboratório de Hemodinâmica e Angiografia Digital, já em fase de adjudicação;

- Adaptação e remodelação das instalações do Hospital Dr. João de Almada, com vista à criação de condições para situações de internamentos de longa duração e altas problemáticas;
- Desenvolvimento de acções no âmbito das infraestruturas de apoio ao CHF, nomeadamente:
 - . Adaptação e reestruturação das instalações técnicas especiais, na óptica da sua manutenção, conservação, beneficiação e da segurança;
 - . Remodelação e beneficiação da Consulta Externa do HCC;
 - . Remodelação do Serviço de Urgência e Bloco Operatório.
- Desenvolvimento de acções no âmbito da aquisição de equipamentos de diagnóstico e de terapêutica a instalar no Gabinete Médico-Legal e em vários outros Serviços (Anestesia, Radiologia, Gastreenterologia, etc.);
- Desenvolvimento de acções, a desencadear ou em curso, no âmbito da modernização dos serviços de apoio às áreas médicas, nomeadamente na criação de condições mais funcionais para o conjunto dos Serviços de Apoio Geral;
- Desenvolvimento de acções de modernização e melhoria das condições de atendimento e acolhimento de doentes, tendo em vista melhorar a humanização e a qualidade da prestação dos cuidados de saúde em ambiente hospitalar;
- Continuação das acções no âmbito da formação e aperfeiçoamento profissional, de modo a melhorar a capacidade de adaptação às evoluções tecnológicas e sociais do sector da saúde;
- Prosseguir a implementação do projecto SISRAM (Sistema Integrado de Informação na Saúde), que visa fundamentalmente a instalação de uma rede telemática que permita a ligação entre Hospitais e Centros de Saúde;
- Desenvolvimento das acções, a desencadear ou em curso, no âmbito da implementação do Plano Director do CHF, nomeadamente:
 - Transferência do Serviço de Medicina Física e Reabilitação;
 - Remodelação do Serviço de Obstetrícia;

- Acções no decurso do Contrato de Prestação de Serviços de Consultadoria na Área de Programação Hospitalar.

Para além das intervenções implementadas pelo Centro Regional de Saúde e pelo Centro Hospitalar do Funchal já referidas, serão ainda desenvolvidas acções ao abrigo de vários programas, nomeadamente "Projecto Vida", "Prevenção Contra o Cancro", "Prevenção da SIDA", Programa Regional "Alimentação", os projectos "DIABCARE" e "Cartão Utente" e o Programa "Educação para a Saúde".

Segurança Social

A Segurança Social, com o objectivo de aumentar a coesão social e melhorar as condições de vida da população, vem procurando aperfeiçoar o sistema de protecção social e a luta contra a exclusão social.

A procura de uma melhor Solidariedade Social e a multidimensão dos problemas com que se depara a Segurança Social implicam uma actuação de forma integrada e conjugada entre organismos oficiais, particulares e sociedade em geral.

Nesta base, e durante 1998, a Segurança Social apresenta como **linhas prioritárias de intervenção**:

- continuação do apoio à criação e desenvolvimento de instituições particulares de solidariedade social;
- reforço de acções intersectoriais e multidisciplinares no apoio às pessoas e famílias;
- continuação dos programas específicos de combate à exclusão social, nomeadamente os Projectos de Luta Contra a Pobreza, o programa Ser Criança, o Rendimento Mínimo Garantido e o Projecto do Centro Polivalente do Funchal;
- construção das novas instalações do Centro de Segurança Social da Madeira, descentralização dos locais de atendimento no concelho do Funchal e modernização e beneficiação dos serviços, equipamentos e das condições de atendimento da população.

Habitação e Urbanismo

A diminuição do déficit habitacional e a melhoria do seu nível qualitativo constituem os objectivos deste sector prioritário da política social, estando em curso um conjunto de medidas, nomeadamente:

- Promoção Directa de Habitação – prevê-se a construção, pelo IHM ou em parceria com as autarquias locais, de habitação social para arrendamento destinada a grupos mais sensíveis da população: terceira idade e agregados familiares de fracos recursos económicos, com carências habitacionais mais imediatas. Neste âmbito, destaca-se a construção de fogos nos sítios das Figueirinhas; Romeiras (Funchal); Bemposta (Machico) e Matas (Porto Santo);
- Promoção Indirecta de Habitação - nesta área serão desenvolvidas as seguintes acções:
 - . Apoio a cooperativas de habitação e a entidades promotoras de habitação a custos controlados;
 - . Cedência de terrenos em direito de superfície para autoconstrução.
- Programas de Apoio a Particulares, designadamente:
 - . PRID - Programa de Recuperação de Imóveis Degradados;
 - . RAVP - Regime de Apoio à Valorização da Paisagem;
 - . Cedência de terrenos em direito de superfície para auto-construção;
 - . Outras medidas de apoio a particulares.

Este conjunto de medidas e acções enquadram-se nas principais opções da política de habitação, as quais têm por finalidade assegurar uma resposta integral nos casos socialmente mais graves, nomeadamente em relação aos grupos mais sensíveis da população – terceira idade ou de fracos recursos económicos – e parcial no caso dos agregados familiares cujos rendimentos permitam a resolução do seu problema habitacional por outras vias que não a da habitação social.

Em paralelo com os programas na área de habitação, pretende-se assegurar um desenvolvimento harmonioso do tecido urbano. Neste domínio, de entre as medidas urba-

nísticas previstas para 1998 destacam-se a manutenção do programa de Renovação Urbana do Ilhéu de Câmara de Lobos e a urbanização de novos espaços destinados a núcleos habitacionais.

Ambiente

No contexto da Região, a protecção do meio ambiente prende-se fortemente à problemática do sector de saneamento básico.

As intervenções em áreas ligadas ao saneamento ambiental (Água, Recolha e Tratamento de Efluentes e de Resíduos Sólidos) são de primordial importância para a qualidade de vida e para garantir um desenvolvimento sustentável e a preservação do ambiente.

Na área dos **recursos hídricos** a Região possui numerosas captações e redes de distribuição localizadas um pouco por todo o seu espaço. Os principais conjuntos de origens e sistemas de distribuição têm carácter multi-municipal que co-existem com sistemas de menor dimensão, da gestão exclusiva das autarquias ou de particulares. Apesar do forte investimento realizado nos últimos anos para a sua modernização, ainda é frequente encontrar-se infraestruturas insuficientemente capacitadas para o serviço que têm de cumprir e exigindo vultuosos investimentos em novas construções, remodelações ou recuperações, aspecto que evidencia um significativo estrangulamento do sector.

Relativamente aos caudais principais urge implementar um conjunto de acções que permitam aumentar a eficiência das infraestruturas de captação, incrementar a impermeabilização e a capacidade de transporte dos canais existentes e agir no sentido do aproveitamento optimizado das excedências superficiais, de boa qualidade, durante os períodos de Inverno.

Existe ainda um potencial de águas subterrâneas que, só recentemente, começou a ser aproveitado, cuja correcta exploração poderá promover a melhoria do serviço público de distribuição. É o caso de alguns aquíferos de altitude, passíveis de captação mediante a abertura ou ampliação de galerias ou, ainda, de alguns aquíferos basais, localizados tradicionalmente junto à foz das mais importantes ribeiras da Região.

No domínio dos recursos hídricos a política a prosseguir visa promover um planeamento e gestão integrados da água e oferecer uma melhor qualidade no serviço de distribuição, de acordo com os padrões comunitários e com as exigências de uma sociedade moderna. Assim, torna-se essencial a implementação de infraestruturas de captação e de

transporte correctamente dimensionadas e a introdução de um quadro de gestão jurídico-económico que possibilite disciplinar e rentabilizar a exploração dos sistemas. A compatibilização entre a resposta a dar ao desenvolvimento regional e ao conseqüente aumento no consumo de água, entendido como factor estruturante, impõe simultâneamente a exploração e a valorização dos recursos hídricos numa lógica de preservação, evitando o esgotamento irreversível e descontrolado das reservas actualmente existentes. O caminho prosseguido tende para uma gestão financeiramente autónoma do sector da água, sobretudo por parte do Governo Regional.

A concretização dos objectivos referidos, tendo em consideração os interesses do abastecimento público, do regadio, da indústria e da produção hidroeléctrica, implica a adopção das seguintes **medidas**:

- construção de novas estações de tratamento de água e interligação das diferentes origens existentes, permitindo efectuar transvazes para os locais que se afigurem, a cada momento, como os seus destinos mais racionais;
- ampliação da capacidade de adução e de armazenamento de algumas infraestruturas urbanas e rurais, de forma a garantir água em qualidade a toda a população;
- continuação da exploração do potencial hidrogeológico das principais ribeiras;
- construção de infraestruturas destinadas ao armazenamento de água, de boa qualidade, disponível no período de Inverno;
- incentivo à produção hidroenergética, privilegiando a utilização de fins múltiplos;
- redução das perdas na distribuição;
- maior controle da qualidade;
- revisão dos tarifários.

De entre as acções no âmbito do PIDDAR/98, salientam-se as obras que constituem o “Sistema de Interligação das Principais Origens de Água da Ilha da Madeira”, participado pela União Europeia no âmbito do Fundo de Coesão e as obras financiadas pelo Banco Europeu de Investimento relativas ao Contrato “Madeira - Obras de Reconstrução”, incluídas na Remodelação do Sistema Adutor e de Tratamento de Água dos Tornos”.

No que se refere a **Efluentes Líquidos**, prosseguir-se-á as intervenções em curso em termos de instalação de unidades de tratamento e de adequados sistemas de destino final de efluentes, evitando-se problemas de contaminação no meio receptor. Especial relevo será dado aos aglomerados populacionais do litoral da Ilha da Madeira, cuja dimensão justifique a execução de sistemas de drenagem e destino final de efluentes. Assim, salienta-se a construção das ETAR's e dos Emissários Finais de Santa Cruz e do Caniço.

Relativamente aos **Resíduos Sólidos**, estão previstas, no PIDDAR/98, um conjunto de acções que visam aumentar a eficiência no respectivo tratamento e destino final, nomeadamente a Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Meia Serra.

Com efeito, em consequência do significativo acréscimo dos resíduos sólidos urbanos colectados na Ilha da Madeira, a ETRSU da Meia Serra já não responde de forma adequada à produção actual de resíduos sólidos urbanos e às exigências de qualidade ambiental impostas pelas normas e regulamentos nacionais e comunitários. Este facto, aliado às características insulares, ao pendor turístico da Ilha da Madeira e à experiência adquirida na gestão dos resíduos sólidos, obrigaram a repensar e reequacionar a estratégia de gestão do destino final dos resíduos sólidos urbanos no âmbito da política de ambiente da RAM.

Assim, foi tido como indispensável proceder à remodelação e ampliação da ETRSU da Meia Serra, nomeadamente através de uma reformulação da linha de compostagem e dos incineradores de produtos hospitalares e de outros resíduos do mesmo tipo e da instalação dum sistema de valorização energética dos resíduos combustíveis, incluindo o aproveitamento do respectivo potencial energético, a disponibilizar para a rede pública. Proceder-se-á também à ampliação do aterro sanitário complementar à Estação e será implementado um sistema de tratamento das suas águas residuais.

Integrada no sistema de destino final de RSU será, futuramente, construída a Estação de Transferência da Zona Oeste para os resíduos produzidos nesta zona da Madeira e implementada uma solução, actualmente em fase de estudo, para os resíduos sólidos do Porto Santo, numa perspectiva de gestão integrada de RSU na Região Autónoma da Madeira.

A concretização dos objectivos sectoriais não se esgota apenas no reforço/ampliação dos sistemas de tratamento e destino final de resíduos urbanos, já que implica uma grande sensibilização da população, cuja colaboração é imprescindível e deverá ser orien-

tada no sentido de serem reduzidas as produções e geridos a nível doméstico os resíduos, de forma a facilitar o processo de recolha, selecção e tratamento a jusante. Neste âmbito, continuarão a ser desenvolvidas campanhas de sensibilização das populações em termos de necessidade de diminuição das produções de Resíduos Sólidos Urbanos.

Tendo em vista prevenir acidentes naturais que poderão pôr em causa a segurança de pessoas e bens, bem como reduzir os riscos de erosão, prosseguirão os programas de correcção torrencial e de canalização de ribeiras e de arborização das suas margens.

Relativamente às acções previstas em termos de canalização e regularização de ribeiras, salientam-se as financiadas pelo Banco Europeu de Investimento, designadamente a 2ª fase da Canalização da Ribeira de São João entre o Pólo Tecnológico e o Nó da Cabouqueira, a Canalização e Regularização da Ribeira de Stº. António, a Jusante da Ponte dos Álamos, e a Canalização da Ribeira de Santa Luzia, no troço entre a Estação dos Horários do Funchal e a Fundoa, que incluirá a construção de um arruamento marginal que sirva de leito de segurança em caso de cheia.

Salienta-se ainda o reforço das acções de fiscalização e limpeza dos cursos de água.

Como já foi referido anteriormente no âmbito das medidas a desenvolver no sector florestal, com especial impacte na redução da erosão, prosseguir-se-ão as acções de arborização e/ou beneficiação, visando a regeneração natural, particularmente nas zonas de cota mais alta da ilha da Madeira e nas superfícies mais erodidas da ilha do Porto Santo.

A conservação da natureza continua a ser uma grande prioridade da política ambiental, já que, na RAM, o património natural constitui um recurso muito valioso, integrando valores florísticos e faunísticos que assumem, nalguns casos, carácter de exclusividade. Com efeito, os espaços protegidos integram grande parte do território regional, pelo que urge integrar, cada vez mais, as preocupações pela conservação da natureza em políticas sectoriais e implementar medidas visando a consolidação de áreas classificadas e a aplicação da legislação que decorre da regulamentação comunitária sobre a matéria.

Em 1998, para além das acções já enunciadas no âmbito da política florestal (de promoção da expansão do património florestal, de conservação da biodiversidade da floresta típica de Macaronésia, de protecção e conservação dos diversos ecossistemas florestais e de projectos de investigação científica nos domínios da botânica e da flora) destacam-se as seguintes acções desenvolvidas através do Parque Natural da Madeira:

- Medidas de gestão e de conservação da Floresta Laurisilva da Madeira;
- Acções de recuperação do habitat terrestre da Deserta Grande;
- Medidas de gestão da Reserva Natural do Garajau;
- Implementação de medidas decorrentes da aplicação da Directiva Comunitária relativa a Habitats e da rede Natura 2000;
- Apetrechamento e melhoria de espaços exteriores do Centro de Informação do Parque Natural da Madeira, em fase de instalação no Núcleo de Dragoeiros das Neves, e início da fase de dinamização de actividades de educação ambiental dirigidas às escolas, aos turistas e à população em geral.

No âmbito das acções de conservação da natureza, salientam-se ainda os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, em fase de preparação, bem como diversas acções de investigação no sector das pescas, pelo seu contributo para a preservação dos valores naturais do litoral e dos recursos haliêuticos.

Tendo em vista dotar os serviços competentes com os meios necessários para a correcta prossecução duma política ambiental integrada e coerente, cada vez mais exigente, serão implementadas diversas medidas, de que se destaca a criação da Base de Dados do Ambiente da RAM, por constituir um instrumento importante para fundamentar o processo de decisão e para permitir o controle do estado do ambiente.

No quadro de um contrato-programa de cooperação técnica e científica com o Conselho Europeu do Direito do Ambiente, serão desenvolvidos vários projectos no âmbito do direito do ambiente, com projecção europeia e internacional, mas de especial interesse para a Região Autónoma da Madeira.

Ordenamento do Território

O Ordenamento do Território tem merecido uma atenção especial na Região, e constitui um instrumento fundamental da política de desenvolvimento.

O Plano de Ordenamento Territorial da Região (POTRAM), em execução, é o documento orientador e de enquadramento da política de ordenamento do território regional.

Os Planos Directores Municipais não apresentam a mesma situação em todos os concelhos.

Assim, o Plano Director Municipal do Funchal, aprovado pela respectiva Assembleia Municipal e ratificado pelo Governo Regional, encontra-se já em execução.

Os Planos Directores dos restantes concelhos, cujos estudos foram concluídos pelas empresas adjudicatárias, e que, embora de uma forma informal, têm vindo a apoiar a gestão autárquica, carecem de alguns ajustamentos. Estes ajustamentos, a realizar através de um esforço conjugado entre as Câmaras Municipais e o Governo Regional, serão concluídos, impreterivelmente, em 1998.

No âmbito dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) foram já iniciados os estudos para a sua elaboração nos troços: Funchal - Ponta de S. Lourenço e Câmara de Lobos - Ponta do Pargo.

Os processos de adjudicação dos estudos para a elaboração dos POOC para a Costa Norte e para o Porto Santo encontram-se em fase adiantada.

Estes planos têm como objectivo o ordenamento dos diferentes usos e actividades específicos da orla costeira, a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear, a valorização das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais e turísticos, a orientação do desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira e a defesa e conservação da natureza.

Sendo a orla costeira caracterizada por elevada sensibilidade ambiental e grande diversidade de usos, é urgente a protecção da integridade biofísica deste espaço, dos seus valores ambientais e paisagísticos e a valorização dos recursos nele existentes.

De referir ainda que, em 1998, será adjudicado o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira, com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável da actividade turística regional.

Modernização da Administração Pública

Promover uma administração pública capaz de responder, com eficácia e eficiência, às solicitações que lhe são impostas constitui o objectivo genérico deste sector.

De acordo com esta linha de orientação prevêm-se, nomeadamente, para 1998, as seguintes:

- Concluir o edifício que instalará definitivamente todos os serviços afectos à SRES, assim como proceder à beneficiação de outros edifícios públicos;
- Promover e incentivar acções de formação e aperfeiçoamento por parte do pessoal afecto aos vários serviços da Administração Pública Regional;
- Proceder à actualização e ampliação dos meios informáticos, quer para o apoio à gestão corrente dos vários serviços, quer como suporte de acções mais específicas, como sejam a informatização da gestão e acompanhamento do Programa de Investimentos, a implementação do Sistema de Informação Geográfica e a continuação do projecto GABMATIC - Correio e Escritório Electrónicos;
- Dar apoio à elaboração das estimativas do PIB para a Região, reportadas ao ano de 1994 e, possivelmente, 1995 e à realização do Inquérito às Explorações Agrícolas, com a finalidade de dotar a Região com indicadores actualizados nas respectivas áreas;
- Prosseguir o projecto EURISLES, através da actualização da base de dados já existente e da realização de estudos incidindo sobre temas considerados relevantes para as regiões que integram o projecto;
- Realizar o inquérito "Inventário Municipal", tendo em vista o levantamento dos equipamentos colectivos e serviços existentes em todas as freguesias da RAM, bem como o conhecimento da mobilidade das populações;
- Prosseguir a realização de acções de apoio ao acompanhamento, gestão e avaliação das várias intervenções com apoio comunitário, em particular o POPRAM II.

Sociedade de Informação

A Sociedade de Informação representa, no seu sentido lato, uma nova era que tem como principal recurso a informação e o conhecimento, veiculados através de redes que recorrem às tecnologias de informação e de telecomunicações.

Nesta passagem para a nova era de informação, um dos maiores desafios que indivíduos e organizações enfrentarão, é o de conseguir operar em dois mundos, o mundo físico e o virtual que constitui um novo espaço de criação de valor.

Saber operar neste novo mundo virtual, onde transacionamos em *bits* e não em átomos, onde o principal recurso, a informação, circula à velocidade da luz, vai exigir novas competências, capacidade de trabalho em tempo real e maior criatividade.

É com o propósito de promover um desenvolvimento eficiente e eficaz de uma sociedade de informação que estimule o desenvolvimento técnico-científico e cultural, a competitividade económica, a solidariedade social e a interligação da Madeira com espaços universais, quer sejam a nível nacional e/ou internacional, que será criado o Núcleo Estratégico da Sociedade de Informação (NESI), o qual conta com o apoio e colaboração do Pólo Científico e Tecnológico da Madeira que detém e reforçará competências específicas neste domínio (através de redes de cooperação, que permitam a adaptação das empresas e organizações a esta nova realidade, e infraestruturas avançadas de telecomunicações e sistemas de informação). Em complementaridade com todos os actores dinâmicos que exploram as oportunidades oferecidas por esta nova forma de organização da sociedade, pretende-se tornar a Madeira numa Região piloto neste domínio, no contexto europeu.

Neste sentido, implementar-se-á o Programa "Info-Madeira 2006", cujos objectivos são :

- Desenvolver, explorar e posicionar internacionalmente as novas tecnologias de informação e de telecomunicações na Região Autónoma da Madeira;
- Direcção a Madeira para um nível de desenvolvimento no domínio da Sociedade da Informação, em que as novas ferramentas de informação e telecomunicações possam ser usadas a nível de negócios, investigação, inovação no ensino e na formação profissional, no acesso ao saber, em geral e nas actividades de lazer, beneficiando a população e as organizações.

Assim, a par dos investimentos e acções a serem desenvolvidos pelos diferentes sectores, nomeadamente educação, saúde e turismo, destacam-se para 1998 os seguintes projectos:

- **Academia Internacional de Arte e Tecnologia** - Este projecto, conectado às redes da economia global (Canadá, Japão, México, Argentina, Holanda e Áustria), irá empenhar-se, essencialmente, na criação dum centro de excelência dirigido à formação e educação, criação de conteúdos, apoio e consultoria às empresas;
- **NESUS** - Criação de uma base de dados da história das ilhas atlânticas;

- **TOURISTS** - Criação de uma base de dados inteligente no domínio do turismo;
- **NETUR** - Criação de um centro de comércio electrónico no domínio do turismo;
- **Projectos de Cooperação** no domínio da Sociedade de Informação, associados a serviços públicos, empresas e a regiões, nomeadamente ultraperiféricas.

3 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O investimento público constitui um instrumento privilegiado de política económica e social e tem, na Região, uma influência marcante na evolução da actividade económica regional devido, principalmente, à estreita relação que mantém com o sector da construção e obras públicas.

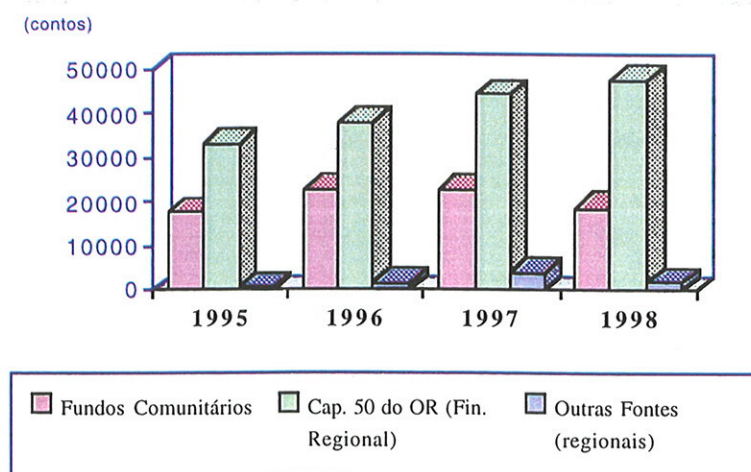
Os investimentos integrados no PIDDAR apresentam a maior parcela do esforço total de investimento público, já que abrangem a maioria dos projectos da Administração Regional.

A despesa pública prevista no PIDDAR para 1998 atinge o montante de 67 722 305 contos.

Em termos de financiamento constata-se, relativamente a 1997, uma ligeira diminuição da contribuição da componente suportada por fundos comunitários. O financiamento comunitário atingiu o seu valor máximo nos anos de 1996 e de 1997, dado que, na sua maioria, os investimentos previstos no POPRAM II apresentaram uma programação e uma realização física e financeira concentrada nos primeiros anos de vigência do QCA 1994/99. Note-se que, no âmbito do POPRAM II, a comparticipação FEDER que consta da respectiva Decisão Comunitária para o período 1994/99, já foi absorvida (com despesa pública realizada) em 88%.

Espera-se um reforço daquele Programa, o qual não veio ainda a concretizar-se na sua totalidade.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO



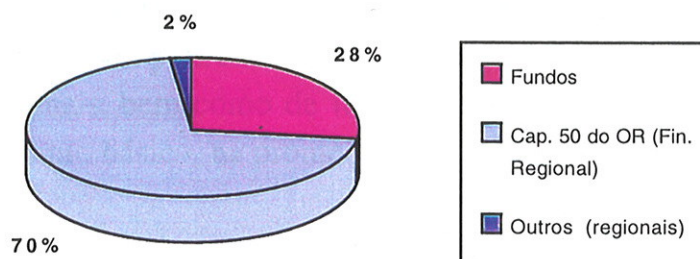
Em contrapartida, continua a predominar o financiamento de origem regional, o qual, representando cerca de 72,4% do total do PIDDAR, vê o seu peso reforçar-se em cerca de 4 pontos percentuais face a 1997.

Cerca de 17,5% do financiamento regional com origem no capítulo 50 constitui a contrapartida regional ao financiamento de projectos com apoio comunitário.

Fontes de Financiamento	Mil contos	Estrutura %
Cap. 50 - Financiamento Regional	47 551	70,2
Não co-financiado	(39 228)	(82,5)
Contrapartida Interna	(8 323)	(17,5)
Outras Fontes (Regionais)	1 470	2,2
Fundos Comunitários	18 701	27,6
TOTAL	67 722	100,0

Os restantes 82,5% evidenciam o esforço financeiro regional em dar continuidade, não só a projectos e acções incluídos em sectores/áreas de intervenção não elegíveis para efeitos de apoio comunitário, como também a investimentos que, já não podendo beneficiar de comparticipação comunitária, nem no actual QCA II, por inexistência de “plafond”, nem num eventual QCA III, contribuem, no entanto, para alcançar os objectivos subjacentes à estratégia de desenvolvimento definida para a Região.

INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO



Os meios financeiros colocados à disposição das diferentes Secretarias Regionais estão associados, de uma forma geral, à respectiva área (ou áreas) de actuação no campo das prioridades definidas pelo Governo.

A Secretaria Regional do Plano e da Coordenação dispõe de uma dotação global de 6 761 420 contos, dos quais 87% destinam-se a apoiar o esforço de desenvolvimento por parte das autarquias locais.

A Secretaria Regional da Economia e Cooperação Externa, com uma dotação de 4 590 910 contos, privilegia os investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários e de ordenamento da frente mar, não só visando a vertente do transporte marítimo, mas também a turística, e de ocupação dos tempos livres da população, para além do apoio ao sector industrial, através da construção de parques industriais e da concessão de incentivos à modernização e revitalização do tecido empresarial.

O valor afecto à da Secretaria Regional da Agricultura, Florestas e Pescas corresponde a uma despesa global de 5 116 107 contos (cerca de 8% do total do PIDDAR). O sector "Agricultura, Silvicultura e Pecuária" representa 68,2% do total desta Secretaria Regional com incidência, nomeadamente, nas seguintes áreas: infraestruturas agrícolas, apoio às explorações e à transformação e comercialização de produtos agrícolas e pecuários, investigação, experimentação e demonstração, fitossanidade, formação e organização, desenvolvimento florestal e desenvolvimento rural.

Quanto à Pesca, a estratégia de actuação envolve acções a nível das infraestruturas, das capacidades de produção dos operadores e dos recursos haliêuticos disponíveis. Os investimentos e acções previstos correspondem a cerca de 10,8% do total afecto à Secretaria.

À Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente é destinado o montante de 38 372 000 contos (cerca de 56,7 % do investimento global), o que advém do facto desta Secretaria ser responsável pela execução de obras de diversos sectores tutelados por outras Secretarias Regionais, bem como de importantes investimentos em infraestruturas rodoviárias e de saneamento básico, na promoção da habitação e na área do ambiente.

A Secretaria Regional do Turismo e Cultura, com uma dotação global de 2 593 117 contos, demonstra a continuação da aposta do Governo Regional na área do Turismo, onde prosseguem as acções de promoção turística, interna e externa, o programa de animação e acontecimentos especiais, os investimentos na formação e na elaboração de

estudos com relevante interesse turístico. Dos programas previstos no sector da Cultura destaca-se o da recuperação e beneficiação do património móvel e imóvel.

À Secretaria Regional dos Recursos Humanos está afectada uma verba de 700 782 contos, da qual 86% reverte a favor da política de emprego prosseguida pelo Governo Regional. É, também, dada especial atenção a acções visando o pleno aproveitamento das potencialidades de crescimento do artesanato regional, às quais está afecto cerca de 11% do montante referido.

A Secretaria Regional da Educação, com responsabilidades nas áreas da Educação, da Formação profissional e do Desporto, absorve 8 198 969 contos, o que representa cerca de 12% do total do montante afecto ao PIDDAR. São áreas de intervenção consideradas prioritárias pela necessidade de continuar a prosseguir o objectivo de valorização dos nossos recursos humanos.

Com uma dotação de 1 389 000 contos, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares canaliza 77% deste montante para o sector da Saúde, onde continuam a ser prioritárias as medidas tendentes a: garantir a igualdade de acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, melhorar a qualidade dos cuidados de saúde, através da modernização e humanização dos serviços, desenvolver acções de promoção da saúde e prevenção da doença e promover uma maior integração e funcionalidade dos serviços.

A repartição do investimento por áreas de actuação, evidencia que a despesa pública relacionada com os sectores produtivos e com investimentos na área das acessibilidades representa cerca de 35,3% da despesa total do PIDDAR, o que traduz a importância que é dada aos sectores que se prendem com o fortalecimento do tecido económico e com a melhoria das acessibilidades.

REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR ÁREAS DE ACTUAÇÃO
- 1998 -

Áreas de Actuação	Valor (Contos)	%
Sectores Produtivos	6 904 211	10,2
Acessibilidades	16 978 910	25,1
Valorização dos Recursos Humanos	16 023 568	23,6
Habituação, Urbanismo e Ambiente	16 284 000	24,0
Saúde e Segurança Social	2 615 000	3,9
Sectores de Apoio	3 036 616	4,5
Investimentos Municipais	5 880 000	8,7
TOTAL	67 722 305	100,0

Para os sectores que mais contribuem para a valorização dos recursos humanos (Educação e Emprego, Formação Profissional, Desporto e Cultura) está previsto um montante de 16 023 568 mil contos, o que representa 24% da despesa total do PIDDAR.

Idêntica percentagem de investimentos (24%) destina-se à resolução de problemas urbanísticos e de saneamento básico, à promoção da habitação e à defesa e protecção ambiental.

Os “Sectores de Apoio” (Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Informação Científica e Técnica e Administração Pública Regional) absorvem 5% do montante afecto ao PIDDAR.

Os “Investimentos Municipais” envolvem uma verba que se eleva a 5 880 mil contos, correspondendo a cerca de 8,7% do total do PIDDAR. Este montante traduz-se em apoios aos municípios da Região ao abrigo de contratos programa e a título de participação em projectos co-financiados pela União Europeia no âmbito das intervenções operacionais regionais. A cooperação do Governo Regional é relevante nas áreas das infraestruturas rodoviárias e do saneamento básico e gestão de resíduos sólidos que absorvem, respectivamente, 75% e 11% do montante de apoios previstos.

Como é evidenciado no Quadro II - “Repartição Sectorial do Investimento por Fontes de Financiamento” e no Gráfico correspondente, o investimento previsto para os sectores “Emprego e Formação Profissional”, “Turismo”, “Apoios” e “Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico” beneficiará do apoio comunitário em mais de 50%. O financiamento comunitário previsto para os sectores “Educação”, “Informação Científica e Técnica”, “Agricultura, Silvicultura e Pecuária”, “Pesca” e “Habitação e Urbanismo” varia entre 50% e 30% da despesa respectiva.

Tal facto prende-se com a existência, nestes sectores, de um maior volume de despesa em acções consideradas elegíveis aos Fundos Estruturais e com as prioridades atribuídas no âmbito das intervenções operacionais em curso.

Em termos absolutos, do montante total de financiamento da União Europeia para os investimentos programados para 1998, no valor de 18 701 236 contos, perto de 40% destina-se à “Valorização dos Recursos Humanos”, (com destaque para a Formação Profissional), 27% será canalizado para o Saneamento Básico e Ambiente e 17% para os Sectores Produtivos, nomeadamente a Agricultura e o Turismo. Os Transportes (infraestruturas) absorverão 7% daquele financiamento, seguindo-se os “Sectores de Apoio”, com 5%.

QUADRO I

PIDDAR - 1998

DISTRIBUIÇÃO POR SETORES / DEPARTAMENTOS

SECTORES	DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL										TOTAL
	Plano e Coordenação	Economia e Cooperação Externa	Agricultura, Florestas e Pescas	Equipamento Social e Ambiente	Turismo e Cultura	Recursos Humanos	Educação	Assuntos Sociais e Parlamentares			
TOTAL	6 761 420	4 580 910	5 116 107	38 372 000	2 893 117	700 782	8 188 969	1 398 000			67 722 305
CAP. 50	6 761 420	3 889 250	3 747 746	34 935 000	2 893 117	645 232	5 155 869	1 203 950			58 931 593
1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária			3 488 711								3 488 711
CAP. 50			2 181 500								2 181 500
2. Pesca			549 500								549 500
CAP. 50			549 500								549 500
3. Indústria		267 000	61 000			77 500					405 500
CAP. 50		267 000	27 000			21 950					315 950
4. Energia		75 000									75 000
CAP. 50		75 000									75 000
5. Turismo		45 000			1 165 500						1 210 500
CAP. 50		39 500			1 166 500						1 205 000
6. Transportes, Comunicações e Meteorologia		2 903 910		14 075 000							16 978 910
CAP. 50		2 207 750		14 075 000							16 282 750
7. Comércio, Abastec. e Defesa do Consumidor		111 000	279 000								390 000
CAP. 50		111 000	279 000								390 000
8. Educação				4 888 000			973 205				5 861 205
CAP. 50				4 888 000			973 205				5 861 205
9. Emprego e Formação Profissional			29 000			603 182	3 800 564	48 000			5 294 463
CAP. 50			29 000			603 182	757 463	24 200			2 227 662
10. Desporto e Ocupação dos Tempos Livres		190 000		425 000		5 000	3 400 000				4 020 000
CAP. 50		190 000		425 000		5 000	3 400 000				4 020 000
11. Cultura				240 000	582 900	15 000	10 000				847 900
CAP. 50				240 000	582 900	15 000	10 000				847 900
12. Saúde				1 520 000				1 063 000			2 583 000
CAP. 50				1 520 000				901 750			2 421 750
13. Segurança Social								32 000			32 000
CAP. 50								32 000			32 000
14. Habitação e Urbanismo				14 902 000							14 902 000
CAP. 50				11 518 000							11 518 000
15. Defesa e Protecção do Ambiente		175 000	182 000	1 025 000							1 382 000
CAP. 50		175 000	154 850	1 025 000							1 354 850
16. Investigação Cient. e Desenv. Tecnológico		70 000	521 896	433 000							1 024 896
CAP. 50		70 000	521 896	390 000							971 896
17. Informação Científica e Técnica		730 120	16 000								796 120
CAP. 50		730 120	16 000								796 120
18. Administração Pública Regional		81 300	23 000	864 000		100	15 200	196 000			1 215 600
CAP. 50		81 300	23 000	864 000		100	15 200	196 000			1 215 600
19. Apóios			785 000								785 000
CAP. 50			785 000								785 000
Investimentos Municipais		5 880 000									5 880 000
CAP. 50		5 880 000									5 880 000

(contos)

Quadro II

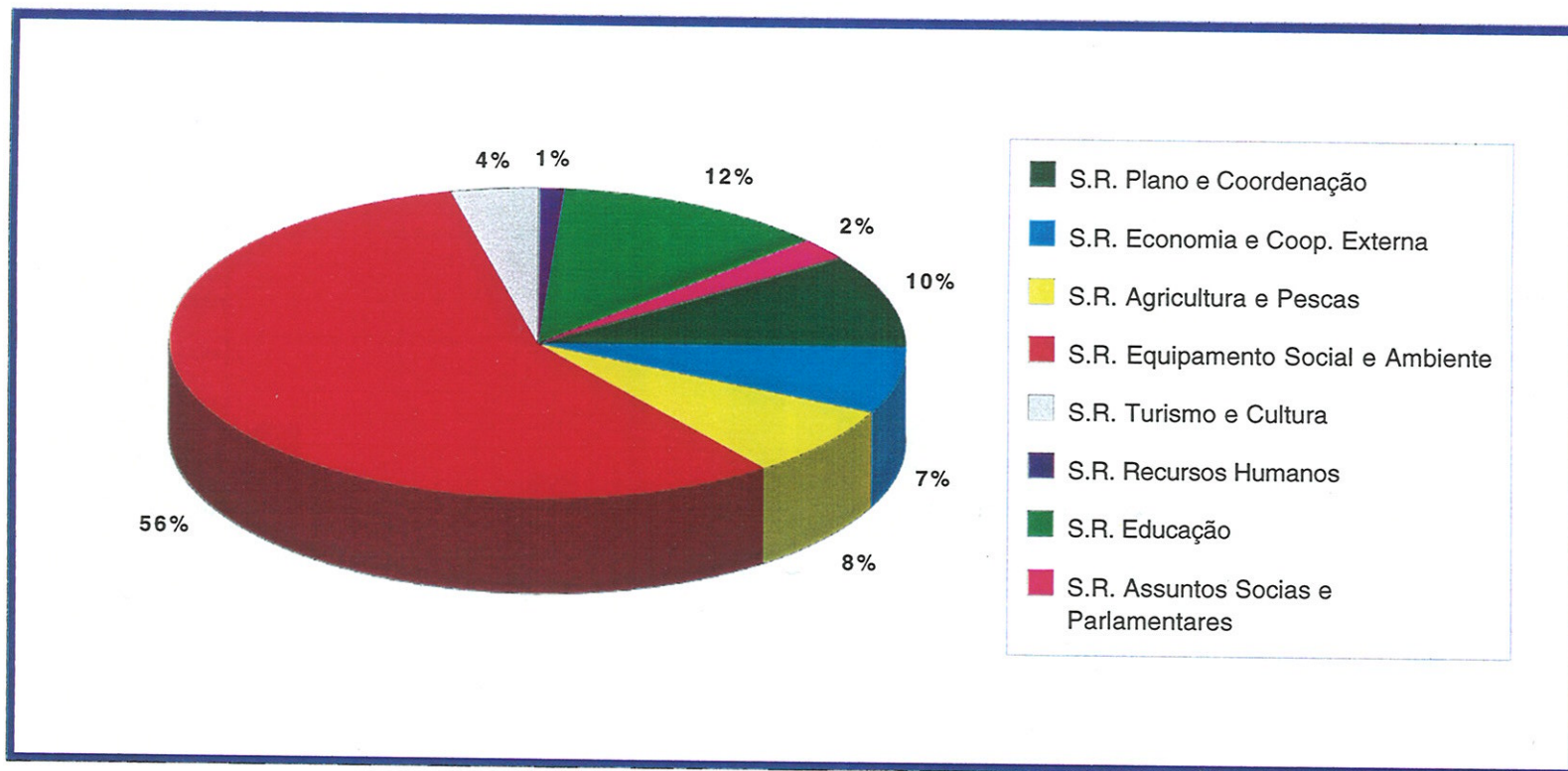
PIDDAR 1998
REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

(Contos)

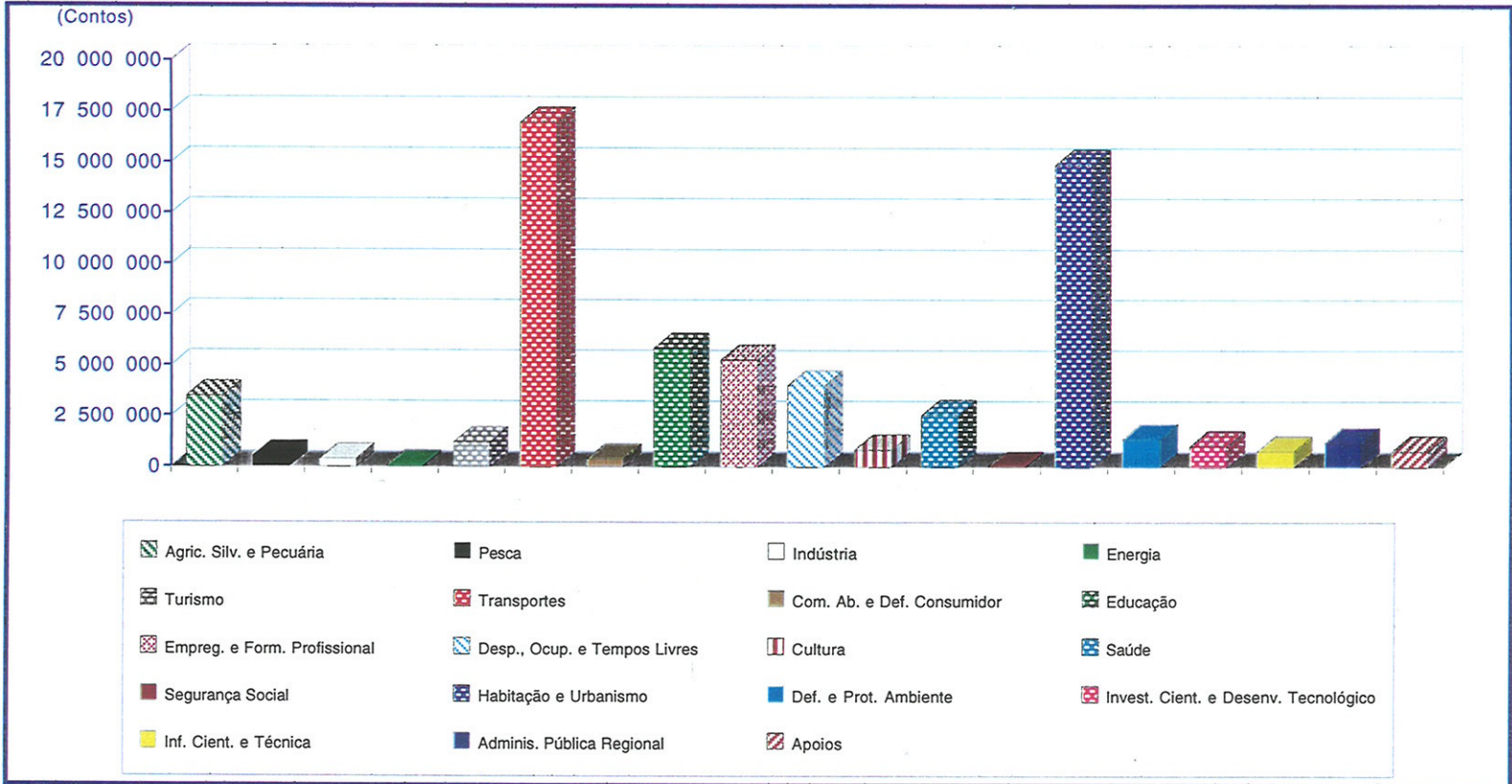
SECTORES	FINANCIAMENTO REGIONAL			FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	TOTAL
	TOTAL	CAP. 50 O.R.	OUTRAS FONTES		
Agricultura, Silv. e Pecuária	2 175 250	2 170 250	5 000	1 313 461	3 488 711
Pesca	358 250	358 250	0	191 250	549 500
Indústria	315 950	315 950	0	89 550	405 500
Energia	75 000	75 000	0	0	75 000
Turismo	288 275	288 275	0	922 225	1 210 500
Transportes, Comun. e Meteorologia	15 597 750	15 597 750	0	1 381 160	16 978 910
Com., Abast. e Def. do Consumidor	322 500	322 500	0	67 500	390 000
Educação	3 144 788	3 144 788	0	2 716 417	5 861 205
Emprego e Formação Profissional	562 324	517 214	45 110	4 732 139	5 294 463
Desporto e Oc. dos Tempos Livres	4 020 000	4 020 000	0	0	4 020 000
Cultura	847 900	847 900	0	0	847 900
Saúde	1 889 426	1 889 426	0	693 574	2 583 000
Segurança Social	32 000	32 000	0	0	32 000
Habitação e Urbanismo	9 863 000	8 443 000	1 420 000	5 039 000	14 902 000
Defesa e Protecção do Ambiente	1 347 350	1 347 350	0	34 650	1 382 000
Inv. Cient. e Desenv. Tecnológico	473 974	473 974	0	550 922	1 024 896
Informação Científica e Técnica	471 885	471 885	0	324 235	796 120
Administração Pública Regional	1 165 447	1 165 447	0	50 153	1 215 600
Apoios	190 000	190 000	0	595 000	785 000
Investimentos Municipais	5 880 000	5 880 000	0	0	5 880 000
TOTAL	49 021 069	47 550 959	1 470 110	18 701 236	67 722 305

REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR SECRETARIAS

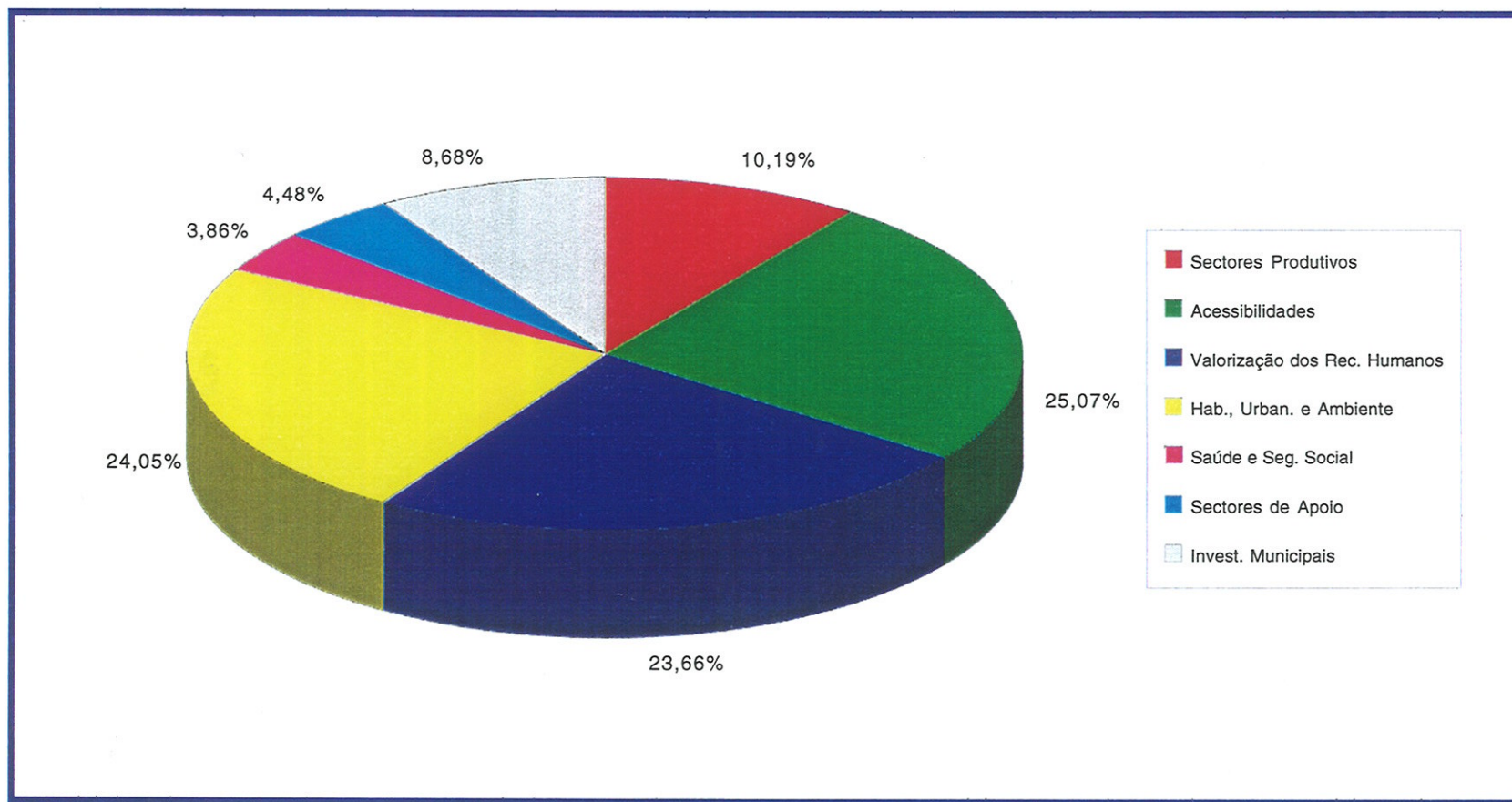
— 1998 —



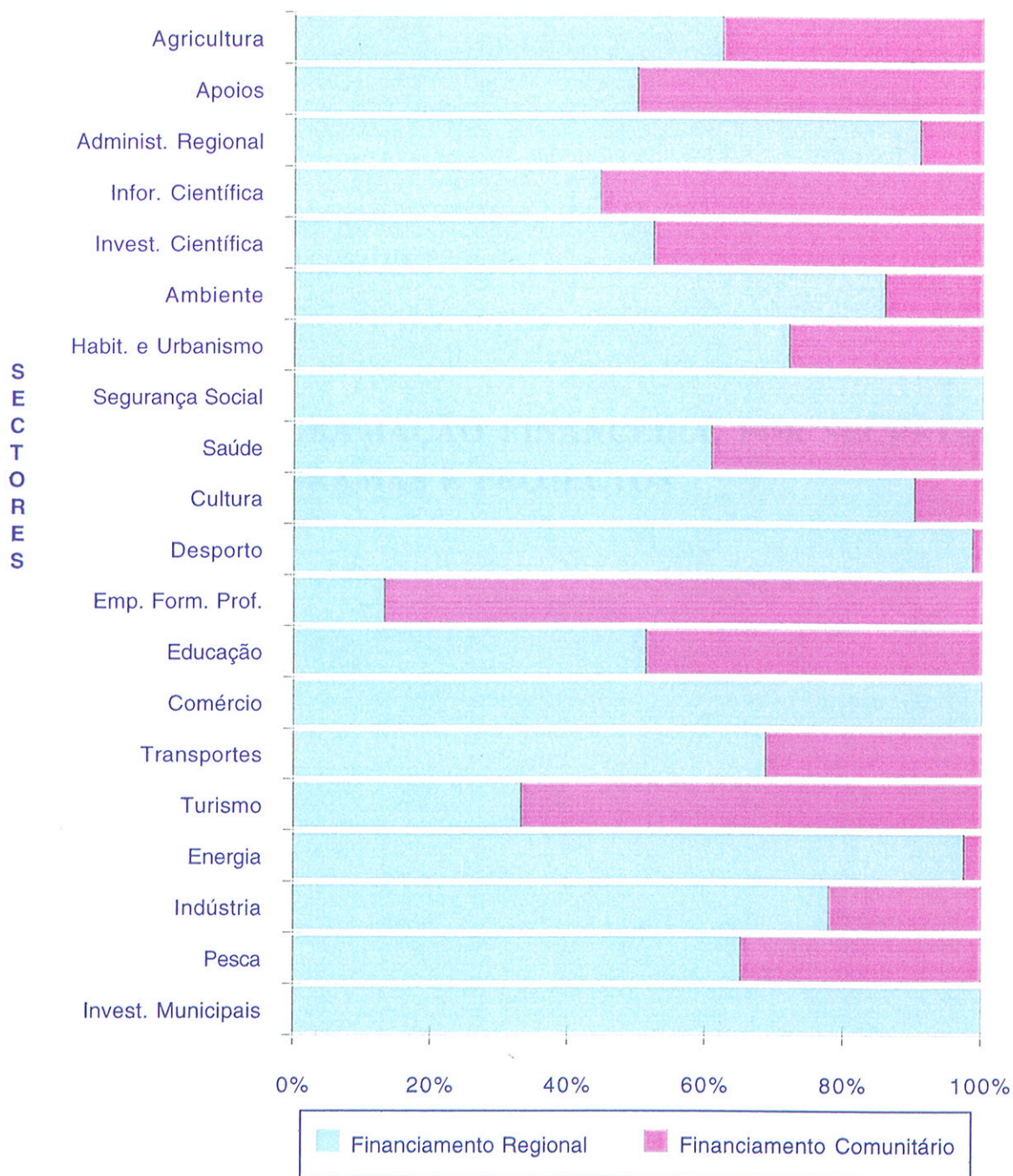
REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO — 1998 —



REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR ÁREAS DE ACTUAÇÃO
— 1998 —



REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO
- 1998 -



**4 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, POR SECRETARIAS,
PROGRAMAS E PROJECTOS**

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	375 457	489 109	6 761 420	376 680	102 540	0	8 105 206
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL Cap. 50 O.R.	375 457	489 109	6 401 420	237 680	62 540	0	7 566 206
PROJECTOS NOVOS	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	360 000	139 000	40 000	0	539 000
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO		TOTAL Cap. 50 O.R.	111 375	112 309	70 000	20 000	0	313 684
PÓLO TECNOLÓGICO DA MADEIRA		TOTAL Cap. 50 O.R.	111 375	112 309	70 000	20 000	0	313 684
SE SFP Nº. PROJS: 2								
Gestão e Investimentos do Polo (Gab. Sec.)		TOTAL Cap. 50 O.R.	111 375	112 309	40 000	20 000	0	283 684
1994-99								
Dinamização de Projectos Inovadores Comunitários (Gab. Sec.)		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	30 000
1998-98 COFIN								
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL Cap. 50 O.R.	166 901	336 800	730 120	356 680	102 540	0 1 693 041
MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDÓGENA		TOTAL Cap. 50 O.R.	47 982	126 550	215 720	90 680	62 540	0 543 472
SE SFP Nº. PROJS: 8								
Dinamização Empresarial (DRP)		TOTAL Cap. 50 O.R.	16 481	2 700	5 000	0	0	0 24 181
1996-98 COFIN REGIS I								
Marketing e Promoção (Gab. Sec.)		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	43 600	50 000	0	0	0 93 600
1996-98								
Conselho Europeu do Direito do Ambiente (Gab. Sec.)		TOTAL Cap. 50 O.R.	31 501	30 000	25 000	25 000	25 000	0 136 501
1995-00								
Cooperação Técnica e Científica com a AREAM (Gab. Sec.)		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	41 250	48 720	50 680	22 540	0 163 190
1997-00								
Programa de Cooperação Técnica e Científica com o CEDE		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	15 000	15 000	0 50 000
1998-00								
Projecto de Implementação/Qualificação de uma Agência de Desenvolvimento (DRP)		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	6 000	54 000	0	0	0 60 000
1997-98 COFIN OC								
Redes de Cooperação (DRP)		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	3 000	7 000	0	0	0 10 000
1997-98								
Projectos de Cooperação - RUP (DRP)		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	0	0	0 6 000
1998-98 COFIN REGIS II								
SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO		TOTAL Cap. 50 O.R.	9	106 700	260 000	136 000	0	0 502 709
SE SRP/NEI Nº. PROJS: 3								

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
Estudos Estratégicos e Sectoriais (DRP)	TOTAL	0	16 000	10 000	0	0	0	26 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	16 000	10 000	0	0	0	26 000
GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE ACÇÕES COM APOIO COMUNITÁRIO	TOTAL	0	0	65 000	40 000	40 000	0	145 000
SE SFP Nº. PROJ: 3	Cap. 50 O.R.	0	0	65 000	40 000	40 000	0	145 000
RIME - Regime de Apoio às Micro-empresas - DRP	TOTAL	0	0	40 000	40 000	40 000	0	120 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	40 000	40 000	0	120 000
Gestão e Acompanhamento de Outras Acções - DRP	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
Acções de Acompanhamento Diversas - DRP	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	97 181	40 000	81 300	0	0	0	218 481
	Cap. 50 O.R.	97 181	40 000	81 300	0	0	0	218 481
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA DIRECÇÃO REGIONAL DO PLANEAMENTO	TOTAL	0	0	8 000	0	0	0	8 000
SE SFP Nº. PROJ: 1	Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	0	0	0	8 000
Acções de Formação (DRP)	TOTAL	0	0	8 000	0	0	0	8 000
1998-98 COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	0	0	0	8 000
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO DA DRP	TOTAL	0	0	12 000	0	0	0	12 000
SE SFP Nº. PROJ: 1	Cap. 50 O.R.	0	0	12 000	0	0	0	12 000
Modernização do Sistema de Tratamento da Informação da DRP	TOTAL	0	0	12 000	0	0	0	12 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	12 000	0	0	0	12 000
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SEC. REG. DO PLANO E DA COORDENAÇÃO	TOTAL	0	0	4 300	0	0	0	4 300
SE SFP Nº. PROJ: 4	Cap. 50 O.R.	0	0	4 300	0	0	0	4 300
Afecto à Dir. Reg. de Informática	TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	0	0	0	2 000
Afecto à Dir. Reg. de Estatística	TOTAL	0	0	300	0	0	0	300
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	300	0	0	0	300
Afecto à Dir. Reg. de Finanças	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
Afecto à Dir. Reg. de Orçamento e Contabilidade	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIR. REG. DE INFORMÁTICA	TOTAL	97 181	40 000	20 000	0	0	0	157 181
SE SFP Nº. PROJ: 2	Cap. 50 O.R.	97 181	40 000	20 000	0	0	0	157 181
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos	TOTAL	44 776	20 000	18 000	0	0	0	82 776
1994-98	Cap. 50 O.R.	44 776	20 000	18 000	0	0	0	82 776

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
GABMATIC - Correio e Escritório Electrónico 1993-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	52 405 52 405	20 000 20 000	2 000 2 000	0 0	0 0	0 0	74 405 74 405
MICROFILMAGEM DO ARQUIVO DA DIRECÇÃO REGIONAL DO ORÇAMENTO E CONTABILIDADE SE: SRP Nº. PROJ: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	6 000 6 000	0 0	0 0	0 0	6 000 6 000
Microfilmagem do Arquivo da Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	6 000 6 000	0 0	0 0	0 0	6 000 6 000
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE: SRP Nº. PROJ: 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	31 000 31 000	0 0	0 0	0 0	31 000 31 000
No Domínio da Informática (DRI) COFIN POP II -FSE 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	7 000 7 000	0 0	0 0	0 0	7 000 7 000
Outras Acções de Formação (DRAPL) COFIN POP II -FSE 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	24 000 24 000	0 0	0 0	0 0	24 000 24 000
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS CF: 420	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 880 000 5 880 000	0 0	0 0	0 0	5 880 000 5 880 000
Câmara Municipal da Calheta		0 0	0 0	403 700 403 700	0 0	0 0	0 0	403 700 403 700
Câmara Municipal do Funchal		0 0	0 0	1 797 520 1 797 520	0 0	0 0	0 0	1 797 520 1 797 520
Câmara Municipal de Câmara de Lobos		0 0	0 0	670 200 670 200	0 0	0 0	0 0	670 200 670 200
Câmara Municipal de Machico		0 0	0 0	347 200 347 200	0 0	0 0	0 0	347 200 347 200
Câmara Municipal da Ponta do Sol		0 0	0 0	320 200 320 200	0 0	0 0	0 0	320 200 320 200
Câmara Municipal do Porto Moniz		0 0	0 0	234 760 234 760	0 0	0 0	0 0	234 760 234 760
Câmara Municipal do Porto Santo		0 0	0 0	351 150 351 150	0 0	0 0	0 0	351 150 351 150
Câmara Municipal da Ribeira Brava		0 0	0 0	373 560 373 560	0 0	0 0	0 0	373 560 373 560
Câmara Municipal de Santana		0 0	0 0	270 480 270 480	0 0	0 0	0 0	270 480 270 480
Câmara Municipal de Santa Cruz		0 0	0 0	526 340 526 340	0 0	0 0	0 0	526 340 526 340
Câmara Municipal de Sao Vicente		0 0	0 0	366 940 366 940	0 0	0 0	0 0	366 940 366 940
Associação de Municípios da Madeira		0 0	0 0	217 950 217 950	0 0	0 0	0 0	217 950 217 950

QUADRO III - 2

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA E COOPERAÇÃO EXTERNA

(contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	5 936 104	4 433 084	4 590 910	7 671 023	3 168 232	0	25 799 353	
	Cap. 50 O.R.	5 530 440	4 155 049	3 889 250	7 337 583	3 168 232	0	24 080 554	
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	5 936 104	4 433 084	4 162 410	5 972 023	2 205 732	0	22 709 353	
	Cap. 50 O.R.	5 530 440	4 155 049	3 460 750	5 638 583	2 205 732	0	20 990 554	
PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	428 500	1 699 000	962 500	0	3 090 000	
	Cap. 50 O.R.	0	0	428 500	1 699 000	962 500	0	3 090 000	
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL	1 810 451	385 652	267 000	859 183	7 732	0	3 330 018
	Cap. 50 O.R.	1 810 451	385 652	267 000	859 183	7 732	0	3 330 018	
DINAMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL		TOTAL	1 810 451	385 652	237 000	859 183	7 732	0	3 300 018
	Cap. 50 O.R.	1 810 451	385 652	237 000	859 183	7 732	0	3 300 018	
SE SPEC Nº. PROJ.S. 4									
Parque Industrial da Zona Oeste		TOTAL	1 808 788	350 000	150 000	0	0	0	2 308 788
	Cap. 50 O.R.	1 808 788	350 000	150 000	0	0	0	2 308 788	
1992-98									
Parque Industrial da Camacha		TOTAL	1 663	29 064	50 000	709 183	0	0	789 910
	Cap. 50 O.R.	1 663	29 064	50 000	709 183	0	0	789 910	
1995-99									
Parque Industrial das Ginjas		TOTAL	0	2 268	20 000	150 000	7 732	0	180 000
	Cap. 50 O.R.	0	2 268	20 000	150 000	7 732	0	180 000	
1995-00									
Parque Industrial da Canceleda		TOTAL	0	4 320	17 000	0	0	0	21 320
	Cap. 50 O.R.	0	4 320	17 000	0	0	0	21 320	
1997-98									
criação de um fundo de capital de risco		TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000	
SE SPEC Nº. PROJ.S. 1									
Criação de um Fundo de Capital de Risco		TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000	
1998-98									
SECTOR: ENERGIA		TOTAL	135 514	55 000	75 000	0	0	0	265 514
	Cap. 50 O.R.	135 514	55 000	75 000	0	0	0	265 514	
APOIOS AOS PRODUTORES PRIVADOS DE ENERGIA		TOTAL	135 312	45 000	45 000	0	0	0	225 312
	Cap. 50 O.R.	135 312	45 000	45 000	0	0	0	225 312	
SE SPEC Nº. PROJ.S. 1									
Apoio aos Produtores Privados de Energia (Dec.-Lei 189/88 e Res 1063/88)		TOTAL	135 312	45 000	45 000	0	0	0	225 312
	Cap. 50 O.R.	135 312	45 000	45 000	0	0	0	225 312	
1995-98									
CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DO PORTO NOVO		TOTAL	202	10 000	30 000	0	0	0	40 202
	Cap. 50 O.R.	202	10 000	30 000	0	0	0	40 202	
SE SPEC Nº. PROJ.S. 1									
Centro Logístico de Combustíveis do Porto Novo		TOTAL	202	10 000	30 000	0	0	0	40 202
	Cap. 50 O.R.	202	10 000	30 000	0	0	0	40 202	
1996-98									
SECTOR: TURISMO		TOTAL	75 540	67 500	45 000	235 000	0	0	423 040
	Cap. 50 O.R.	42 000	30 375	39 500	235 000	0	0	346 875	

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL	
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes		
REVITALIZAÇÃO URBANÍSTICA DO PORTO DO FUNCHAL		TOTAL	75 540	67 500	15 000	35 000	0	0	193 040
SE-APRAM Nº. PROJ.S. 2		Cap. 50 O.R.	42 000	30 375	9 500	35 000	0	0	116 875
Revitalização Urbanística do Porto do Funchal		TOTAL	75 540	67 500	15 000	35 000	0	0	193 040
		Cap. 50 O.R.	42 000	30 375	9 500	35 000	0	0	116 875
Remodelação do Forte de Nossa Senhora da Conceição - Pontinha		TOTAL	75 540	67 500	10 000	0	0	0	153 040
COFIN POPI		Cap. 50 O.R.	42 000	30 375	4 500	0	0	0	76 875
1995-98									
Sinalética e Circuito Pedonal no Porto do Funchal		TOTAL	0	0	5 000	35 000	0	0	40 000
1997-99		Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	35 000	0	0	40 000
INFRAESTRUTURAS MARÍTIMO - TURÍSTICAS		TOTAL	0	0	30 000	200 000	0	0	230 000
SE-APRAM Nº. PROJ.S. 1		Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	200 000	0	0	230 000
Infraestruturas Marítimo - Turísticas do Porto do Funchal		TOTAL	0	0	30 000	200 000	0	0	230 000
1997-99		Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	200 000	0	0	230 000
SECTOR: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA		TOTAL	3 373 755	3 236 561	2 903 910	4 045 840	2 370 500	0	15 930 566
		Cap. 50 O.R.	3 005 610	2 995 651	2 207 750	3 712 400	2 370 500	0	14 291 911
INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS DO CANIÇAL		TOTAL	1 769 588	1 133 900	1 409 910	1 558 440	1 402 000	0	7 273 838
SE-APRAM Nº. PROJ.S. 8		Cap. 50 O.R.	1 769 588	1 102 990	826 250	1 262 500	1 402 000	0	6 363 328
Estaleiro Naval e Porto de Pesca		TOTAL	1 768 614	930 547	134 000	66 000	0	0	2 899 161
COFIN POPI		Cap. 50 O.R.	1 768 614	930 547	60 000	30 000	0	0	2 789 161
1996-99									
Concepção/Construção Molhe Exterior Terminal Marítimo do Caniçal - 1ª. fase		TOTAL	974	34 608	1 090 910	873 190	1 200 000	0	3 199 682
COFIN POPI		Cap. 50 O.R.	974	34 608	600 000	614 000	1 200 000	0	2 449 582
1996-00									
Pavilhão para Construção/Reparação de Embarcações de Madeira		TOTAL	0	13 000	30 000	130 000	0	0	173 000
1997-99		Cap. 50 O.R.	0	13 000	30 000	130 000	0	0	173 000
Lota e Entreposto frigorífico do Porto de Pesca do Caniçal		TOTAL	0	0	60 000	350 000	100 000	0	510 000
1997-00		Cap. 50 O.R.	0	0	60 000	350 000	100 000	0	510 000
Fornecimento de Dois Tractores para o Estaleiro de Reparação Naval do Caniçal		TOTAL	0	55 000	40 000	0	0	0	95 000
1997-98		Cap. 50 O.R.	0	55 000	40 000	0	0	0	95 000
Concepção/Construção de Berço para Embarcações		TOTAL	0	30 000	20 000	80 000	70 000	0	200 000
1997-00		Cap. 50 O.R.	0	30 000	20 000	80 000	70 000	0	200 000
Coordenação e Fiscalização da Empreitada Relativa ao Molhe		TOTAL	0	55 745	25 000	39 250	32 000	0	151 995
COFIN POP II - FEDER		Cap. 50 O.R.	0	24 835	6 250	38 500	32 000	0	101 585
1997-00									
Fornecimento de um Sistema de Guiamento para o Estaleiro Naval do Caniçal		TOTAL	0	15 000	10 000	20 000	0	0	45 000
1997-99		Cap. 50 O.R.	0	15 000	10 000	20 000	0	0	45 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
AEROPORTO INTERCONTINENTAL DA MADEIRA - COMPARTICIPAÇÃO DA REGIÃO	TOTAL	643 750	660 000	500 000	0	0	0	1 803 750
SE: ANAM Nº. PROJ.S. 1	Cap. 50 O.R.	643 750	660 000	500 000	0	0	0	1 803 750
Aeroporto Intercontinental da Madeira - Participação da RAM	TOTAL	643 750	660 000	500 000	0	0	0	1 803 750
1994-98	Cap. 50 O.R.	643 750	660 000	500 000	0	0	0	1 803 750
MANUTENÇÃO E PROTECÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS	TOTAL	775 645	500 000	194 000	172 900	5 000	0	1 647 545
SE: APRAM Nº. PROJ.S. 5	Cap. 50 O.R.	407 500	290 000	81 500	135 400	5 000	0	919 400
Manutenção e Protecção de Infraestruturas Portuárias	TOTAL	775 645	500 000	194 000	172 900	5 000	0	1 647 545
Grande Reparação do Molhe Exterior da Pontinha	TOTAL	775 645	500 000	150 000	50 000	0	0	1 475 645
COFN POP II e BEI	Cap. 50 O.R.	407 500	290 000	37 500	12 500	0	0	747 500
1995-99								
Reparação de Pavimento e Caleiras do Terminal Norte	TOTAL	0	0	20 000	20 000	0	0	40 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	20 000	0	0	40 000
Remodelação da Rede de Água e de Esgotos do Porto do Funchal	TOTAL	0	0	10 000	62 900	0	0	72 900
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	62 900	0	0	72 900
Infraestruturas de Electricidade do Porto do Porto Santo	TOTAL	0	0	4 000	10 000	5 000	0	19 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	4 000	10 000	5 000	0	19 000
Remodelação das Infraestruturas Terrestres - Edifícios do Porto do Porto Santo	TOTAL	0	0	10 000	30 000	0	0	40 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	30 000	0	0	40 000
MELHORAMENTOS EM PEQUENOS PORTOS	TOTAL	0	286 200	460 000	887 000	150 000	0	1 783 200
SE: APRAM Nº. PROJ.S. 12	Cap. 50 O.R.	0	286 200	460 000	887 000	150 000	0	1 783 200
Melhoramento de Pequenos Portos	TOTAL	0	286 200	460 000	887 000	150 000	0	1 783 200
Concepção e Construção de um Prisma de Enrocamento junto ao Cais do Seixal	TOTAL	0	5 600	40 000	30 000	0	0	75 600
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	5 600	40 000	30 000	0	0	75 600
Ampliação do Cais da Calheta - 2ª. fase	TOTAL	0	150 000	150 000	410 000	0	0	710 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	150 000	150 000	410 000	0	0	710 000
Reparação do Cais da Vila de Porto Santo	TOTAL	0	0	40 000	110 000	0	0	150 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	110 000	0	0	150 000
Ampliação do Cais de Machico - 1ª Fase	TOTAL	0	125 000	125 000	0	0	0	250 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	125 000	125 000	0	0	0	250 000
Ampliação do Cais da Ponta do Sol	TOTAL	0	5 600	25 000	135 000	0	0	165 600
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	5 600	25 000	135 000	0	0	165 600
Ampliação do Cais do Paul do Mar	TOTAL	0	0	7 000	150 000	50 000	0	207 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	7 000	150 000	50 000	0	207 000
Ampliação do Cais de Machico 2ª Fase	TOTAL	0	0	25 000	50 000	100 000	0	175 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	50 000	100 000	0	175 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
Construção da Rampa do Varadouro do Cais da Ribeira Brava	TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
Recuperação do Cais do Campanário	TOTAL	0	0	3 000	2 000	0	0	5 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	3 000	2 000	0	0	5 000
Reparação do Cais de Santa Cruz	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Apoio a Câmara Municipal da Ribeira Brava	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Apoio a Câmara Municipal de Santa Cruz	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO À ACTIVIDADE PORTUÁRIA	TOTAL	184 772	656 461	340 000	1 427 500	813 500	0	3 422 233
SE APRAM Nº. PROJ. 28	Cap. 50 O.R.	184 772	656 461	340 000	1 427 500	813 500	0	3 422 233
Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Actividade Portuária	TOTAL	184 772	656 461	340 000	1 427 500	813 500	0	3 422 233
	Cap. 50 O.R.	184 772	656 461	340 000	1 427 500	813 500	0	3 422 233
Aquisição de Materiais de Combate à Poluição	TOTAL	0	14 000	15 000	85 000	100 000	0	214 000
1997-00	Cap. 50 O.R.	0	14 000	15 000	85 000	100 000	0	214 000
Renovação da Frota Automóvel da APRAM	TOTAL	19 434	11 000	7 000	13 000	6 000	0	56 434
1996-00	Cap. 50 O.R.	19 434	11 000	7 000	13 000	6 000	0	56 434
Aquisição de Defensas Fixas e Amovíveis	TOTAL	0	0	7 500	27 500	10 000	0	45 000
1997-00	Cap. 50 O.R.	0	0	7 500	27 500	10 000	0	45 000
Pavimentação da Estrada de Acesso ao Terminal de Inertes do Porto Novo	TOTAL	0	0	10 000	5 000	0	0	15 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	5 000	0	0	15 000
Construção do Terminal Roll on - Roll off no Porto do Funchal	TOTAL	0	20 000	20 000	10 000	0	0	50 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	20 000	20 000	10 000	0	0	50 000
Construção e Conservação de Obras Marítimas e de infraestruturas de Apoio Náutico no Porto Santo	TOTAL	0	150 000	50 000	170 000	0	0	370 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	150 000	50 000	170 000	0	0	370 000
Outras infraestruturas portuárias - reparações e construções diversas	TOTAL	165 338	81 461	25 000	190 000	150 000	0	611 799
1995-00	Cap. 50 O.R.	165 338	81 461	25 000	190 000	150 000	0	611 799
Reparação de Pavimentação e Alinhamento dos Carris do Terminal Sul	TOTAL	0	0	10 000	10 000	0	0	20 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	10 000	0	0	20 000
Ampliação do Cais Acostavel do Terminal Norte	TOTAL	0	0	2 000	103 000	0	0	105 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	103 000	0	0	105 000
Remodelação e/ou Aquisição de Rebocadores	TOTAL	0	0	35 000	115 000	200 000	0	350 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	115 000	200 000	0	350 000
Portais e Sistema de Desembarque para Passageiros	TOTAL	0	0	7 500	52 500	50 000	0	110 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	7 500	52 500	50 000	0	110 000
Gare Marítima do Porto do Funchal	TOTAL	0	0	5 000	105 000	50 000	0	160 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	105 000	50 000	0	160 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
Assessoria Técnica e Gestão de Investimentos	TOTAL	0	0	10 000	40 000	40 000	0	90 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	40 000	40 000	0	90 000
Reformulação Arquitectónica da Marina do Funchal	TOTAL	0	0	5 000	105 000	50 000	0	160 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	105 000	50 000	0	160 000
Arranjo do Nó Rodoviário da Av. Sá Cameiro / Rua Carvalho Araújo	TOTAL	0	0	4 000	55 000	91 000	0	150 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	4 000	55 000	91 000	0	150 000
Construção Rampa Roll-On Roll-Off Porto Santo	TOTAL	0	0	25 000	25 000	0	0	50 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	25 000	0	0	50 000
Pontões e Fingers para a Marina do Porto Santo	TOTAL	0	0	5 000	25 000	0	0	30 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	25 000	0	0	30 000
Guincho para o Cais do Porto Moniz	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
Sistema de Segurança e Vigilância do Porto do Funchal	TOTAL	0	0	7 000	50 000	0	0	57 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	7 000	50 000	0	0	57 000
Torre de Controle do Porto do Funchal	TOTAL	0	0	5 000	145 000	0	0	150 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	145 000	0	0	150 000
Reparação das Guindastes de Via do Porto do Funchal	TOTAL	0	360 000	20 000	10 000	0	0	390 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	360 000	20 000	10 000	0	0	390 000
Reparação do Guindaste Automóvel do Porto do Funchal	TOTAL	0	0	8 000	2 000	0	0	10 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	2 000	0	0	10 000
Reparação de Defensas	TOTAL	0	20 000	10 000	5 000	0	0	35 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	20 000	10 000	5 000	0	0	35 000
Reparação da Estrutura de Suporte das Defensas do Cais Acostável do Terminal Norte	TOTAL	0	0	6 000	7 500	1 500	0	15 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	7 500	1 500	0	15 000
Manutenção dos Melos Marítimos	TOTAL	0	0	10 000	5 000	0	0	15 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	5 000	0	0	15 000
Reparação dos Pavimentos do Porto do Porto Santo	TOTAL	0	0	8 000	60 000	65 000	0	133 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	60 000	65 000	0	133 000
Reparação do Guindaste Automóvel do Porto do Porto Santo	TOTAL	0	0	8 000	2 000	0	0	10 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	2 000	0	0	10 000
Construção da Zona de Actividades Náuticas - Santa Cruz	TOTAL	0	0	10 000	5 000	0	0	15 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	5 000	0	0	15 000
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR	TOTAL	402	13 011	111 000	0	0	0	124 413
	Cap. 50 O.R.	402	13 011	111 000	0	0	0	124 413
PROMOÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS	TOTAL	281	4 860	15 000	0	0	0	20 141
SE SPEC	Cap. 50 O.R.	281	4 860	15 000	0	0	0	20 141
NR. PROJ. 1								
Promoção de Produtos Regionais	TOTAL	281	4 860	15 000	0	0	0	20 141
1996-98	Cap. 50 O.R.	281	4 860	15 000	0	0	0	20 141

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
OBSERVATÓRIO DO COMÉRCIO		TOTAL	0	0	6 000	0	0	0	6 000
SE: SREC Nº. PROJS. 1		Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	0	0	0	6 000
Observatório do Comércio		TOTAL	0	0	6 000	0	0	0	6 000
1997-99		Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	0	0	0	6 000
LABORATÓRIO REGIONAL DE METROLOGIA		TOTAL	121	8 151	90 000	0	0	0	98 272
SE: SREC Nº. PROJS. 1		Cap. 50 O.R.	121	8 151	90 000	0	0	0	98 272
Laboratório Regional de Metrologia		TOTAL	121	8 151	90 000	0	0	0	98 272
1996-98 CCFN PEDIP II		Cap. 50 O.R.	121	8 151	90 000	0	0	0	98 272
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES		TOTAL	0	84 000	190 000	870 000	350 000	0	1 494 000
		Cap. 50 O.R.	0	84 000	190 000	870 000	350 000	0	1 494 000
ZONAS BALNEARES		TOTAL	0	84 000	190 000	870 000	350 000	0	1 494 000
SE: APPAM Nº. PROJS. 8		Cap. 50 O.R.	0	84 000	190 000	870 000	350 000	0	1 494 000
Zonas Balneares		TOTAL	0	84 000	190 000	870 000	350 000	0	1 494 000
1995-00		Cap. 50 O.R.	0	84 000	190 000	870 000	350 000	0	1 494 000
Enrocamento de Protecção ao Porto e Praia da Calheta		TOTAL	0	50 000	100 000	150 000	0	0	300 000
1997-99		Cap. 50 O.R.	0	50 000	100 000	150 000	0	0	300 000
Adjudicação da Concepção da Zona Balnear de Ponta Delgada		TOTAL	0	4 000	20 000	250 000	100 000	0	374 000
1995-00		Cap. 50 O.R.	0	4 000	20 000	250 000	100 000	0	374 000
Concepção/Construção da Zona Balnear do Penedo - Porto da Cruz		TOTAL	0	30 000	20 000	20 000	0	0	70 000
1997-99		Cap. 50 O.R.	0	30 000	20 000	20 000	0	0	70 000
Construção da Zona Balnear de São Jorge		TOTAL	0	0	5 000	150 000	0	0	155 000
1998-00		Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	150 000	0	0	155 000
Projecto para a Zona Balnear do Faial - Santana		TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
1998-98		Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
Complexo Balnear da Ribeira de Boaventura e Marina		TOTAL	0	0	10 000	300 000	250 000	0	560 000
1998-00		Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	300 000	250 000	0	560 000
Apoio à Construção da Zona Balnear na Praia da Malata - Porto da Cruz		TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
1998-98		Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
Construção da Zona Balnear da Madalena do Mar		TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
1998-98		Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE		TOTAL	0	100 338	175 000	605 000	440 000	0	1 320 338
		Cap. 50 O.R.	0	100 338	175 000	605 000	440 000	0	1 320 338
PROTECÇÃO E DEFESA COSTEIRA E DE ÁGUAS MARÍTIMAS		TOTAL	0	100 338	175 000	605 000	440 000	0	1 320 338
SE: APPAM Nº. PROJS. 7		Cap. 50 O.R.	0	100 338	175 000	605 000	440 000	0	1 320 338

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
Protecção e Defesa Costeira de Águas Marítimas	TOTAL	0	100 338	175 000	605 000	440 000	0	1 320 338
	Cap. 50 O.R.	0	100 338	175 000	605 000	440 000	0	1 320 338
"Promenade" de Câmara de Lobos	TOTAL	0	0	20 000	300 000	200 000	0	520 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	300 000	200 000	0	520 000
1998-02								
Reparação da Muralha na Vila do Paúl do Mar	TOTAL	0	19 338	60 000	200 000	230 000	0	509 338
	Cap. 50 O.R.	0	19 338	60 000	200 000	230 000	0	509 338
1997-00								
Elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira	TOTAL	0	66 000	30 000	35 000	0	0	131 000
	Cap. 50 O.R.	0	66 000	30 000	35 000	0	0	131 000
1997-99								
Reforço da Muralha de Protecção do Jardim do Mar e Ampliação do Solário	TOTAL	0	0	10 000	50 000	0	0	60 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	50 000	0	0	60 000
1998-99								
Ampliação da Muralha de Protecção ao Portinho - Jardim do Mar	TOTAL	0	0	10 000	20 000	10 000	0	40 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	20 000	10 000	0	40 000
1998-00								
Apoio a Câmara Municipal de Câmara de Lobos	TOTAL	0	5 000	15 000	0	0	0	20 000
	Cap. 50 O.R.	0	5 000	15 000	0	0	0	20 000
1997-98								
Apoio a Câmara Municipal do Funchal	TOTAL	0	10 000	30 000	0	0	0	40 000
	Cap. 50 O.R.	0	10 000	30 000	0	0	0	40 000
1997-98								
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	6 014	9 929	16 000	0	0	31 943
		Cap. 50 O.R.	6 014	9 929	16 000	0	0	31 943
PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE ECONÓMICA - PIDAE		TOTAL	3 636	4 429	7 000	0	0	15 065
		Cap. 50 O.R.	3 636	4 429	7 000	0	0	15 065
SE SPEC Nº. PROJS. 1								
Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica - PIDAE		TOTAL	3 636	4 429	7 000	0	0	15 065
		Cap. 50 O.R.	3 636	4 429	7 000	0	0	15 065
1996-98								
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL		TOTAL	2 378	5 500	4 000	0	0	11 878
		Cap. 50 O.R.	2 378	5 500	4 000	0	0	11 878
SE SPEC Nº. PROJS. 1								
Acções de Cooperação Externa (DRCECE)		TOTAL	2 378	5 500	4 000	0	0	11 878
		Cap. 50 O.R.	2 378	5 500	4 000	0	0	11 878
1996-98 COFIN REGIS1								
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA		TOTAL	0	0	5 000	0	0	5 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	5 000
SE SPEC Nº. PROJS. 1								
Sistema de Informação geográfica do Comércio e Indústria		TOTAL	0	0	5 000	0	0	5 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	5 000
1997-98								
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	49 342	43 093	23 000	56 000	0	171 435
		Cap. 50 O.R.	45 363	43 093	23 000	56 000	0	167 456

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA APRAM	TOTAL	12 619	22 000	8 000	56 000	0	0	98 619
SE APRAM Nº. PROJS. 1	Cap. 50 O.R.	8 640	22 000	8 000	56 000	0	0	94 640
Aquisição de Equipamento Informático	TOTAL	12 619	22 000	4 000	56 000	0	0	94 619
1991-99	Cap. 50 O.R.	8 640	22 000	4 000	56 000	0	0	90 640
Elaboração do Plano Director de Informatização Global da APRAM	TOTAL	0	0	4 000	0	0	0	4 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	4 000	0	0	0	4 000
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
SE SPEC Nº. PROJS. 2	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da Direcção Regional das Comunidades Europeias e Cooperação Externa	TOTAL	0	0	4 000	0	0	0	4 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	4 000	0	0	0	4 000
Formação do Pessoal afecto à Direcção Regional do Comércio e Indústria	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL	36 723	21 093	10 000	0	0	0	67 816
SE SPEC Nº. PROJS. 3	Cap. 50 O.R.	36 723	21 093	10 000	0	0	0	67 816
Informatização dos Serviços de Apoio ao Gabinete do Secretário	TOTAL	2 060	6 000	2 000	0	0	0	10 060
1995-98	Cap. 50 O.R.	2 060	6 000	2 000	0	0	0	10 060
Informatização dos Serviços Afectos à DRCI	TOTAL	18 967	3 093	3 000	0	0	0	25 060
1995-98	Cap. 50 O.R.	18 967	3 093	3 000	0	0	0	25 060
Informatização dos Serviços Afectos à DRCECE	TOTAL	15 696	12 000	5 000	0	0	0	32 696
1992-98	Cap. 50 O.R.	15 696	12 000	5 000	0	0	0	32 696
SECTOR: APOIOS	TOTAL	485 086	438 000	785 000	1 000 000	0	0	2 708 086
	Cap. 50 O.R.	485 086	438 000	785 000	1 000 000	0	0	2 708 086
SISTEMA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL na RAM - SIDERAM	TOTAL	331 022	354 000	700 000	1 000 000	0	0	2 385 022
SE SPEC Nº. PROJS. 1	Cap. 50 O.R.	331 022	354 000	700 000	1 000 000	0	0	2 385 022
Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Tecido Empresarial na RAM - SIDERAM	TOTAL	331 022	354 000	700 000	1 000 000	0	0	2 385 022
1995-99	Cap. 50 O.R.	331 022	354 000	700 000	1 000 000	0	0	2 385 022
COFN POP II								
TEMPORAIS DE OUTUBRO 1993 (DLR nº. 1/94/M)	TOTAL	145 564	72 000	60 000	0	0	0	277 564
SE SPEC Nº. PROJS. 1	Cap. 50 O.R.	145 564	72 000	60 000	0	0	0	277 564
Apoio Financeiro às empresas afectadas pelos temporais de Outubro 1993	TOTAL	145 564	72 000	60 000	0	0	0	277 564
1995-98	Cap. 50 O.R.	145 564	72 000	60 000	0	0	0	277 564

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL	
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes		
APOIO ÀS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS EMPRESARIAIS		TOTAL	8 500	12 000	15 000	0	0	0	35 500
SE-SPEC Nº. PROJ. 1		Cap. 50 O.R.	8 500	12 000	15 000	0	0	0	35 500
Apoio às Estruturas Associativas Empresariais		TOTAL	8 500	12 000	15 000	0	0	0	35 500
1996-98		Cap. 50 O.R.	8 500	12 000	15 000	0	0	0	35 500
SISTEMA DE INCENTIVOS AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
SE-SPEC Nº. PROJ. 1		Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Sistema de Incentivos aos Órgãos de Comunicação Social		TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996-98		Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000

QUADRO III - 3

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PESCAS

(contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR							
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	11 588 470	6 904 175	5 116 107	6 493 791	818 122	386 122	31 306 787
		Cap. 50 O.R.	11 546 566	4 584 771	3 747 746	5 424 984	818 122	386 122	26 508 311
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	11 588 470	6 904 175	5 082 711	6 436 313	818 122	386 122	31 215 913
		Cap. 50 O.R.	11 546 566	4 584 771	3 728 750	5 390 208	818 122	386 122	26 454 539
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	33 396	57 478	0	0	90 874
		Cap. 50 O.R.	0	0	18 996	34 776	0	0	53 772
SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA		TOTAL	6 709 065	5 055 687	3 488 711	4 358 483	408 122	386 122	20 406 190
		Cap. 50 O.R.	6 709 065	2 807 283	2 181 500	3 340 029	408 122	386 122	15 832 121
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO PORTO SANTO		TOTAL	529 285	21 248	10 000	0	0	0	560 533
SE: SRADRA Nº PROJ. 1		Cap. 50 O.R.	529 285	21 248	10 000	0	0	0	560 533
Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Porto Santo		TOTAL	529 285	21 248	10 000	0	0	0	560 533
1987-98		Cap. 50 O.R.	529 285	21 248	10 000	0	0	0	560 533
APOIOS À AGRICULTURA MADEIRENSE		TOTAL	414 017	150 000	200 000	270 500	0	0	1 034 517
SE: DRA Nº PROJ. 1		Cap. 50 O.R.	414 017	150 000	200 000	270 500	0	0	1 034 517
Acções de Apoio à Agricultura Madeirense		TOTAL	414 017	150 000	200 000	270 500	0	0	1 034 517
1994-99 CCFIN		Cap. 50 O.R.	414 017	150 000	200 000	270 500	0	0	1 034 517
APOIOS NO ÂMBITO DO PDAR		TOTAL	0	3 350 020	2 107 211	1 642 668	0	0	7 099 899
SE: DRA Nº PROJ. 1		Cap. 50 O.R.	0	1 101 616	800 000	624 214	0	0	2 525 830
Apoio aos Projectos da Administração Pública Regional		TOTAL	0	3 350 020	2 107 211	1 642 668	0	0	7 099 899
1997-99 CCFIN		Cap. 50 O.R.	0	1 101 616	800 000	624 214	0	0	2 525 830
P. O. RESTRUTURAÇÃO DA VINHA NA RAM		TOTAL	24 031	7 450	6 000	0	0	0	37 481
SE: SRADRA Nº PROJ. 1		Cap. 50 O.R.	24 031	7 450	6 000	0	0	0	37 481
Reestruturação da Vinha		TOTAL	24 031	7 450	6 000	0	0	0	37 481
1993-98		Cap. 50 O.R.	24 031	7 450	6 000	0	0	0	37 481
ORIENTAÇÃO FOMENTO E MELHORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL		TOTAL	1 946 692	418 604	242 000	20 000	0	0	2 627 296
SE: SRA Nº PROJ. 8		Cap. 50 O.R.	1 946 692	418 604	242 000	20 000	0	0	2 627 296
Planos de Desenvolvimento Agrícola (Fruticultura, Floricultura e Bananicultura)		TOTAL	1 391 557	180 000	120 000	0	0	0	1 691 557
1976-98		Cap. 50 O.R.	1 391 557	180 000	120 000	0	0	0	1 691 557
Campanha de Calagem		TOTAL	121 081	26 600	10 000	0	0	0	157 681
1990-98		Cap. 50 O.R.	121 081	26 600	10 000	0	0	0	157 681
Sanidade Vegetal		TOTAL	279 209	6 341	4 000	0	0	0	289 550
1976-98		Cap. 50 O.R.	279 209	6 341	4 000	0	0	0	289 550
Inspeção Fitossanitária		TOTAL	101 914	11 563	10 000	0	0	0	123 477
1990-98		Cap. 50 O.R.	101 914	11 563	10 000	0	0	0	123 477
Campanha de Desratização		TOTAL	0	166 100	80 000	0	0	0	246 100
1996-98		Cap. 50 O.R.	0	166 100	80 000	0	0	0	246 100
Poseima - Medidas Agrícolas		TOTAL	52 931	1 000	5 000	20 000	0	0	78 931
1993-99 CCFIN		Cap. 50 O.R.	52 931	1 000	5 000	20 000	0	0	78 931

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
Campanha de Desinfestação de solos	TOTAL	0	7 000	5 000	0	0	0	12 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	7 000	5 000	0	0	0	12 000
Campanha de Fertilização	TOTAL	0	20 000	8 000	0	0	0	28 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	20 000	8 000	0	0	0	28 000
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE APPROVISIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE REGA	TOTAL	1 603 077	140 290	243 000	0	0	0	1 986 367
SE: SRA	Cap. 50 O.R.	1 603 077	140 290	243 000	0	0	0	1 986 367
	Nº PROJ. 4							
Canal de Rega de S. Vicente	TOTAL	344 642	30 000	35 000	0	0	0	409 642
1985-98	Cap. 50 O.R.	344 642	30 000	35 000	0	0	0	409 642
Lagoa do Santo da Serra	TOTAL	994 403	14 500	70 000	0	0	0	1 078 903
1989-98	Cap. 50 O.R.	994 403	14 500	70 000	0	0	0	1 078 903
Cobertura ou Resguardo de Tanques	TOTAL	23 909	13 100	18 000	0	0	0	55 009
1990-98	Cap. 50 O.R.	23 909	13 100	18 000	0	0	0	55 009
Outras Obras de Hidráulica Agrícola	TOTAL	240 123	82 690	120 000	0	0	0	442 813
1994-98	Cap. 50 O.R.	240 123	82 690	120 000	0	0	0	442 813
APETRECHAMENTO ESPECIAL DE SERVIÇOS	TOTAL	956 680	210 908	114 500	23 000	22 000	0	1 327 088
SE: SRA	Cap. 50 O.R.	956 680	210 908	114 500	23 000	22 000	0	1 327 088
	Nº PROJ. 4							
Centro de Fruticultura Subtropical	TOTAL	97 351	12 140	8 000	0	0	0	117 491
1989 - 98	Cap. 50 O.R.	97 351	12 140	8 000	0	0	0	117 491
Mecanização Agrícola	TOTAL	828 264	144 766	90 000	0	0	0	1 063 030
1989 - 98	Cap. 50 O.R.	828 264	144 766	90 000	0	0	0	1 063 030
Centros de Formação Agrária	TOTAL	31 065	52 000	15 000	23 000	22 000	0	143 065
1994-00	Cap. 50 O.R.	31 065	52 000	15 000	23 000	22 000	0	143 065
Apetrechamento e Modernização de Centros de Desenvolvimento Agrícola	TOTAL	0	2 002	1 500	0	0	0	3 502
1996 - 98	Cap. 50 O.R.	0	2 002	1 500	0	0	0	3 502
INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL E DEMONSTRAÇÃO	TOTAL	0	5 011	8 000	0	0	0	13 011
SE: SRA	Cap. 50 O.R.	0	5 011	8 000	0	0	0	13 011
	Nº PROJ. 1							
Criação de Centros de Desenvolvimento Agrícola Experimental	TOTAL	0	5 011	8 000	0	0	0	13 011
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	5 011	8 000	0	0	0	13 011
SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA	TOTAL	0	45 000	10 000	0	0	0	55 000
SE: SRA	Cap. 50 O.R.	0	45 000	10 000	0	0	0	55 000
	Nº PROJ. 1							
Sistema de Informação da Actividade Agrícola	TOTAL	0	45 000	10 000	0	0	0	55 000
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	45 000	10 000	0	0	0	55 000
PROMOÇÃO SOCIAL DOS MEIOS RURAIS	TOTAL	857 563	191 056	220 000	0	0	0	1 268 619
SE: SRA	Cap. 50 O.R.	857 563	191 056	220 000	0	0	0	1 268 619
	Nº PROJ. 1							
Apoio às Casas do Povo	TOTAL	857 563	191 056	220 000	0	0	0	1 268 619
1988-98	Cap. 50 O.R.	857 563	191 056	220 000	0	0	0	1 268 619

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
Repovoamento Piscícola 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	6 499 6 499	7 000 7 000	7 000 7 000	56 000 56 000	0 0	0 0	76 499 76 499
FOMENTO CINEGÉTICO SE: SRA/DR Florestas Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	18 922 18 922	23 600 23 600	6 000 6 000	84 000 84 000	0 0	0 0	132 522 132 522
Fomento Cinegético 1993-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	18 922 18 922	23 600 23 600	6 000 6 000	84 000 84 000	0 0	0 0	132 522 132 522
SECTOR: PESCA	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 795 814 1 795 814	604 110 604 110	549 500 549 500	1 102 500 1 102 500	0 0	0 0	4 051 924 4 051 924
APOIO À FROTA PESQUEIRA SE: SRA/DRPs Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 071 767 1 071 767	80 000 80 000	75 000 75 000	145 000 145 000	0 0	0 0	1 371 767 1 371 767
Apoio à Frota pesqueira (DRR nº. 12/83/M e DRR nº. 9/87/M-Bonificação de juros) 1987-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 071 767 1 071 767	80 000 80 000	75 000 75 000	145 000 145 000	0 0	0 0	1 371 767 1 371 767
EQUIPAMENTO DOS PORTOS DE PESCA SE: SRA/DRPs Nº. PROJ. 7	TOTAL Cap. 50 O.R.	226 417 226 417	327 778 327 778	155 000 155 000	140 000 140 000	0 0	0 0	849 195 849 195
Construção de Lotas e Pequenas Instalações Frigoríficas COFIN POPII - IFOP 1995-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	2 554 2 554	2 000 2 000	2 000 2 000	0 0	0 0	0 0	6 554 6 554
Remodelação e Reequipamento de Lotas 1995-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	12 082 12 082	14 000 14 000	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	31 082 31 082
Const. Maquinaria e Equipamento do Entreposto Frigorífico do Porto Novo (Reg. 4028/86) COFIN FECCA 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	53 135 53 135	251 550 251 550	50 000 50 000	30 000 30 000	0 0	0 0	384 685 384 685
Entreposto Frigorífico do Funchal - Construções Maquinaria e Equipamentos COFIN POPII - IFOP 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	38 769 38 769	49 440 49 440	60 000 60 000	90 000 90 000	0 0	0 0	238 209 238 209
Equipamentos Portuários (Reg. 4028/86) COFIN FECCA 1993-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	119 877 119 877	8 288 8 288	8 000 8 000	5 000 5 000	0 0	0 0	141 165 141 165
Lota do Funchal - Const. Maq. e Equipamentos COFIN POPII - IFOP 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	2 500 2 500	15 000 15 000	5 000 5 000	0 0	0 0	22 500 22 500
Lota do Caniçal - Const. Maq. e Equipamentos COFIN POPII - IFOP 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	15 000 15 000	10 000 10 000	0 0	0 0	25 000 25 000
MELHORAMENTOS DE PEQUENOS PORTOS SE: SRA/DRPs Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	192 587 192 587	52 276 52 276	12 000 12 000	3 000 3 000	0 0	0 0	259 863 259 863
Ampliação do Cais do Porto Novo 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	192 587 192 587	52 276 52 276	12 000 12 000	3 000 3 000	0 0	0 0	259 863 259 863
AQUACULTURA - UNIDADE DE PRODUÇÃO NA BAIÁ D'ABRA SE: SRA/DRPescas Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	180 043 180 043	85 656 85 656	120 000 120 000	150 000 150 000	0 0	0 0	535 699 535 699

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
Aquacultura - Unidade de Produção na Bafa d'Abra - - (Reg. 4028/86) 1994-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	180 043 180 043	85 656 85 656	120 000 120 000	150 000 150 000	0 0	0 0	535 699 535 699
COFIN	FEOGA								
PESCA - RAM - APOIOS SE SRA/DRPs		TOTAL Cap. 50 O.R.	125 000 125 000	13 900 13 900	142 500 142 500	548 500 548 500	0 0	0 0	829 900 829 900
	Nº. PROJ. 7								
Ajustamento do Esforço da Pesca 1995-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	3 000 3 000	10 000 10 000	80 000 80 000	0 0	0 0	93 000 93 000
COFIN	POP II - IFOP								
Renovação e Modernização da Frota de Pesca 1995-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	30 000 30 000	1 900 1 900	20 000 20 000	110 000 110 000	0 0	0 0	161 900 161 900
COFIN	POP II - IFOP								
Transformação e Comercialização de Produtos da Pesca e Aquacultura 1995-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	60 000 60 000	3 000 3 000	75 000 75 000	233 000 233 000	0 0	0 0	371 000 371 000
COFIN	POP II - IFOP								
Apoio ao Desenvolvimento da Aquacultura 1996-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	35 000 35 000	3 000 3 000	20 000 20 000	75 000 75 000	0 0	0 0	133 000 133 000
COFIN	POP II - IFOP								
Promoção dos produtos de Pesca 1997-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	1 000 1 000	7 500 7 500	7 500 7 500	0 0	0 0	16 000 16 000
COFIN	POP II - IFOP								
Modernização e Equipamento de Portos de Pesca 1997-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	1 000 1 000	2 500 2 500	35 500 35 500	0 0	0 0	39 000 39 000
COFIN	POP II - IFOP								
Protecção das Zonas Marinhas - DRPs 1997-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	1 000 1 000	7 500 7 500	7 500 7 500	0 0	0 0	16 000 16 000
COFIN	POP II - IFOP								
APOIO À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO SE SRA/DRPs		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	28 500 28 500	10 000 10 000	20 000 20 000	0 0	0 0	58 500 58 500
	Nº. PROJ. 1								
Apoio à Indústria de Transformação do Pescado 1997-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	28 500 28 500	10 000 10 000	20 000 20 000	0 0	0 0	58 500 58 500
REPOVOAMENTO DE ZONAS COSTEIRAS SE SRA/DRPs		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	7 500 7 500	15 000 15 000	46 000 46 000	0 0	0 0	68 500 68 500
	Nº. PROJ. 1								
Repovoamento de Zonas Costeiras - Recifes Artificiais - DRPs 1997-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	7 500 7 500	15 000 15 000	46 000 46 000	0 0	0 0	68 500 68 500
COFIN	POP II - IFOP								
COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DAS PISCAS AQUACULTURA NAS RUP's SE DRPs		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	8 500 8 500	20 000 20 000	50 000 50 000	0 0	0 0	78 500 78 500
	Nº. PROJ. 1								
Cooperação no Âmbito do Desenvolvimento das Piscas e Aquacultura nas RUP's 1997-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	8 500 8 500	20 000 20 000	50 000 50 000	0 0	0 0	78 500 78 500
COFIN	REGS II								
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL Cap. 50 O.R.	20 794 2 500	65 000 42 500	61 000 27 000	34 000 8 500	0 0	0 0	180 794 80 500

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
PROGRAMAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DO VINHO MADEIRA		TOTAL	20 794	65 000	61 000	34 000	0	0	180 794
SE: IVM	Nº. PROJ. 3	Cap. 50 O.R.	2 500	42 500	27 000	8 500	0	0	80 500
Plano Promocional do Vinho da Madeira		TOTAL	10 794	30 000	40 000	34 000	0	0	114 794
COFIN	POP II - FEDER	Cap. 50 O.R.	1 000	7 500	6 000	8 500	0	0	23 000
1994-99									
Redimensionamento do Laboratório e Acreditação		TOTAL	10 000	10 000	6 000	0	0	0	26 000
1996-98		Cap. 50 O.R.	1 500	10 000	6 000	0	0	0	17 500
Beneficiação e Arranjo do Edifício Sede		TOTAL	0	25 000	15 000	0	0	0	40 000
1997-98		Cap. 50 O.R.	0	25 000	15 000	0	0	0	40 000
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL	904 808	405 448	279 000	0	0	0	1 589 256
		Cap. 50 O.R.	904 808	405 448	279 000	0	0	0	1 589 256
ORGANIZAÇÃO DE MERCADOS E SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS		TOTAL	904 808	405 448	279 000	0	0	0	1 589 256
SE: SRA	Nº. PROJ. 6	Cap. 50 O.R.	904 808	405 448	279 000	0	0	0	1 589 256
Construção e Equipamento do Matadouro do Funchal e Melhoria de Matadouros Regionais		TOTAL	512 674	150 000	120 000	0	0	0	782 674
1989-98		Cap. 50 O.R.	512 674	150 000	120 000	0	0	0	782 674
Mercado Abastecedor do Funchal		TOTAL	299 476	80 000	50 000	0	0	0	429 476
1989-98		Cap. 50 O.R.	299 476	80 000	50 000	0	0	0	429 476
Centrais de Acondicionamento e Armazenagem de Frutas e Produtos Hortícolas		TOTAL	20 176	113 600	80 000	0	0	0	213 776
1992-98		Cap. 50 O.R.	20 176	113 600	80 000	0	0	0	213 776
Adega de S. Vicente		TOTAL	5 886	20 000	15 000	0	0	0	40 886
1995-98		Cap. 50 O.R.	5 886	20 000	15 000	0	0	0	40 886
Acções de Informação de Mercados Agrícolas e Promoção de Produtos Regionais		TOTAL	66 596	38 448	12 000	0	0	0	117 044
1993-98		Cap. 50 O.R.	66 596	38 448	12 000	0	0	0	117 044
Incentivos à Promoção de Produtos Regionais		TOTAL	0	3 400	2 000	0	0	0	5 400
1996-98		Cap. 50 O.R.	0	3 400	2 000	0	0	0	5 400
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL	54 084	22 600	29 000	51 000	0	0	156 684
		Cap. 50 O.R.	54 084	22 600	29 000	51 000	0	0	156 684
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL	54 084	22 600	29 000	51 000	0	0	156 684
SE: SRA	Nº. PROJ. 2	Cap. 50 O.R.	54 084	22 600	29 000	51 000	0	0	156 684
Acções de Formação Profissional no Sector das Pescas (DRPs)		TOTAL	54 084	22 600	24 000	46 000	0	0	146 684
1995-99	COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	54 084	22 600	24 000	46 000	0	0	146 684
Formação Profissional. no âmbito da Avicultura (D.R. Pec.)		TOTAL	0	0	5 000	5 000	0	0	10 000
1998-99	COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	5 000	0	0	10 000
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE		TOTAL	866 566	298 500	182 000	241 346	0	0	1 588 412
		Cap. 50 O.R.	842 956	250 000	154 850	216 493	0	0	1 464 299

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
PROJECTOS A REALIZAR NO ÂMBITO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	TOTAL	140 884	139 500	92 000	186 346	0	0	558 730
SE: SRA Nº. PROJ. 8	Cap. 50 O.R.	117 274	91 000	64 850	161 493	0	0	434 617
Protecção das Florestas contra Incêndios - DRF (reg. CEE 2158/92)	TOTAL	75 295	45 000	10 000	50 000	0	0	180 295
COFIN	Cap. 50 O.R.	75 295	45 000	10 000	50 000	0	0	180 295
1995-99								
Protecção da Floresta contra a Poluição Atmosférica - DRF (reg. CEE 867/94)	TOTAL	1 759	1 500	3 000	6 000	0	0	12 259
COFIN	Cap. 50 O.R.	1 759	1 500	3 000	6 000	0	0	12 259
1995-99								
Sistemas de Informação sobre Incêndios Florestais (REG. CEE 804/84) - DRF	TOTAL	4 987	3 000	2 000	0	0	0	9 987
COFIN	Cap. 50 O.R.	4 987	3 000	2 000	0	0	0	9 987
1995-98								
Protecção do Núcleo de Dragoeiros das Neves - PNM	TOTAL	27 768	35 000	12 000	8 000	0	0	82 768
COFIN	Cap. 50 O.R.	27 700	5 250	12 000	8 000	0	0	52 950
1995-99								
Recuperação do Habitat Terrestre na Deserta Grande - PNM	TOTAL	31 075	25 000	17 000	2 868	0	0	75 943
COFIN: P. LIFE	Cap. 50 O.R.	7 533	6 250	4 250	717	0	0	18 750
1996-99								
Recuperação da Laurissilva - PNM	TOTAL	0	0	24 000	38 478	0	0	62 478
COFIN P. LIFE	Cap. 50 O.R.	0	0	9 600	15 776	0	0	25 376
1998-99								
Reserva Natural do Garajau - PNM	TOTAL	0	0	6 000	9 000	0	0	15 000
COFIN	Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	9 000	0	0	15 000
1998-99								
Recuperação e Sinalização de Veredas - DRF	TOTAL	0	30 000	18 000	72 000	0	0	120 000
COFIN	Cap. 50 O.R.	0	30 000	18 000	72 000	0	0	120 000
1997-99								
CONSERVAÇÃO DO SOLO, PROTECÇÃO AMBIENTAL E DA COBERTURA VEGETAL	TOTAL	725 682	159 000	90 000	55 000	0	0	1 029 682
SE: SRAFP/DR Florestas Nº. PROJ. 3	Cap. 50 O.R.	725 682	159 000	90 000	55 000	0	0	1 029 682
Repovoamento Florestal e Correção Torrencial	TOTAL	649 804	104 000	50 000	0	0	0	803 804
COFIN	Cap. 50 O.R.	649 804	104 000	50 000	0	0	0	803 804
1988-98								
Correção Torrencial da Madeira e Porto Santo	TOTAL	36 460	25 000	20 000	0	0	0	81 460
COFIN	Cap. 50 O.R.	36 460	25 000	20 000	0	0	0	81 460
1993-98								
Recuperação de Espaços Verdes no Jardim Botânico	TOTAL	39 418	30 000	20 000	55 000	0	0	144 418
COFIN	Cap. 50 O.R.	39 418	30 000	20 000	55 000	0	0	144 418
1994-99								
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	1 237 339	446 830	521 896	700 200	410 000	0	3 316 265
	Cap. 50 O.R.	1 237 339	446 830	521 896	700 200	410 000	0	3 316 265
PROGRAMA DE LUTA BIOLÓGICA	TOTAL	1 161 683	361 180	240 000	447 200	400 000	0	2 610 063
SE: SRA Nº. PROJ. 1	Cap. 50 O.R.	1 161 683	361 180	240 000	447 200	400 000	0	2 610 063
Programa de Luta Biológica	TOTAL	1 161 683	361 180	240 000	447 200	400 000	0	2 610 063
COFIN REGIS II e POSEIMA	Cap. 50 O.R.	1 161 683	361 180	240 000	447 200	400 000	0	2 610 063
1994-00								
INVESTIGAÇÃO APLICADA ÀS PESCAS	TOTAL	64 023	45 150	41 896	93 000	10 000	0	254 069
SE: SRA/DRPs Nº. PROJ. 4	Cap. 50 O.R.	64 023	45 150	41 896	93 000	10 000	0	254 069

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
Investigação Aplicada às Pescas e à Aquacultura	TOTAL	64 023	40 500	10 000	70 000	0	0	184 523
1995-99	Cap. 50 O.R.	64 023	40 500	10 000	70 000	0	0	184 523
Experimentação no âmbito das Ciências do Mar	TOTAL	0	4 650	2 000	0	0	0	6 650
1995-98	Cap. 50 O.R.	0	4 650	2 000	0	0	0	6 650
Biologia de Espécies Demersais	TOTAL	0	0	3 396	10 000	0	0	13 396
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	3 396	10 000	0	0	13 396
COFIN	PRAXIS XXI							
N Acção Interregional para a Transferência de Tecnologia no Âmbito da Aquacultura - Inter RAcTT	TOTAL	0	0	26 500	13 000	10 000	0	49 500
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	26 500	13 000	10 000	0	49 500
COFIN	FEDER							
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AQUACULTURA	TOTAL	11 633	40 500	240 000	160 000	0	0	452 133
SE: SRA/DRPs	Cap. 50 O.R.	11 633	40 500	240 000	160 000	0	0	452 133
	Nº PROJ. 1							
Centro de Aquacultura da Calheta	TOTAL	11 633	40 500	240 000	160 000	0	0	452 133
1995-99	Cap. 50 O.R.	11 633	40 500	240 000	160 000	0	0	452 133
COFIN	POSEMA							
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	0	6 000	5 000	6 262	0	17 262
		Cap. 50 O.R.	0	6 000	5 000	6 262	0	17 262
ESTUDO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO		TOTAL	0	6 000	5 000	6 262	0	17 262
		Cap. 50 O.R.	0	6 000	5 000	6 262	0	17 262
		SE: DRF/DRPs						
		Nº PROJ. 2						
Gestão e Acompanhamento do POPRAM II - Sub. Florestas	TOTAL	0	1 000	1 000	1 262	0	0	3 262
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	1 000	1 000	1 262	0	0	3 262
COFIN	POP II - FEOGA							
Gestão e Acompanhamento do POPRAM II - Sub. Pescas	TOTAL	0	5 000	4 000	5 000	0	0	14 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	5 000	4 000	5 000	0	0	14 000
COFIN	POP II - IFOP							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	45 999 121	26 534 292	38 372 000	60 744 800	37 263 200	17 961 500	226 874 913
	Cap. 50 O.R.	45 567 205	24 744 292	34 935 000	59 510 800	36 086 200	16 889 500	217 732 997
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	45 999 121	26 534 292	38 068 000	59 861 000	37 128 000	17 900 000	225 490 413
	Cap. 50 O.R.	45 567 205	24 744 292	34 654 000	58 647 000	35 971 000	16 848 000	216 431 497
PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	304 000	883 800	135 200	61 500	1 384 500
	Cap. 50 O.R.	0	0	281 000	863 800	115 200	41 500	1 301 500
<hr/>								
SECTOR: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA	TOTAL	30 133 568	11 329 519	14 075 000	30 310 000	23 180 000	10 150 000	119 178 087
	Cap. 50 O.R.	30 133 568	11 329 519	14 075 000	30 310 000	23 180 000	10 150 000	119 178 087
<hr/>								
CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS	TOTAL	30 133 568	11 329 519	14 075 000	30 310 000	23 180 000	10 150 000	119 178 087
	Cap. 50 O.R.	30 133 568	11 329 519	14 075 000	30 310 000	23 180 000	10 150 000	119 178 087
<hr/>								
SESPRES	Nº PROJ: 33							
<hr/>								
Saída Oeste do Funchal (2ª. Fase)	TOTAL	4 493 640	250 000	160 000	0	0	0	4 903 640
1989-98	Cap. 50 O.R.	4 493 640	250 000	160 000	0	0	0	4 903 640
Circular do Funchal à Cota 200 (2ª. Fase)	TOTAL	184 150	310 000	2 900 000	7 000 000	5 300 000	2 200 000	17 894 150
1995-01	Cap. 50 O.R.	184 150	310 000	2 900 000	7 000 000	5 300 000	2 200 000	17 894 150
Via Rápida Câmara de Lobos/Ribeira Brava - 1ª Troço	TOTAL	8 434 500	2 451 511	300 000	0	0	0	11 186 011
COFN POP18E	Cap. 50 O.R.	8 434 500	2 451 511	300 000	0	0	0	11 186 011
1990-98								
Via Rápida Câmara de Lobos/Ribeira Brava - 2ª Troço	TOTAL	13 149 045	4 364 882	600 000	0	0	0	18 113 927
COFN POP18E	Cap. 50 O.R.	13 149 045	4 364 882	600 000	0	0	0	18 113 927
1993-98								
Via Rápida Funchal - Aeroporto - 1ª. Fase	TOTAL	3 117 445	2 600 000	1 100 000	100 000	0	0	6 917 445
COFN POP18E	Cap. 50 O.R.	3 117 445	2 600 000	1 100 000	100 000	0	0	6 917 445
1992-99								
Via Rápida Funchal - Aeroporto - 2ª. Fase	TOTAL	0	50 000	2 900 000	7 100 000	6 000 000	950 000	17 000 000
1996-01	Cap. 50 O.R.	0	50 000	2 900 000	7 100 000	6 000 000	950 000	17 000 000
ER 107 - Curral das Freiras	TOTAL	458 991	70 000	160 000	250 000	20 000	0	958 991
1987-99	Cap. 50 O.R.	458 991	70 000	160 000	250 000	20 000	0	958 991
Via Expresso Machico - Faial	TOTAL	0	50 000	350 000	3 000 000	3 000 000	6 000 000	12 400 000
1996-01	Cap. 50 O.R.	0	50 000	350 000	3 000 000	3 000 000	6 000 000	12 400 000
Estrada Regional 223 - Jardim do Mar/Paut do Mar	TOTAL	0	65 626	450 000	2 125 000	1 745 000	0	4 385 626
1996-00	Cap. 50 O.R.	0	65 626	450 000	2 125 000	1 745 000	0	4 385 626
E. R. Eira da Achada/Fanal.	TOTAL	10 029	20 000	30 000	50 000	0	0	110 029
1996-00	Cap. 50 O.R.	10 029	20 000	30 000	50 000	0	0	110 029
Nova Ligação Caiheta - Prazeres	TOTAL	0	70 000	450 000	2 200 000	1 850 000	0	4 570 000
1996-00	Cap. 50 O.R.	0	70 000	450 000	2 200 000	1 850 000	0	4 570 000
Variante ER 102 Camacha (2ª. fase)	TOTAL	0	15 000	100 000	300 000	185 000	0	600 000
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	15 000	100 000	300 000	185 000	0	600 000
ER Tabúa - Ponta do Sol (reconstrução)	TOTAL	0	100 000	765 000	1 500 000	630 000	0	2 995 000
1996-00	Cap. 50 O.R.	0	100 000	765 000	1 500 000	630 000	0	2 995 000
ER 101 - Troço São Vicente - Porto Moniz (reconstrução)	TOTAL	0	20 000	450 000	1 800 000	1 350 000	0	3 620 000
1996-00	Cap. 50 O.R.	0	20 000	450 000	1 800 000	1 350 000	0	3 620 000
ER Porto (Penedo) - Aeroporto - Porto Santo	TOTAL	0	20 000	150 000	230 000	0	0	400 000
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	20 000	150 000	230 000	0	0	400 000
ER 236 - Ribª. de Machico/Ribª. Grande	TOTAL	0	240 000	60 000	0	0	0	300 000
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	240 000	60 000	0	0	0	300 000
Estudos e Projectos de Estradas Regionais	TOTAL	137 944	180 000	60 000	100 000	100 000	0	577 944
1990-00	Cap. 50 O.R.	137 944	180 000	60 000	100 000	100 000	0	577 944

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
Reconst. Benef. e Sinalização em Estradas Regionais	TOTAL	0	0	800 000	0	0	0	800 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	800 000	0	0	0	800 000
E.M. 543 entre Seara Velha e Lombo Chão - Curral das Freiras	TOTAL	39 247	80 000	80 000	20 000	0	0	219 247
1995-98	Cap. 50 O.R.	39 247	80 000	80 000	20 000	0	0	219 247
C.M. entre o Sítio da Boca do Túnel e Sítio da Terra Chã - Curral das Freiras	TOTAL	0	10 000	25 000	85 000	0	0	120 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	10 000	25 000	85 000	0	0	120 000
C.M. da Fajã das Galinhas - Estreito da Câmara de Lobos	TOTAL	108 577	106 000	180 000	100 000	0	0	494 577
1995-99	Cap. 50 O.R.	108 577	106 000	180 000	100 000	0	0	494 577
Ligação entre Eira e Sarrado - Porto da Cruz	TOTAL	0	0	40 000	190 000	20 000	0	250 000
1996-00	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	190 000	20 000	0	250 000
Ligação entre EM 513 e ER 101 - Fajã do Milho - Porto da Cruz	TOTAL	0	12 600	160 000	140 000	0	0	312 600
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	12 600	160 000	140 000	0	0	312 600
E.M. 529- Vargem/Torreão - Madalena do Mar	TOTAL	0	105 800	200 000	130 000	0	0	435 800
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	105 800	200 000	130 000	0	0	435 800
Variante entre Igreja Água de Pena e Cardais	TOTAL	0	0	10 000	190 000	100 000	0	300 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	190 000	100 000	0	300 000
Beneficiação do C.M. entre E.R 222 e Lugar de Baixo	TOTAL	0	35 100	15 000	0	0	0	50 100
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	35 100	15 000	0	0	0	50 100
Beneficiação do C.M. da Chamorra - Campanário	TOTAL	0	23 000	60 000	0	0	0	83 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	23 000	60 000	0	0	0	83 000
Beneficiação de outras Estradas e Caminhos Municipais	TOTAL	0	10 000	20 000	0	0	0	30 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	10 000	20 000	0	0	0	30 000
Expropriação de Terrenos	TOTAL	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
Túnel da Encumeada e Seus Acessos	TOTAL	0	70 000	500 000	3 700 000	2 880 000	1 000 000	8 150 000
1997-01	Cap. 50 O.R.	0	70 000	500 000	3 700 000	2 880 000	1 000 000	8 150 000
SECTOR: EDUCAÇÃO	TOTAL	2 544 332	4 896 060	4 888 000	6 980 000	1 260 000	0	20 568 392
	Cap. 50 O.R.	2 544 332	4 896 060	4 888 000	6 980 000	1 260 000	0	20 568 392
INFRAESTRUTURAS DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO	TOTAL	989 779	2 745 060	3 078 000	6 280 000	1 060 000	0	14 152 839
CF: 21: SE:SPES Nº PROJIS: 17	Cap. 50 O.R.	989 779	2 745 060	3 078 000	6 280 000	1 060 000	0	14 152 839
Escola Básica e Técnico-profissional da Madalena 1ª e 2ª Fases - Santo António - Funchal	TOTAL	158 623	540 000	120 000	100 000	0	0	918 623
1996-99	Cap. 50 O.R.	158 623	540 000	120 000	100 000	0	0	918 623
COFN POP#FEDER								
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo de Santa Cruz	TOTAL	24 920	432 260	450 000	500 000	0	0	1 407 180
1996-99	Cap. 50 O.R.	24 920	432 260	450 000	500 000	0	0	1 407 180
COFN POP#FEDER								
Escola Básica de São Gonçalo-Funchal	TOTAL	0	0	150 000	580 000	120 000	0	850 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	150 000	580 000	120 000	0	850 000
COFN POP#FEDER								
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo da Ponta Sol	TOTAL	0	0	350 000	1 350 000	0	0	1 700 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	350 000	1 350 000	0	0	1 700 000
COFN POP#FEDER								
Escola Básica dos Moinhos - São Roque do Faial	TOTAL	0	110 000	30 000	0	0	0	140 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	110 000	30 000	0	0	0	140 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	39 540	105 000	425 000	1 195 000	10 000	0	1 774 540
	Cap. 50 O.R.	39 540	105 000	425 000	1 195 000	10 000	0	1 774 540
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS E DE APOIO À JUVENTUDE	TOTAL	39 540	105 000	425 000	1 195 000	10 000	0	1 774 540
	Cap. 50 O.R.	39 540	105 000	425 000	1 195 000	10 000	0	1 774 540
SE SPES Nº. PROJ. 7								
Complexo para Natação Desportiva	TOTAL	39 540	60 000	300 000	1 100 000	0	0	1 499 540
1991-99	Cap. 50 O.R.	39 540	60 000	300 000	1 100 000	0	0	1 499 540
Centro de Juventude do Porto Santo - Beneficiação	TOTAL	0	0	20 000	25 000	0	0	45 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	25 000	0	0	45 000
Pousada da Juventude do Porto Moniz	TOTAL	0	25 000	30 000	0	0	0	55 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	25 000	30 000	0	0	0	55 000
Polidesportivo do Rosário	TOTAL	0	10 000	20 000	20 000	0	0	50 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	10 000	20 000	20 000	0	0	50 000
Polidesportivo da Ilha - São Jorge	TOTAL	0	10 000	40 000	10 000	0	0	60 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	10 000	40 000	10 000	0	0	60 000
Polidesportivo da Água de Pena	TOTAL	0	0	10 000	40 000	10 000	0	60 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	40 000	10 000	0	60 000
Outras Infraestruturas Desportivas de Apoio à Juventude	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
SECTOR: CULTURA	TOTAL	95 981	175 000	240 000	1 140 000	680 000	0	2 330 981
	Cap. 50 O.R.	95 981	175 000	240 000	1 140 000	680 000	0	2 330 981
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DE INFRAESTRUTURAS CULTURAIS	TOTAL	95 981	175 000	240 000	1 140 000	680 000	0	2 330 981
	Cap. 50 O.R.	95 981	175 000	240 000	1 140 000	680 000	0	2 330 981
SE SPES Nº. PROJ. 5								
Casa Museu Frederico de Freitas	TOTAL	36 173	120 000	140 000	20 000	0	0	316 173
1991-99	Cap. 50 O.R.	36 173	120 000	140 000	20 000	0	0	316 173
Biblioteca e Arquivo da RAM	TOTAL	59 808	55 000	50 000	850 000	600 000	0	1 614 808
1992-99	Cap. 50 O.R.	59 808	55 000	50 000	850 000	600 000	0	1 614 808
Arquivo Fotográfico da Madeira	TOTAL	0	0	20 000	90 000	50 000	0	160 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	90 000	50 000	0	160 000
Centro Cultural de S. Gonçalo	TOTAL	0	0	10 000	160 000	30 000	0	200 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	160 000	30 000	0	200 000
Centro Cultural John dos Passos	TOTAL	0	0	20 000	20 000	0	0	40 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	20 000	0	0	40 000
SECTOR: SAÚDE	TOTAL	41 981	630 000	1 520 000	1 130 000	100 000	0	3 421 981
	Cap. 50 O.R.	41 981	630 000	1 520 000	1 130 000	100 000	0	3 421 981
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE	TOTAL	41 981	630 000	1 495 000	1 130 000	100 000	0	3 396 981
	Cap. 50 O.R.	41 981	630 000	1 495 000	1 130 000	100 000	0	3 396 981
SE SPES Nº. PROJ. 14								
Centro de Saúde de St. Cruz	TOTAL	41 951	160 000	40 000	0	0	0	241 951
1992-98	Cap. 50 O.R.	41 951	160 000	40 000	0	0	0	241 951
	COFIN							
	PCOPIFEDER							

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
Centro de Saúde da Nazaré	TOTAL	0	100 000	120 000	0	0	0	220 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	100 000	120 000	0	0	0	220 000
1995-98	POPI-FEDER							
Centro de Saúde de Machico	TOTAL	30	150 000	500 000	280 000	0	0	930 030
COFN	Cap. 50 O.R.	30	150 000	500 000	280 000	0	0	930 030
1996-99	POPI-FEDER							
Centro de Saúde do Campanário	TOTAL	0	0	80 000	230 000	0	0	310 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	0	80 000	230 000	0	0	310 000
1995-99	POPI-FEDER							
Centro de Saúde Mental e Toxicod dependência	TOTAL	0	40 000	50 000	0	0	0	90 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	40 000	50 000	0	0	0	90 000
1996-98	POPI-FEDER							
Centro de Saúde do Sr ^a da Serra M. (incluindo C. Povo, Junta de Freguesia, Centro de Dia e Polidesportivo)	TOTAL	0	20 000	150 000	220 000	100 000	0	490 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	20 000	150 000	220 000	100 000	0	490 000
1996-00	POPI-FEDER							
Centro de Saúde do Curral das Freiras (incluindo S. Social, Casa do Povo e Junta de Freguesia)	TOTAL	0	40 000	70 000	70 000	0	0	180 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	40 000	70 000	70 000	0	0	180 000
1996-99	POPI-FEDER							
Centro de Saúde da Tabúia	TOTAL	0	20 000	30 000	0	0	0	50 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	20 000	30 000	0	0	0	50 000
1996-98	POPI-FEDER							
Centro de Saúde, Seg. Social e Junta de Freguesia da Ponta Delgada	TOTAL	0	30 000	90 000	80 000	0	0	200 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	30 000	90 000	80 000	0	0	200 000
1996-99	POPI-FEDER							
Centro de Saúde, Seg. Social e Casa do Povo de São Jorge	TOTAL	0	10 000	80 000	80 000	0	0	170 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	10 000	80 000	80 000	0	0	170 000
1996-99	POPI-FEDER							
Centro de Saúde do Estreito de C ^a . de Lobos	TOTAL	0	20 000	100 000	50 000	0	0	170 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	20 000	100 000	50 000	0	0	170 000
1996-99	POPI-FEDER							
Centro de Saúde do Paúl do Mar (incluindo Segurança Social)	TOTAL	0	20 000	80 000	50 000	0	0	150 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	20 000	80 000	50 000	0	0	150 000
1996-99	POPI-FEDER							
Centro de Saúde dos Canhas	TOTAL	0	20 000	80 000	50 000	0	0	150 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	20 000	80 000	50 000	0	0	150 000
1996-99	POPI-FEDER							
Assessoria e Assistência Técnica à Fiscalização de Empreitadas - DRU	TOTAL	0	0	25 000	20 000	0	0	45 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	20 000	0	0	45 000
1997-99	POPI-FEDER							
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
SE-SPES	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
Nº PROJ: 1								
Expropriações (Infraestruturas de Saúde)	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
COFN	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
1998-98	POPI-FEDER							
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL	6 974 779	6 655 283	14 902 000	17 705 000	11 625 000	7 700 000	65 562 062
	Cap. 50 O.R.	6 546 779	4 875 283	11 518 000	16 471 000	10 448 000	6 628 000	56 487 062
PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO	TOTAL	2 718 000	2 010 000	5 020 000	7 200 000	6 750 000	7 250 000	30 948 000
SE-IHM	Cap. 50 O.R.	2 290 000	1 585 000	3 600 000	6 050 000	5 600 000	6 200 000	25 325 000
Nº PROJ: 7								
Construção/Aquisição de Fogos	TOTAL	754 000	450 000	1 830 000	3 500 000	4 000 000	4 500 000	15 034 000
COFN	Cap. 50 O.R.	642 000	375 000	1 305 000	3 000 000	3 500 000	4 000 000	12 822 000
1994-01	POPI-FEDER							
Infraestruturas Complementares à Habitação	TOTAL	365 000	0	70 000	100 000	100 000	100 000	735 000
COFN	Cap. 50 O.R.	284 000	0	50 000	70 000	70 000	70 000	544 000
1994-01	POPI-FEDER							
Programas de Apoio à Municípios	TOTAL	396 000	870 000	1 600 000	2 000 000	1 000 000	1 000 000	6 868 000
COFN	Cap. 50 O.R.	262 000	650 000	1 300 000	1 800 000	800 000	800 000	5 612 000
1994-01	POPI-FEDER							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
Habitação de Custos Controlados 1994-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	201 000 156 000	230 000 190 000	420 000 325 000	450 000 350 000	500 000 400 000	500 000 500 000	2 301 000 1 921 000
Programas de Apoio à Particulares 1994-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	94 000 69 000	330 000 280 000	620 000 360 000	600 000 400 000	600 000 400 000	600 000 400 000	2 844 000 1 909 000
Estudos e Projectos 1998-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	30 000 10 000	50 000 30 000	50 000 30 000	50 000 30 000	180 000 100 000
Aquisição de terrenos 1994-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	908 000 877 000	130 000 90 000	450 000 250 000	500 000 400 000	500 000 400 000	500 000 400 000	2 988 000 2 417 000
INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS SE/SRES Nº. PROJIS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	150 000 150 000	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	200 000 200 000
Infraestruturas do Plano de Urbanização das Feiteirinhas - Caniçal 1996-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	150 000 150 000	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	200 000 200 000
RENOVAÇÃO URBANA SE/SRES Nº. PROJIS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	321 949 321 949	27 783 27 783	60 000 60 000	120 000 120 000	120 000 120 000	120 000 120 000	769 732 769 732
Renovação Urbana do Ilhéu - Câmara de Lobos 1987-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	321 949 321 949	27 783 27 783	60 000 60 000	120 000 120 000	120 000 120 000	120 000 120 000	769 732 769 732
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO SE/SRES Nº. PROJIS: 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	197 040 197 040	20 000 20 000	25 000 25 000	10 000 10 000	0 0	0 0	252 040 252 040
Planos Directores Municipais de Urbanização e de Pormenor 1992-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	166 767 166 767	20 000 20 000	20 000 20 000	10 000 10 000	0 0	0 0	216 767 216 767
Revisão do Plano Geral de Urbanização da Frente-Mar - Carajau - Bafa d'Abra 1992-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	30 273 30 273	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	35 273 35 273
INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SE/SRES Nº. PROJIS: 5	TOTAL Cap. 50 O.R.	829 200 829 200	170 000 170 000	150 000 150 000	40 000 40 000	0 0	0 0	1 189 200 1 189 200
Abastecimento de Água a Cª. de Lobos - 2ª Fase 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	622 570 622 570	95 000 95 000	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	732 570 732 570
Renovação da Rede de Água Potável no Porto Santo 1990-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	163 651 163 651	10 000 10 000	10 000 10 000	25 000 25 000	0 0	0 0	208 651 208 651
Remodelação da Conduta Elevatória incluindo reservatório entre o Tanque e a Camacha - Porto Santo 1992-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	42 979 42 979	65 000 65 000	25 000 25 000	0 0	0 0	0 0	132 979 132 979
Aumento de Capacidade do Reservatório da Ponta - Porto Santo 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	15 000 15 000	0 0	0 0	55 000 55 000
Ampliação da Central Dessalinizadora do Porto Santo 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	60 000 60 000	0 0	0 0	0 0	60 000 60 000
REFORÇO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS SE/SRES Nº. PROJIS: 6	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 573 974 1 573 974	150 000 150 000	633 000 633 000	645 000 645 000	400 000 400 000	0 0	3 401 974 3 401 974
Saneamento da Zona Baixa do Caniço (1ª e 2ª Fases) 1992-98 COFIN POP/FEDER	TOTAL Cap. 50 O.R.	484 572 484 572	50 000 50 000	120 000 120 000	0 0	0 0	0 0	654 572 654 572

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDRAR						
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
TOTAL Cap. 50 O.R.	803 623	60 000	150 000	100 000	0	0	1 113 623
Tratamento e Destino Final de Águas Residuais em Zonas Rurais (Ribeira Brava, Santa Cruz e outros concelhos)	803 623	60 000	150 000	100 000	0	0	1 113 623
1990-99							
TOTAL Cap. 50 O.R.	52 108	5 000	8 000	30 000	0	0	95 108
Renovação da Rede de Saneamento Básico do Porto Santo	52 108	5 000	8 000	30 000	0	0	95 108
1990-99							
TOTAL Cap. 50 O.R.	0	15 000	320 000	90 000	0	0	425 000
Emissários Finais Águas Residuais no Caniço e Santa Cruz	0	15 000	320 000	90 000	0	0	425 000
COFN POPII-FEDER							
1997-99							
TOTAL Cap. 50 O.R.	0	10 000	25 000	425 000	400 000	0	860 000
Interceptor de Águas Residuais no Caniço e Camacha	0	10 000	25 000	425 000	400 000	0	860 000
1997-00							
TOTAL Cap. 50 O.R.	233 671	10 000	10 000	0	0	0	253 671
Destino Final de Águas Residuais do Caniçal	233 671	10 000	10 000	0	0	0	253 671
1991-98							
TOTAL Cap. 50 O.R.	1 158 588	1 024 400	4 000 000	8 800 000	4 000 000	0	18 982 988
SISTEMA INTEGRADO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1 158 588	1 024 400	4 000 000	8 800 000	4 000 000	0	18 982 988
SE SPRES Nº. PROJ. 1							
TOTAL Cap. 50 O.R.	1 158 588	1 024 400	4 000 000	8 800 000	4 000 000	0	18 982 988
Sistema Integrado de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos incluindo ETRS da Meia Serra	1 158 588	1 024 400	4 000 000	8 800 000	4 000 000	0	18 982 988
COFN FUNDO DE COESÃO							
1994-01							
TOTAL Cap. 50 O.R.	28 764	8 000	30 000	20 000	15 000	0	101 764
ESTUDOS E PROJECTOS DE SANEAMENTO BÁSICO	28 764	8 000	30 000	20 000	15 000	0	101 764
SE SPRES Nº. PROJ. 1							
TOTAL Cap. 50 O.R.	28 764	8 000	30 000	20 000	15 000	0	101 764
Estudos e Projectos de Saneamento Básico	28 764	8 000	30 000	20 000	15 000	0	101 764
1992-00							
TOTAL Cap. 50 O.R.	n.d.	2 755 000	4 564 000	410 000	110 000	330 000	8 169 000
REFORÇO E MELHORIA DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO ADUÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA	n.d.	1 400 000	2 600 000	326 000	83 000	308 000	4 717 000
SE IGA Nº. PROJ. 7							
TOTAL Cap. 50 O.R.	n.d.	2 755 000	4 564 000	410 000	110 000	330 000	8 169 000
Reforço e Melhoria do Sistema de Captação, Adução e Tratamento de Água	n.d.	1 400 000	2 600 000	326 000	83 000	308 000	4 717 000
TOTAL Cap. 50 O.R.	n.d.	1 600 000	1 800 000	40 000	0	0	3 440 000
Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água	n.d.	600 000	269 000	13 000	0	0	882 000
COFN F. COESÃO							
1992-99							
TOTAL Cap. 50 O.R.	n.d.	400 000	180 000	60 000	30 000	0	670 000
Interligação das Principais Origens de Água Potável da Ilha da Madeira	n.d.	45 000	30 000	20 000	10 000	0	105 000
COFN POPRAM II							
1994-00							
TOTAL Cap. 50 O.R.	n.d.	600 000	1 455 000	230 000	0	0	2 285 000
Remodelação do Sistema Adutor dos Tomos	n.d.	600 000	1 303 000	220 000	0	0	2 123 000
COFN BEI - Temporais							
1994-99							
TOTAL Cap. 50 O.R.	n.d.	5 000	37 000	30 000	30 000	30 000	132 000
Estudos e Aquisição de Terrenos para Novas Infraestruturas	n.d.	5 000	37 000	28 000	28 000	28 000	126 000
1992-01							
TOTAL Cap. 50 O.R.	n.d.	150 000	1 050 000	50 000	50 000	300 000	1 600 000
Captação, Adução e Tratamento de Água	n.d.	150 000	950 000	45 000	45 000	280 000	1 470 000
COFN							
1992-01							
TOTAL Cap. 50 O.R.	n.d.	0	42 000	0	0	0	42 000
Infraestruturas de Abastecimento de água para Fins Agrícolas	n.d.	0	11 000	0	0	0	11 000
COFN FEDAP							
1998-98							
TOTAL Cap. 50 O.R.	99 108	227 500	105 000	230 000	120 000	0	781 608
EQUIPAMENTO SÓCIO-CULTURAL	99 108	227 500	105 000	230 000	120 000	0	781 608
SE SPRES Nº. PROJ. 7							

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
Canalização da Ribeira do Faial	TOTAL	0	0	20 000	175 000	0	0	195 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	175 000	0	0	195 000
Canalização da Ribeira de S. Roque do Faial	TOTAL	0	0	40 000	25 000	0	0	65 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	25 000	0	0	65 000
Canalização do Ribeiro da Penteada	TOTAL	0	0	10 000	30 000	0	0	40 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	30 000	0	0	40 000
Canalização da Ribeira dos Socorridos a Montante do PIZO	TOTAL	0	0	30 000	260 000	0	0	290 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	260 000	0	0	290 000
MEDIDAS VISANDO A PROTECÇÃO DO AMBIENTE	TOTAL	56 455	58 830	30 000	38 000	33 000	0	216 285
SE: SPRES	Cap. 50 O.R.	56 455	58 830	30 000	38 000	33 000	0	216 285
	Nº. PROJ.S: 4							
Sensibilização das Populações para a protecção do Ambiente	TOTAL	4 919	1 900	7 000	10 000	5 000	0	28 819
1994-00	Cap. 50 O.R.	4 919	1 900	7 000	10 000	5 000	0	28 819
Medidas de Integração Paisagística/Recuperação de Áreas Degradadas	TOTAL	23 840	20 130	8 000	20 000	20 000	0	91 970
1994-00	Cap. 50 O.R.	23 840	20 130	8 000	20 000	20 000	0	91 970
Monitorização da Qualidade do Ambiente	TOTAL	0	0	5 000	3 000	3 000	0	11 000
1997-00	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	3 000	3 000	0	11 000
Estudos Informatização e Formação no Domínio do Ambiente	TOTAL	27 696	36 800	10 000	5 000	5 000	0	84 496
1994-00	Cap. 50 O.R.	27 696	36 800	10 000	5 000	5 000	0	84 496
ACUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
SE: SPRES	Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
	Nº. PROJ.S: 1							
Expropriações (Ambiente, Urbanismo e Saneamento)	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	5 051 322	1 824 600	433 000	831 800	345 200	111 500	8 597 422
	Cap. 50 O.R.	5 047 406	1 814 600	380 000	831 800	345 200	111 500	8 530 506
INFRAESTRUTURAS E ACCÕES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO DOMÍNIO DOS RECURSOS NAT., ENERGIA E AMBIENTE	TOTAL	28 344	60 500	143 000	51 800	5 200	11 500	298 344
SE: LREC	Cap. 50 O.R.	22 428	50 500	90 000	51 800	5 200	11 500	231 428
	Nº. PROJ.S: 12							
Controlo Biológico das Águas Interiores da RAM - 2ª. Fase	TOTAL	11 515	1 000	500	0	0	0	13 015
1992-98	Cap. 50 O.R.	7 599	1 000	500	0	0	0	9 099
Centro de Apoio Metrológico	TOTAL	0	0	3 000	4 800	5 200	11 500	24 500
1998-01	Cap. 50 O.R.	0	0	3 000	4 800	5 200	11 500	24 500
Avaliação Ecológica de Zonas Críticas	TOTAL	0	0	8 000	6 000	0	0	12 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	6 000	0	0	12 000
Atribuição da Marca Qualidade ao LREC	TOTAL	0	2 000	10 000	0	0	0	12 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	2 000	10 000	0	0	0	12 000
Basa de Dados Meteorológicos	TOTAL	0	0	4 000	6 000	0	0	10 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	4 000	6 000	0	0	10 000
Programa de Hidrometria - LREC - IGA (Apoio LNET-HST)	TOTAL	5 786	5 000	500	0	0	0	11 286
1993-98	Cap. 50 O.R.	5 786	5 000	500	0	0	0	11 286
Implementação de Centrais Solares Fotovoltaicas e Térmicas	TOTAL	0	0	6 000	7 000	0	0	13 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	7 000	0	0	13 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
Consolidação das Infraestruturas da Qualidade Industrial COFN FEDPII 1996-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 8 085 8 085	50 000 40 000	90 000 40 000	0 0	0 0	0 0	148 085 88 085
Estudo do Comportamento Térmico dos Edifícios 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	2 000 2 000	3 000 3 000	0 0	0 0	5 000 5 000
Rede de Controlo de Poluição Atmosférica 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	12 000 12 000	25 000 25 000	0 0	0 0	37 000 37 000
Laboratório da Qualidade da Água 1996-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 958 958	2 500 2 500	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	8 458 8 458
Ações de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal do LREC COFN POPII - FSE 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	4 000 1 000	0 0	0 0	0 0	4 000 1 000
INFRAESTRUTURAS DO POLO TECNOLÓGICO DA PENTEADA SE SRES Nº. PROJ. 3	TOTAL Cap. 50 O.R. 5 024 978 5 024 978	1 764 100 1 764 100	290 000 290 000	780 000 780 000	340 000 340 000	100 000 100 000	8 299 078 8 299 078
Centro Internacional de Feiras, Exposições e Congressos (CIFEC) 1993-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 5 024 938 5 024 938	1 704 100 1 704 100	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	6 769 038 6 769 038
Infraestruturas do Madeira Tecnopolo - 2ª e 3ª Fase COFN POPII - FEDER 1996-00	TOTAL Cap. 50 O.R. 40 40	60 000 60 000	150 000 150 000	350 000 350 000	340 000 340 000	100 000 100 000	1 000 040 1 000 040
Aquisição de Terrenos COFN POPII - FEDER 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	100 000 100 000	430 000 430 000	0 0	0 0	530 000 530 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R. 779 864 779 864	300 000 300 000	864 000 864 000	20 000 20 000	0 0	0 0	1 963 864 1 963 864
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL SE SRES Nº. PROJ. 4	TOTAL Cap. 50 O.R. 779 864 779 864	300 000 300 000	855 000 855 000	20 000 20 000	0 0	0 0	1 954 864 1 954 864
Construção do Edifício para a SRESA no Campo da Barca (1ª Fase e 2ª Fase) 1990-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 771 618 771 618	260 000 260 000	800 000 800 000	0 0	0 0	0 0	1 531 618 1 531 618
Beneficiação do Edifício-Sede da DRAC 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	30 000 30 000	35 000 35 000	0 0	0 0	0 0	65 000 65 000
Beneficiação de Edifícios Públicos 1995-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 8 246 8 246	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	28 246 28 246
Construção e Remodelação de Instalação dos Serviços Públicos 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	10 000 10 000	20 000 20 000	0 0	0 0	30 000 30 000
AÇÕES DE FORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DASRES SE SRES Nº. PROJ. 2	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	9 000 9 000	0 0	0 0	0 0	9 000 9 000
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal afecto à SRES (SDSR) 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	2 000 2 000	0 0	0 0	0 0	2 000 2 000
Informatização dos Serviços 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	7 000 7 000	0 0	0 0	0 0	7 000 7 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
Iniciativas Diversas	TOTAL	0	0	18 000	0	0	0	18 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	18 000	0	0	0	18 000
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO TURÍSTICO	TOTAL	47 791	1 000	20 000	0	0	0	68 791
SE: SRT	Cap. 50 O.R.	47 791	1 000	20 000	0	0	0	68 791
	Nº. PROJS: 2							
Casa de Abrigo do Lombo do Mouro	TOTAL	47 791	1 000	15 000	0	0	0	63 791
1991-98	Cap. 50 O.R.	47 791	1 000	15 000	0	0	0	63 791
Infra-Estruturas Turísticas Diversas	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL	2 332 954	773 289	813 717	0	0	3 919 960
		Cap. 50 O.R.	2 332 954	773 289	813 717	0	0	3 919 960
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	1 804 929	443 289	157 517	0	0	0	2 405 735
SE: SRT	Cap. 50 O.R.	1 804 929	443 289	157 517	0	0	0	2 405 735
	Nº. PROJS: 1							
Nova Escola de Hotelaria	TOTAL	1 804 929	443 289	157 517	0	0	0	2 405 735
1992-98	Cap. 50 O.R.	1 804 929	443 289	157 517	0	0	0	2 405 735
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO TURISMO	TOTAL	0	0	2 200	0	0	0	2 200
SE: SRT	Cap. 50 O.R.	0	0	2 200	0	0	0	2 200
	Nº. PROJS: 1							
Formação Profissional Turística	TOTAL	0	0	2 200	0	0	0	2 200
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	2 200	0	0	0	2 200
	COFIN							
	POP II - FSE							
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA CULTURA	TOTAL	0	0	3 000	0	0	0	3 000
SE: SRT	Cap. 50 O.R.	0	0	3 000	0	0	0	3 000
	Nº. PROJS: 1							
Acções de Formação no âmbito da Cultura	TOTAL	0	0	3 000	0	0	0	3 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	3 000	0	0	0	3 000
	COFIN							
	POP II - FSE							
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO	TOTAL	528 025	330 000	650 000	0	0	0	1 508 025
SE: EHTM	Cap. 50 O.R.	528 025	330 000	650 000	0	0	0	1 508 025
	Nº. PROJS: 1							
Acções de Formação	TOTAL	528 025	330 000	650 000	0	0	0	1 508 025
1994-98	Cap. 50 O.R.	528 025	330 000	650 000	0	0	0	1 508 025
	COFIN							
	POP II - FSE							
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIVERSA	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
SE: SRT	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
	Nº. PROJS: 1							
Outras Acções de Formação	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
SECTOR: CULTURA		TOTAL	869 685	471 741	582 900	4 000	0	1 928 326
		Cap. 50 O.R.	869 685	471 741	582 900	4 000	0	1 928 326

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR							
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MÓVEL E IMÓVEL	TOTAL	495 907	181 069	152 500	4 000	0	0	833 476
SE: SFTC Nº. PROJS: 11	Cap. 50 O.R.	495 907	181 069	152 500	4 000	0	0	833 476
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava)	TOTAL	209 030	6 514	20 000	0	0	0	235 544
1990-98	Cap. 50 O.R.	209 030	6 514	20 000	0	0	0	235 544
Forte de São Tiago	TOTAL	77 225	20 000	12 000	2 000	0	0	111 225
1994-99	Cap. 50 O.R.	77 225	20 000	12 000	2 000	0	0	111 225
Convento de Stª. Clara	TOTAL	0	10 000	7 000	0	0	0	17 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	10 000	7 000	0	0	0	17 000
Legado Solar Carlos Cristóvão	TOTAL	58 203	1 300	4 000	0	0	0	63 503
1994-98	Cap. 50 O.R.	58 203	1 300	4 000	0	0	0	63 503
Núcleo de Stª. Amaro	TOTAL	0	15 000	18 000	2 000	0	0	35 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	15 000	18 000	2 000	0	0	35 000
Recuperação do Bairro da Madalena do Mar	TOTAL	72 500	23 025	20 000	0	0	0	115 525
1995-98	Cap. 50 O.R.	72 500	23 025	20 000	0	0	0	115 525
Casas Típicas, Moínhos e Casas de Salão	TOTAL	7 480	10 000	10 000	0	0	0	27 480
1996-98	Cap. 50 O.R.	7 480	10 000	10 000	0	0	0	27 480
Restauo dos Orgãos das Igrejas	TOTAL	9 000	7 500	4 500	0	0	0	21 000
1995-98	Cap. 50 O.R.	9 000	7 500	4 500	0	0	0	21 000
Quinta do Monte	TOTAL	0	4 000	5 000	0	0	0	9 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	4 000	5 000	0	0	0	9 000
Centro Cultural Latino Coelho	TOTAL	0	35 730	2 000	0	0	0	37 730
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	35 730	2 000	0	0	0	37 730
Obras Diversas de Restauo do Património da RAM	TOTAL	62 469	48 000	50 000	0	0	0	160 469
1994-98	Cap. 50 O.R.	62 469	48 000	50 000	0	0	0	160 469
ACÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO	TOTAL	15 833	28 000	17 900	0	0	0	61 733
SE: CEHA Nº. PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	15 833	28 000	17 900	0	0	0	61 733
Acções realizadas no âmbito do C.E.H.A.	TOTAL	15 833	28 000	17 900	0	0	0	61 733
1995-98	Cap. 50 O.R.	15 833	28 000	17 900	0	0	0	61 733
APOIO A MUSEUS E À PRESERVAÇÃO DE OUTROS VALORES DE INTERESSE REGIONAL	TOTAL	134 942	180 155	157 500	0	0	0	472 597
SE: SFT Nº. PROJS: 12	Cap. 50 O.R.	134 942	180 155	157 500	0	0	0	472 597
Casa das Mudanças	TOTAL	0	800	2 000	0	0	0	2 800
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	800	2 000	0	0	0	2 800
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava)	TOTAL	23 181	28 610	18 000	0	0	0	69 791
1995-98	Cap. 50 O.R.	23 181	28 610	18 000	0	0	0	69 791
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago	TOTAL	18 394	34 830	20 000	0	0	0	73 224
1995-98	Cap. 50 O.R.	18 394	34 830	20 000	0	0	0	73 224
Museu Arte Sacra	TOTAL	74 099	14 000	15 000	0	0	0	103 099
1988-98	Cap. 50 O.R.	74 099	14 000	15 000	0	0	0	103 099
Fotografia-Museu Vicentes	TOTAL	5 521	7 500	7 500	0	0	0	20 521
1995-98	Cap. 50 O.R.	5 521	7 500	7 500	0	0	0	20 521

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
Biblioteca de Documentação Contemporânea	TOTAL	0	5 000	5 000	0	0	0	10 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	5 000	5 000	0	0	0	10 000
Arquivo Regional	TOTAL	3 707	7 135	8 000	0	0	0	18 842
1995-98	Cap. 50 O.R.	3 707	7 135	8 000	0	0	0	18 842
Casa-Museu Colombo	TOTAL	757	1 350	3 000	0	0	0	5 107
1995-98	Cap. 50 O.R.	757	1 350	3 000	0	0	0	5 107
Museu Quinta das Cruzes	TOTAL	9 283	25 000	30 000	0	0	0	64 283
1995-98	Cap. 50 O.R.	9 283	25 000	30 000	0	0	0	64 283
Biblioteca de Culturas Estrangeiras	TOTAL	0	2 000	2 000	0	0	0	4 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	2 000	2 000	0	0	0	4 000
Solar São Cristovão	TOTAL	0	3 930	2 000	0	0	0	5 930
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	3 930	2 000	0	0	0	5 930
Casa Museu Frederico de Freitas	TOTAL	0	50 000	45 000	0	0	0	95 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	50 000	45 000	0	0	0	95 000
FESTIVAIS CULTURAIS	TOTAL	71 855	20 000	25 000	0	0	0	116 855
SE. SRT Nº. PROJS. 2	Cap. 50 O.R.	71 855	20 000	25 000	0	0	0	116 855
Festival de Música	TOTAL	71 855	20 000	20 000	0	0	0	111 855
1992-98	Cap. 50 O.R.	71 855	20 000	20 000	0	0	0	111 855
Outros Festivals	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIV. ARTÍSTICA E CULTURAL	TOTAL	151 148	62 517	230 000	0	0	0	443 665
SE. SRT Nº. PROJS. 3	Cap. 50 O.R.	151 148	62 517	230 000	0	0	0	443 665
Publicação de Edições Culturais	TOTAL	144 299	43 490	30 000	0	0	0	217 789
1994-98	Cap. 50 O.R.	144 299	43 490	30 000	0	0	0	217 789
Divulgação da Actividade Artística	TOTAL	6 849	19 027	10 000	0	0	0	35 876
1995-98	Cap. 50 O.R.	6 849	19 027	10 000	0	0	0	35 876
Apoio a Iniciativas Culturais	TOTAL	0	0	190 000	0	0	0	190 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	190 000	0	0	0	190 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	38 630	51 000	31 000	23 600	0	0	144 230
	Cap. 50 O.R.	38 630	51 000	31 000	23 600	0	0	144 230
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SEC. REG. DO TURISMO E CULTURA	TOTAL	38 630	45 000	24 000	20 600	0	0	128 230
SE. SRT Nº. PROJS. 2	Cap. 50 O.R.	38 630	45 000	24 000	20 600	0	0	128 230
Beneficiação do Edifício da SRTC	TOTAL	25 341	35 000	20 000	20 600	0	0	100 941
1992-99	Cap. 50 O.R.	25 341	35 000	20 000	20 600	0	0	100 941
Informatização	TOTAL	13 289	10 000	4 000	0	0	0	27 289
1992-98	Cap. 50 O.R.	13 289	10 000	4 000	0	0	0	27 289
PROJECTOS DE COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DO TURISMO E DA CULTURA	TOTAL	0	6 000	2 000	0	0	0	8 000
SE. SRT Nº. PROJS. 1	Cap. 50 O.R.	0	6 000	2 000	0	0	0	8 000
Projectos de Cooperação no domínio do Turismo e da Cultura	TOTAL	0	6 000	2 000	0	0	0	8 000
1997-98	Cap. 50 O.R.	0	6 000	2 000	0	0	0	8 000

QUADRO III - 6

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR						TOTAL
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	1 182 162	684 245	700 782	1 712 254	30 000	0	4 309 443
	Cap. 50 O.R.	813 939	610 645	645 232	1 627 104	30 000	0	3 726 920
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	1 182 162	684 245	700 782	1 712 254	30 000	0	4 309 443
	Cap. 50 O.R.	813 939	610 645	645 232	1 627 104	30 000	0	3 726 920
PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0
	Cap. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL	172 400	102 000	77 500	121 800	0	473 700
	Cap. 50 O.R.	163 284	28 400	21 950	36 650	0	0	250 284
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO REGIONAL		TOTAL	172 400	102 000	77 500	121 800	0	473 700
	Cap. 50 O.R.	163 284	28 400	21 950	36 650	0	0	250 284
SE: IBTAM		Cap. 50 O.R.	163 284	28 400	21 950	36 650	0	250 284
Nº. PROJS: 1								
Desenvolvimento do Artesanato Regional		TOTAL	172 400	102 000	77 500	121 800	0	473 700
	Cap. 50 O.R.	163 284	28 400	21 950	36 650	0	0	250 284
Reestruturação do Artesanato Regional - Bonificação de Juros para Saneamento Financeiro das Empresas		TOTAL	16 000	6 000	4 500	2 300	0	28 800
	Cap. 50 O.R.	16 000	6 000	4 500	2 300	0	0	28 800
1993-99								
Defesa, Valorização e Renovação do Artesanato Regional		TOTAL	136 001	80 000	45 000	70 500	0	331 501
	Cap. 50 O.R.	129 935	20 000	11 250	23 500	0	0	184 685
1991-99								
COFIN								
POP II								
Incentivos à Realização de Acções Promocionais e à Exportação de Artesanato Regional		TOTAL	0	0	20 000	29 000	0	49 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	7 250	0	0	12 250
1998-99								
Acções de Formação Profissional		TOTAL	20 399	16 000	8 000	20 000	0	64 399
	Cap. 50 O.R.	17 349	2 400	1 200	3 600	0	0	24 549
1994-99								
COFIN								
POP II								
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL	993 270	568 345	603 182	1 561 454	0	3 726 251
	Cap. 50 O.R.	634 163	568 345	603 182	1 561 454	0	0	3 367 144
ACÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREGO		TOTAL	993 270	568 345	603 182	1 561 454	0	3 726 251
	Cap. 50 O.R.	634 163	568 345	603 182	1 561 454	0	0	3 367 144
SE: SPE								
Nº. PROJS: 13								
Apoio à Contratação		TOTAL	226 628	235 000	80 000	174 314	0	715 942
	Cap. 50 O.R.	137 378	235 000	80 000	174 314	0	0	626 692
1994-99								
COFIN								
POP II-FSE								
Apoio Complementar de Formação		TOTAL	17 225	4 068	10 716	12 967	0	44 964
	Cap. 50 O.R.	10 425	4 056	10 716	12 967	0	0	38 164
1994-99								
COFIN								
POP II-FSE								
Apoio à Criação do Próprio Emprego		TOTAL	109 797	20 455	24 000	50 653	0	204 905
	Cap. 50 O.R.	89 957	20 455	24 000	50 653	0	0	185 065
1994-99								
COFIN								
POP II-FSE								
Formação e Inserção Profissional de Desempregados		TOTAL	175 651	41 000	60 000	161 378	0	438 029
	Cap. 50 O.R.	107 651	41 000	60 000	161 378	0	0	370 029
1994-99								
COFIN								
POP II-FSE								
Criação do Próprio emprego de Subsidiados		TOTAL	20 336	33 500	12 500	44 872	0	111 209
	Cap. 50 O.R.	8 996	33 500	12 500	44 872	0	0	99 868
1995-99								
COFIN								
POP II-FSE								

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1995	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
Iniciativas Locais de Emprego	TOTAL	324 342	73 000	135 000	345 290	0	0	877 632
1994-99	Cap. 50 O.R.	249 249	73 000	135 000	345 290	0	0	802 539
COFIN	POP II-FSE							
Apoio à Actividade de Agentes de Desenvolvimento	TOTAL	41 507	6 566	17 066	20 650	0	0	85 789
1994-99	Cap. 50 O.R.	18 840	6 566	17 066	20 650	0	0	63 122
COFIN	POP II-FSE							
Programa de Ocupação de Desempregados	TOTAL	66 670	65 000	70 000	153 310	0	0	354 980
1996-99	Cap. 50 O.R.	10 000	65 000	70 000	153 310	0	0	298 310
COFIN	POP II-FSE							
Programa de Ocupacional de Subsidiados em Situação de Carência económica	TOTAL	11 114	21 000	30 000	86 868	0	0	148 982
1996-99	Cap. 50 O.R.	1 667	21 000	30 000	86 868	0	0	139 535
COFIN	POP II-FSE							
Unidades de Inserção na Vida Activa	TOTAL	0	7 600	12 900	35 094	0	0	55 594
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	7 600	12 900	35 094	0	0	55 594
COFIN	POP II-FSE							
Curso de Agentes de Desenvolvimento II	TOTAL	0	0	25 000	90 200	0	0	115 200
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	90 200	0	0	115 200
COFIN	POP II-FSE							
Clubes de Emprego	TOTAL	0	7 500	6 000	20 150	0	0	33 650
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	7 500	6 000	20 150	0	0	33 650
COFIN	POP II-FSE							
Estágios Profissionais	TOTAL	0	3 668	20 000	62 708	0	0	86 376
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	3 668	20 000	62 708	0	0	86 376
COFIN	POP II-FSE							
Implementação, Controlo e Avaliação de Acções de Emprego	TOTAL	0	50 000	100 000	303 000	0	0	453 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	50 000	100 000	303 000	0	0	453 000
COFIN	POP II-FSE							
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
INFRAESTRUTURAS PARA ACTIVIDADES RECREATIVAS E DESPORTIVAS	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
SE: SRAPC	Nº PROJ: 1							
Infraestruturas para Actividades Recreativas e Desportivas	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
SECTOR: CULTURA	TOTAL	16 492	13 900	15 000	29 000	30 000	0	104 392
	Cap. 50 O.R.	16 492	13 900	15 000	29 000	30 000	0	104 392
AÇÕES DE APOIO ÀS COMUNIDADES MADEIRENSES	TOTAL	16 492	13 900	15 000	29 000	30 000	0	104 392
	Cap. 50 O.R.	16 492	13 900	15 000	29 000	30 000	0	104 392
SE: SRAPC	Nº PROJ: 1							
Acções de Apoio às Comunidades Madeirenses	TOTAL	16 492	13 900	15 000	29 000	30 000	0	104 392
1998-00	Cap. 50 O.R.	16 492	13 900	15 000	29 000	30 000	0	104 392
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	0	0	100	0	0	0	100
	Cap. 50 O.R.	0	0	100	0	0	0	100

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
FORMAÇÃO E APERFEIÇAMENTO DE PESSOAL AFECTO SEC. REG. DOS RECURSOS HUMANOS	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	100	0	0	0	100
SE SPAPC Nº PROJ. 1		0	0	100	0	0	0	100
Acções de Formação	TOTAL	0	0	100	0	0	0	100
1998-98	Cap. 50 O.R.	0	0	100	0	0	0	100

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
Projectos de Inovação Educacional 1996-99 COFIN POP II-FSE	TOTAL Cap. 50 O.R. 11 062 11 062	23 000 23 000	25 000 25 000	32 000 32 000	0 0	0 0	91 062 91 062
EDUCAÇÃO PERMANENTE SE SRE Acções de Educação Permanente 1989-98 COFIN POP II-FSE	TOTAL Cap. 50 O.R. 29 503 29 503	14 000 14 000	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	63 503 63 503
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL SE SRE Formação de Pessoal Docente e Técnico Profissional 1994-98 COFIN POP II - FSE	TOTAL Cap. 50 O.R. 96 734 96 734	27 900 27 900	63 000 63 000	0 0	0 0	0 0	187 634 187 634
Formação Contínua 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 11 734 11 734	2 400 2 400	3 000 3 000	0 0	0 0	0 0	17 134 17 134
Programa Regional de Apoio aos Sobredotados 1997-98 COFIN POP II - FSE	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	5 500 5 500	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	15 500 15 500
FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE DEFICIENTES SE SRE Formação Pré-Profissional de Deficientes 1989-98 COFIN POP II - FSE	TOTAL Cap. 50 O.R. 248 163 248 163	227 500 227 500	318 000 318 000	0 0	0 0	0 0	793 663 793 663
Formação Profissional de Deficientes 1994-98 COFIN POP II - FSE	TOTAL Cap. 50 O.R. 154 905 154 905	143 000 143 000	180 000 180 000	0 0	0 0	0 0	477 905 477 905
Integração Profissional de Deficientes 1994-98 COFIN POP II - FSE	TOTAL Cap. 50 O.R. 75 190 75 190	61 600 61 600	100 000 100 000	0 0	0 0	0 0	236 790 236 790
Serviço de Integração Sócio Profissional de Deficientes 1996-98 COFIN HORIZON	TOTAL Cap. 50 O.R. 7 200 7 200	13 000 13 000	18 000 18 000	0 0	0 0	0 0	38 200 38 200
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA DEFICIENTES SE SRE Instalação de Centros Psico-Pedagógicos 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 237 602 237 602	68 000 68 000	85 000 85 000	0 0	0 0	0 0	390 602 390 602
Equipamento para Estabelecimentos de Jovens Deficientes e Serviços de Apoio 1987-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 199 222 199 222	45 000 45 000	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	294 222 294 222
Habitação Social para Deficientes 1997-98	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	15 000 15 000
REAPRETRÉCHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE 1ª INFÂNCIA SE SRE	TOTAL Cap. 50 O.R. 49 457 49 457	18 000 18 000	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	82 457 82 457

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
Reapetrechamento de Estabelecimentos de 1ª Infância 1986-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	49 457 49 457	18 000 18 000	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	82 457 82 457
INOVAÇÃO NO SISTEMA EDUCATIVO SE: SFE Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	27 559 27 559	20 000 20 000	20 000 20 000	110 000 110 000	120 000 120 000	130 000 130 000	427 559 427 559
Apoios ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Cultural 1995-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	27 559 27 559	20 000 20 000	20 000 20 000	110 000 110 000	120 000 120 000	130 000 130 000	427 559 427 559
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 604 452 1 599 809	4 124 048 533 680	3 800 564 757 463	1 269 408 1 156 908	0 0	0 0	10 798 472 4 047 860
IMPLEMENTAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: SFE Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 524 381 1 524 381	507 300 507 300	650 000 650 000	852 351 852 351	0 0	0 0	3 534 032 3 534 032
Implementação Controle e Avaliação de Acções de Formação Profissional 1994-99 COFIN POPII-FSE	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 524 381 1 524 381	507 300 507 300	650 000 650 000	852 351 852 351	0 0	0 0	3 534 032 3 534 032
PROGRAMAS POR INICIATIVA DE OUTRÉM-FSE SE: Fundo Autónomo FSE Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	3 552 228 500	2 935 151 800	0 0	0 0	0 0	6 487 379 1 300
Programas Por Iniciativa de Outrém-FSE 1997-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	3 552 228 500	2 935 151 800	0 0	0 0	0 0	6 487 379 1 300
PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO EMPREGO SE: SFE Nº. PROJS: 4	TOTAL Cap. 50 O.R.	8 824 4 181	51 520 12 880	145 000 36 250	150 000 37 500	0 0	0 0	355 344 90 811
Youthstart 1995-99 COFIN PIC-FSE	TOTAL Cap. 50 O.R.	8 824 4 181	38 000 9 500	45 000 11 250	50 000 12 500	0 0	0 0	141 824 37 431
Leonardo da Vinci 1996-99 COFIN PIC-OIC	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	45 000 11 250	45 000 11 250	0 0	0 0	90 000 22 500
Adapt 1996-99 COFIN PIC-FSE	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 6 250	25 000 6 250	0 0	0 0	50 000 12 500
Outros Programas Comunitários 1996-99 COFIN PIC-OIC	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	13 520 3 380	30 000 7 500	30 000 7 500	0 0	0 0	73 520 18 380
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: SFE Nº. PROJ: 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	27 500 27 500	227 500 227 500	0 0	0 0	255 000 255 000
Construção de Oficina de Canalizações 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	7 500 7 500	27 500 27 500	0 0	0 0	35 000 35 000
Centro de Formação de Comércio e Serviços 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	200 000 200 000	0 0	0 0	220 000 220 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL
ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO POP - COMPONENTE FSE	TOTAL Cap. 50 O.R.	71 247	13 000	42 913	39 557	0	0	166 717
SE: SRE	Nº. PROJS: 3	71 247	13 000	42 913	39 557	0	0	166 717
Monitorização	TOTAL Cap. 50 O.R.	27 867	4 000	11 827	9 939	0	0	53 633
1994-99	COFIN POP II-FSE	27 867	4 000	11 827	9 939	0	0	53 633
Funcionamento da Comissão de Gestão	TOTAL Cap. 50 O.R.	4 965	4 000	12 500	14 000	0	0	35 465
1994-99	COFIN POP II-FSE	4 965	4 000	12 500	14 000	0	0	35 465
Estudos, Publicidade e Promoção	TOTAL Cap. 50 O.R.	38 415	5 000	18 586	15 618	0	0	77 619
1994-99	COFIN POP II-FSE	38 415	5 000	18 586	15 618	0	0	77 619
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES	TOTAL Cap. 50 O.R.	7 841 058	3 600 000	3 400 000	0	0	0	14 841 058
ACÇÕES DE FOMENTO DESPORTIVO	TOTAL Cap. 50 O.R.	7 841 058	3 600 000	3 400 000	0	0	0	14 841 058
SE: IDRAM	Nº. PROJS: 1	7 841 058	3 600 000	3 400 000	0	0	0	14 841 058
Acções de Fomento Desportivo	TOTAL Cap. 50 O.R.	7 841 058	3 600 000	3 400 000	0	0	0	14 841 058
1991-98		7 841 058	3 600 000	3 400 000	0	0	0	14 841 058
SECTOR: CULTURA	TOTAL Cap. 50 O.R.	21 438	7 330	10 000	0	0	0	38 768
EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES	TOTAL Cap. 50 O.R.	21 438	7 330	10 000	0	0	0	38 768
SE: SPE	Nº. PROJS: 1	21 438	7 330	10 000	0	0	0	38 768
Edição de Publicações	TOTAL Cap. 50 O.R.	21 438	7 330	10 000	0	0	0	38 768
1988-98		21 438	7 330	10 000	0	0	0	38 768
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	15 200	0	0	0	15 200
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	15 200	0	0	0	15 200
SE: SRE	Nº. PROJS: 1	0	0	15 200	0	0	0	15 200
Acções de Formação	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	15 200	0	0	0	15 200
1998-98	COFIN POP II-FSE	0	0	15 200	0	0	0	15 200

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	TOTAL	
Implementação do Cartão do Utente 1997-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	12 500 12 500	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	22 500 22 500
Educação para a Saúde 1997-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	7 500 7 500	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	12 500 12 500
PROGRAMAS REGIONAIS DE SAÚDE SE: CRS N.º PROJES: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	50 000 50 000
Programas Regionais de Saúde 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	50 000 50 000
BENEFICIAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DOS CENTROS DE SAÚDE SE: CRS N.º PROJES: 3	TOTAL Cap. 50 O.R.	69 814 69 814	67 750 67 750	175 000 175 000	0 0	0 0	0 0	312 564 312 564
Modernização e Ampliação de Edifícios do Centro Regional de Saúde 1995-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	69 814 69 814	67 750 67 750	90 000 90 000	0 0	0 0	0 0	227 564 227 564
Apoio à Prestação de Cuidados de Saúde 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	10 000 10 000
Apetreçamento dos Centros de Saúde 1998-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	75 000 75 000	0 0	0 0	0 0	75 000 75 000
AMPLIAÇÃO, RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ESTRUTURAS HOSPITALARES SE: CHF N.º PROJES: 7	TOTAL Cap. 50 O.R.	728 494 652 622	680 000 387 000	775 000 613 750	0 0	0 0	0 0	2 183 494 1 653 372
Infraestruturas de Apoio 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	201 057 186 650	80 000 80 000	280 000 280 000	0 0	0 0	0 0	561 057 546 650
Modernização dos Meios Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	149 590 93 660	130 000 130 000	180 000 180 000	0 0	0 0	0 0	459 590 403 660
Modernização dos Serviços de Apoio às Áreas Médicas 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	205 171 199 924	70 000 70 000	60 000 60 000	0 0	0 0	0 0	335 171 329 924
Acolhimento e Atendimento de Doentes 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	90 791 90 503	50 000 50 000	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	180 791 180 503
Equipamento de Apoio ao Centro Hospitalar do Funchal - - Laboratório de Hemodinâmica 1994-98 CCFIN POP II - FEDER	TOTAL Cap. 50 O.R.	81 885 81 885	270 000 40 500	150 000 37 500	0 0	0 0	0 0	501 885 159 885
Implementação do Plano Director do Centro Hospitalar do Funchal 1995-98 CCFIN POP II - FEDER	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	35 000 5 250	30 000 7 500	0 0	0 0	0 0	65 000 12 750
Internamentos de Longa Duração - Hospital Dr. João de Almada 1997-98 CCFIN POP II - FEDER	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	45 000 11 250	35 000 8 750	0 0	0 0	0 0	80 000 20 000
SECTOR: SEGURANÇA SOCIAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	40 000 40 000	32 000 32 000	0 0	0 0	0 0	72 000 72 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1996	1997 Execução Prevista	1998	1999	2000	Anos Seguintes	
ESTRUTURAS E AÇÕES DE APOIO SOCIAL Nº PROJS: 2	TOTAL	0	40 000	32 000	0	0	0	72 000
	Cap. 50 O.R.	0	40 000	32 000	0	0	0	72 000
Apoio a Famílias e Instituições Particulares de Solidariedade Social 1997-98	TOTAL	0	40 000	32 000	0	0	0	72 000
	Cap. 50 O.R.	0	40 000	32 000	0	0	0	72 000
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	181 488	67 000	50 000	0	0	298 488
		Cap. 50 O.R.	92 011	16 750	50 000	0	0	158 761
SISRAM - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE DA RAM SE SPAS Nº PROJS: 2	TOTAL	181 488	67 000	50 000	0	0	0	298 488
	Cap. 50 O.R.	92 011	16 750	50 000	0	0	0	158 761
SISRAM - Centro Regional de Saúde COFIN POP II - FEDER 1994-98	TOTAL	73 956	27 000	25 000	0	0	0	125 956
	Cap. 50 O.R.	71 726	6 750	25 000	0	0	0	103 476
SISRAM - Centro Hospitalar do Funchal COFIN POP II - FEDER 1994-98	TOTAL	107 532	40 000	25 000	0	0	0	172 532
	Cap. 50 O.R.	20 285	10 000	25 000	0	0	0	55 285
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	0	0	196 000	367 000	394 000	957 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	196 000	367 000	394 000	957 000
PROTECÇÃO CIVIL SE SFPC Nº PROJS: 5	TOTAL	0	0	56 000	367 000	394 000	0	817 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	56 000	367 000	394 000	0	817 000
Formação destinada aos Agentes de Protecção Civil 1998-00	TOTAL	0	0	1 000	17 000	19 000	0	37 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	17 000	19 000	0	37 000
Aquisição de um Braço Articulado para a Cidade do Funchal 1998-00	TOTAL	0	0	25 000	100 000	25 000	0	150 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	100 000	25 000	0	150 000
Aquisição de Auto-tanques Pesados 1998-00	TOTAL	0	0	15 000	100 000	100 000	0	215 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	100 000	100 000	0	215 000
Digitalização da Rede de Telecomunicações 1998-00	TOTAL	0	0	5 000	100 000	200 000	0	305 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	100 000	200 000	0	305 000
Aquisição de Viaturas de 1ª Intervenção no Perímetro Florestal 1998-00	TOTAL	0	0	10 000	50 000	50 000	0	110 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	50 000	50 000	0	110 000
APOIO À CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS DE BOMBEIROS SE SPAS Nº PROJS: 1	TOTAL	0	0	140 000	0	0	0	140 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	140 000	0	0	0	140 000
Apoio à Construção de Quartéis de Bombeiros 1998-98	TOTAL	0	0	140 000	0	0	0	140 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	140 000	0	0	0	140 000

